

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

CNPJ/MF nº 08.845.618/0001-64



1ª Distribuição Pública de Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores e 1ª Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum, totalizando:

Quotas Seniores

R\$60.000.000,00

Classificação de Risco das Quotas Seniores Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.: AA-

Classificação de Risco das Quotas Seniores Standard & Poor's Rating Services: brAAf

Código ISIN das Quotas Seniores: BRSILVCTF048

Quotas Subordinadas Mezanino Classe C

R\$15.000.000,00

Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C

Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.: BBB

Código ISIN das Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C: BRSILVCTF063

A Oferta de Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores foi registrada na CVM sob o regime de registro automático em 29 de julho de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/016.

A Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C foi registrada na CVM sob o regime de registro automático em 11 de janeiro de 2010, sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/002.

Classificação na ANBID: FIDC

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo") é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006 (a "Instrução CVM 356"), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado e destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos e títulos de crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário debêntures ou notas promissórias comerciais, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entres estes e seus respectivos Devedores (os "Direitos de Crédito").

Serão objeto de distribuição pública pela Coordenadora (i) no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 60.000 (sessenta mil) Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores, em mercado de balcão com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (a "Oferta de Quotas Seniores"); e (ii) no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (a "Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C", sendo denominada conjuntamente com a Oferta de Quotas Seniores, as "Ofertas"). As Ofertas serão objeto de distribuição pública pela Coordenadora em mercado de balcão, por meio do SOMAFIX, da CETIP e do BOVESPAFIX.

O Fundo foi constituído por meio de Ato de Constituição celebrado pelo Administrador em 21 de maio de 2007 e seu regulamento (o "Regulamento") e o respectivo ato de constituição foram registrados no 4º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, na mesma data, sob o nº 730080, e foi alterado em 08 de agosto de 2007, em 26 de setembro de 2007, em 22 de agosto de 2008, em 02 de fevereiro de 2009, em 02 de julho de 2009 e em 04 de julho de 2009, havendo tais alterações sido registradas perante o 4º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 25 de julho de 2007 sob o nº 735975, em 27 de setembro de 2007 sob o nº 741493, e em 27 de agosto de 2008 sob o nº 764653, em 02 de fevereiro de 2009 sob o nº 774044, em 03 de julho de 2009 sob o nº 774.044, em 03 de setembro de 2009 sob o nº 784.966, em 04 de dezembro de 2009 sob o nº 801.595 e em 08 de dezembro de 2009 sob o nº 801777. A Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C foi registrada na CVM em 11 de janeiro de 2010 sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/002 nos termos da Instrução da CVM 356. O Fundo é administrado pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte).

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler a seção "Fatores de Risco", conforme descrito nas páginas 53 a 59 deste Prospecto. Ainda que a administradora e a gestora mantenham um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (a "Carteira"), não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O Fundo não conta com garantia da sua administradora, da gestora do custodiante, da coordenadora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este Fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de "hedge", conforme o Capítulo IV do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o regulamento do Fundo, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no fundo, recomendamos ao investidor a leitura cuidadosa deste prospecto e do regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da carteira do Fundo, e das disposições deste prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

"A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas."

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços."

Administradora e Coordenadora

Consultora de Crédito

Gestora



Custodiante

Assessores Legais

Agência de Rating

Auditor Independente



SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCHE
ADVOGADOS



A Coordenadora desta emissão é BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto é 12 de janeiro de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	3
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA, DE CONSULTORES E AUDITORES	12
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO.....	13
DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES.....	14
RELAÇÕES ENTRE A ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....	14
RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO	15
RELAÇÕES ENTRE O CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....	17
RELAÇÕES ENTRE A CONSULTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO	18
RELAÇÕES ENTRE A AUSTIN RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. E A STANDARD & POOR'S RATING SERVICES	19
CARACTERÍSTICAS DAS OFERTAS	20
I. OFERTA DE QUOTAS SENIORES	21
II. OFERTA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA CLASSE C	24
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	28
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	28
O FUNDO.....	29
BASE LEGAL.....	30
PÚBLICO ALVO.....	30
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	30
OBJETIVO DE INVESTIMENTO E METAS DE RENTABILIDADE.....	30
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
RAZÕES DE GARANTIA	35
DESEMPENHO PASSADO DO FUNDO	36
ALTERAÇÕES RECENTES AO REGULAMENTO DO FUNDO.....	38
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	40
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO	43
FORMA E ESPÉCIE.....	43
EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES	45
EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E SUBORDINADAS JUNIOR.....	45
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO	46
EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	46
AMORTIZAÇÃO E RESGATE.....	48
RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE	49
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	50
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	51
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	51
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	52
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	52
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS	52
FATORES DE RISCO	53
RISCOS DE MERCADO	53
RISCOS DE CRÉDITO	54
RISCO DE LIQUIDEZ	54
RISCO OPERACIONAL	56
OUTROS RISCOS	57
INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS.....	60
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	61
EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	61

ASSEMBLÉIA GERAL.....	63
COMPETÊNCIA	63
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO	63
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO.....	66
TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO	67
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	67
TAXA DE CONSULTORIA	67
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE QUOTAS SENIORES	67
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE QUOTAS SUBORDINADAS	
MEZANINO CLASSE C.....	68
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADO DAS OFERTAS.....	68
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	68
PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	71
ADMINISTRADORA, COORDENADORA E COLOCADORA DAS QUOTAS DO FUNDO.....	71
GESTORA.....	72
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	72
CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO	73
AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	74
AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	74
AUDITORIA.....	74
INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO	75
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	75
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	75
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	75
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO.....	77
CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	79
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO	81
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO	81
PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	81
INADIMPLEMENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	81
POLÍTICA DE COBRANÇA	84
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	84
GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO	86
ANEXOS	
ANEXO I REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO.....	89
ANEXO II SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SENIORES	193
ANEXO III SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SUBORDINADAS	
MEZANINO DA CLASSE C	197
ANEXO IV SÚMULAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES	201
ANEXO V SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS DAS QUOTAS	
SUBORDINADAS MEZANINO DA CLASSE C	229
ANEXO VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DO FUNDO RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS	
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	237
ANEXO VII RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DO FUNDO RELATIVOS AOS PERÍODOS	
ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009	269
ANEXO VIII HISTÓRICO DE INADIMPLEMENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS	
DIREITOS DE CRÉDITO	285
ANEXO IX ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS REALIZADA EM	
04 DE DEZEMBRO DE 2009.....	289

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agências de Classificação de Risco	é a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. e Standard & Poor's Rating Services.
Agente Escriturador	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Agentes de Recebimento	é o Banco Bradesco S.A.
Amortização Programada:	é (i) a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série; e (ii) a amortização parcial das Quotas Subordinadas Mezanino, observado o estabelecido no Artigo 40 do Regulamento;
Amortização Programada das Quotas Seniores	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série.
Amortização Programada das Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C	é a amortização parcial das Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
Assembléia Geral	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII do Regulamento.
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido.
Auditor Independente	é a KPMG Auditores Independentes.
BACEN	é o Banco Central do Brasil.
BOVESPAFIX	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Cedentes	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Diretos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Termo de Cessão.

CETIP	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários
Condições de Cessão	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 11 do Regulamento.
Consultora	é a Silverado Serviços de Informações Cadastrais Ltda.
Conta do Fundo	é a conta corrente de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo
Contas de Recebimento	(i) é a conta-corrente nº 88456-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência 3391-0, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas pelo Agente de Recebimento no qual estejam abertas de acordo com instruções da Consultora, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento.
Contrato de Agente de Recebimento	<p>são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo a Consultora, e cada um dos Agentes de Recebimento.</p> <p>Em se tratando das Contas de Recebimento abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, os respectivos Contratos de Agente de Recebimento poderão conter diretrizes para movimentação das respectivas Contas de Recebimento exclusivamente pelo banco no qual estejam abertas, de acordo com instruções da Consultora. Nessa hipótese os Contratos de Agente de Recebimento poderão conter em sua denominação referência à atividade de administração de conta-corrente vinculada</p>
Contrato de Cessão	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão.
Contrato de Cobrança	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, o Custodiante e a Consultora.

Contrato de Consultoria	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e a Consultora.
Contrato de Custódia	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Escrituração	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito	é o Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito, firmado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo.
Contratos de Serviços de Classificação de Risco	são os Contratos para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre as Agências de Classificação de Risco e Administradora.
Critérios de Elegibilidade	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 do Regulamento.
Custodiante	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
Data da 1ª Subscrição das Quotas	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Data de Resgate das Quotas Seniores	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Datas de Amortização das Quotas Seniores	são as datas das Amortizações Programadas das Quotas Seniores previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso.
Datas de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino	são as datas das Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso.
Data da 1ª Subscrição das Quotas da 3ª série de Quotas Seniores	é a data da 1ª subscrição de Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.

Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C	é a data da 1ª subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Data de Resgate das Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores	é a data em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino	é a data em que se dará o resgate integral de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva classe.
Devedores	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito.
Dia Útil	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional.
Direitos de Crédito Elegíveis	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 11 do Regulamento.
Direitos de Crédito	são todos os direitos de crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.
Documentos Comprobatórios	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27, § 1º do Regulamento.
Documentos da Operação	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Agente de Recebimento.
Duration	é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante da alínea “b”, do parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento;
Encargos do Fundo	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 do Regulamento.
Eventos de Avaliação	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 53 do Regulamento.

Eventos de Liquidação	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembléia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento.
Fundo	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum.
Gestora	é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
IGP-M	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instituições Autorizadas	<p>São as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander S.A.; • Banco BNP Paribas Brasil S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú Unibanco S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A. <p>Para efeitos deste Prospecto, o termo "afiliada" significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, diretas ou indiretas, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa.</p>
Instrução CVM 209	é a Instrução nº 209 da CVM, de 25 de março de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 356	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 391	é a Instrução nº 391 da CVM, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 400	é a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	é a Instrução nº 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investidores Qualificados	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos de crédito.

Meta de Rentabilidade Prioritária	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e/ou classe de Quotas Subordinadas Mezanino estabelecidas nos respectivos Suplementos, de acordo com o Regulamento.
Obrigações do Fundo	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, à remuneração e amortização, e ao resgate das Quotas.
Ofertas	significa a Oferta de Quotas Seniores e a Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, conjuntamente.
Oferta de Quotas Seniores	significa a 1ª Distribuição Pública de Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores do Fundo.
Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	significa a 1ª Distribuição Pública de Quotas Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.
Patrimônio Líquido	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XX do Regulamento e às provisões referidas no Capítulo XVIII do Regulamento.
Periódico	é o jornal Valor Econômico.
Política de Cobrança	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito descrita no Anexo V do Regulamento.
Quotas	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.
Quotas Seniores	são as quotas da classe senior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Quotas Seniores em Circulação	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Subordinadas	são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.
Quotas Subordinadas Mezanino	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, consideradas conjuntamente.
Quotas Subordinadas Mezanino Classe A	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe A.
Quotas Subordinadas Mezanino Classe B	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B.
Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Subordinadas Junior	são as Quotas Subordinadas Junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais emissões.
Quotas Subordinadas Junior em Circulação	é a totalidade das Quotas Subordinadas Junior emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Junior resgatadas.
Quotistas	são os titulares das Quotas.
Razão de Garantia das Quotas Seniores	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo, a qual, nos termos do Artigo 50 do Regulamento, deve ser igual ou superior à Relação Mínima das Quotas Seniores.
Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes das A e B	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a somatória do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B a qual, nos termos do Artigo 50 do Regulamento, deve ser igual ou superior à Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B.
Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a somatória do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, a qual, nos termos do Artigo 50 do Regulamento, deve ser igual ou superior à Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.
Razões de Garantia	significa a Razão de Garantia das Quotas Seniores, a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B e a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, conjuntamente.
Regulamento	é o Regulamento do Fundo.
Relação Mínima das Quotas Seniores	significa o percentual de 125% (cento e vinte e cinco por cento), a ser considerado na verificação da Razão de Garantia das Quotas Seniores.
Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B	significa o percentual de 111% (cento e onze por cento), a ser considerado na verificação da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B.
Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	significa o percentual de 105,25% (cento e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), a ser considerado na verificação da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Relações Mínimas	significa a Relação Mínima das Quotas Seniores, a Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B e a Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classe, conjuntamente.
Reserva de Amortização e Resgate	É a reserva para pagamento de amortização e resgate a ser constituída pelo Fundo nos termos do Artigo 43-A do Regulamento.
Resgate Antecipado	é o resgate antecipado das Quotas promovido pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 54 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.
SELIC	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SOMAFIX	é o sistema eletrônico administrado pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para negociação e registro de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada no Mercado de Balcão Organizado.
Suplemento	é o suplemento do Regulamento, relativo a cada série de Quotas Seniores ou a cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série ou classe de Quotas em questão, conforme o caso: (i) quantidade de Quotas da série ou classe em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, caso existam, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe ou série de Quotas a que se refira.
Taxa de Administração	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Regulamento.
Taxa de Consultoria	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 do Regulamento.
Taxa DI	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores.</p>

	<p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.</p>
Taxa Mínima de Retorno	<p>é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante do Parágrafo 4º do Artigo 4 do Regulamento;</p>
Termo de Adesão ao Regulamento	<p>é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do Regulamento.</p>
Títulos de Crédito	<p>são duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures e notas promissórias comerciais.</p>
Valor Unitário de Emissão	<p>é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas Mezanino de cada Classe, na Data de sua 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série ou classe.</p>
Valor Unitário de Referência	<p>significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da Série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para a série de Quotas em questão em seu respectivo Suplemento, conforme o caso, sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas em questão.</p>

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA,
DE CONSULTORES E AUDITORES**

Administradora e Coordenadora da Colocação das Quotas	Consultora
BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Srta. Carla Lopes Av. Presidente Wilson 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 3974-4618 Fac-símile: (21) 3974-4501 E-mail: fidc@bnymellon.com.br Internet: www.bnymellon.com.br	Silverado Serviços de Informações Cadastrais Ltda. At.: Sr. Manoel Teixeira de Carvalho Neto Av. Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, São Paulo - SP Telefone: (11) 5096-8190 Fac-símile: (11) 5542-4302 E-mail: infocad@silverado.net
Gestora	Custodiante e Agente Escriturador
BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. At.: Sergio Lima Av. Borges de Medeiros, nº 633, sala 401, 402 e 403 Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 2510-9900 Fac-símile: (21) 2510-9901 Email: fidc@bnymellon.com.br Internet: www.bnymellon.com.br	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão At.: Sr. Renato Cury Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares São Paulo - SP Telefone: (11) 2113-5477 / 2113-5370 Fac-símile: (11) 2113-5170 E-mail: Renato.curydb.com Internet: www.deutsche-bank.com.br
Consultores Legais	Auditores Independentes
Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados At: Sr. Joaquim Oliveira Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo - SP Tel: (11) 3089-6500 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: scbf@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br	KPMG Auditores Independentes At.: Sr. Bruno Gomes Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: brodrigues@kpmg.com.br
Agências de Rating	
Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. At.: Sr. Decio Baptista Santos Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar São Paulo - SP Telefone: (11) 3377-0707 Fac-símile: (11) 3377-0739 E-mail: decio@austin.com.br Internet: www.austin.com.br	Standard & Poor's Rating Services At.: Sr. Jean Pierre Cote-Gil Av. Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar São Paulo - SP Telefone: (11) 3039 9743 Fac-símile: (11) 3039 9701 E-mail: JP_Gil@standardandpoors.com Internet: www2.standardandpoors.com

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, declara, na condição de Administradora e de Coordenador da Oferta que: (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas do Fundo; e (ii) é que é responsável para que as informações prestadas sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes por ocasião do registro da Oferta, constantes do presente Prospecto e fornecidas ao mercado durante a oferta, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400.

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

RELAÇÕES ENTRE A ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 9 (nove) fundos de investimento em direitos de crédito que são custodiados pelo Custodiante, sendo que a contratação e remuneração paga ao Custodiante, exclusivamente pela prestação dos serviços de custódia, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo. A remuneração decorrente destas contratações varia de 0,025% a.a. (vinte e cinco milésimos por cento ao ano) do patrimônio líquido do fundo a 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) do patrimônio líquido do fundo por ano, sujeito a mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e um máximo mensal de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) sujeitos às características específicas de cada carteira de recebíveis. Na data deste Prospecto não existiam entre a Administradora e o Custodiante relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto, identificamos a existência de outros aproximadamente 50 fundos administrados pela Instituição Administradora que contam com a prestação de serviços da Gestora, dentre os quais 7 são fundos de investimentos em direitos creditórios. Em todas estas relações a remuneração da Gestora e da Administradora está contida nas taxas de administração e/ou performance estabelecidas nos Regulamentos de tais fundos, estando, portanto, limitadas ao valor destas. Tais contratações vigem, em regra, pelo prazo de duração dos respectivos fundos de investimento. Na data deste Prospecto a Administradora e a Gestora integravam o mesmo grupo econômico, tendo como controladora comum a ambas The Bank of New York Mellon Corporation. Na data deste prospecto não existiam outras relações comerciais relevantes entre a Administradora e a Gestora além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Consultora

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Consultora não possuíam relacionamento societário ou qualquer outro fundo de investimento em comum além do Fundo objeto deste Prospecto. No passado, a Administradora foi responsável pela administração de 01 (um) fundo de investimento em direitos de crédito não-padronizado do qual a Consultora é a consultora de crédito, havendo tal relação se encerrado em 10 de novembro de 2009 com a substituição da Administradora da administração de tal fundo. A contratação da Consultora nesse caso foi feita pelo prazo de duração do Fundo, estando a remuneração a ela devida pelos serviços ao fundo em questão estabelecida no Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito celebrado entre a Consultora e o fundo em questão. Na data deste Prospecto, a Administradora e a Consultora não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além daqueles descritos neste Prospecto. Os honorários da Consultora pelos serviços por ela prestados ao Fundo encontram-se estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito celebrado entre a Consultora e o Fundo, representado pela Administradora. As remunerações devidas à Consultora pelos serviços por ela prestados a cada um dos fundos são independentes entre si.

Caso, no futuro, a Administradora venha a contratar a Consultora para atuar como consultora de crédito de um novo fundo, tal novo relacionamento será objeto de contratos específicos a serem celebrados entre a Consultora e tal fundo, representado pela Administradora, sendo as responsabilidades e remuneração da Consultora estabelecidos para tal fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de tal fundo, sendo, portanto, independentes dos relacionamentos então já mantidos entre a Consultora e a Administradora.

Relação entre a Administradora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

Os honorários para a auditoria do Fundo foram aprovados pela Administradora no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Com base nas propostas de auditoria aprovadas pela Administradora até a data deste Prospecto, para todos os fundos de investimento por ela administrados e auditados pelos Auditores Independentes, o valor dos honorários de auditoria não superam o valor individual por fundo de R\$45.000,00 (trinta mil reais). Além dos serviços de auditoria externa, a Administradora não contratou outros serviços dos Auditores Independentes relacionados aos fundos por ele administrados. A política adotada pela Administradora atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Administradora e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Na data deste Prospecto existiam 03 fundos de investimento em direitos de crédito administrados pela Administradora que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda., sendo que a contratação e remuneração paga à Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda., exclusivamente pela prestação dos serviços classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Administradora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Standard & Poor's Rating Services

Na data deste Prospecto existiam 06 fundos de investimento em direitos de crédito administrados pela Administradora que contavam com a prestação de serviços da Standard & Poor's Rating Services, sendo que a contratação e remuneração paga à Standard & Poor's Rating Services, exclusivamente pela prestação dos serviços classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Administradora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Gestora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Gestora encontra-se responsável pela gestão de 2 (dois) fundos de investimento em direitos de crédito que são custodiados pelo Custodiante. A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

A remuneração paga pelos fundos em questão ao Custodiante, exclusivamente pela prestação dos serviços de custódia, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo. A remuneração do Custodiante decorrente destas contratações varia de 0,025% a.a. (vinte e cinco milésimos por cento ao ano) do patrimônio líquido do fundo a 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) do patrimônio líquido do fundo por ano, sujeito a mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e um máximo mensal de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) sujeitos às características específicas de cada carteira de recebíveis. A remuneração paga pelos fundos em questão à Gestora está contida nas taxas de administração e/ou performance estabelecidas nos Regulamentos de tais fundos, estando, portanto, limitadas ao valor destas.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Gestora e o Custodiante relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Gestora e a Consultora

Na data deste Prospecto, a Gestora e a Consultora não possuíam relacionamento societário ou qualquer outro fundo de investimento em comum além do Fundo objeto deste Prospecto. No passado, a Gestora foi responsável pela gestão de 01 (um) fundo de investimento em direitos de crédito não-padronizado do qual a Consultora é a consultora de crédito, havendo tal relação se encerrado em 10 de novembro de 2009 com a substituição da Gestora da gestão de tal fundo.

A contratação da Consultora nesse caso foi feita pelo prazo de duração do Fundo, estando a remuneração a ela devida pelos serviços ao fundo em questão estabelecida no Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito celebrado entre a Consultora e o fundo em questão. Os honorários da Consultora pelos serviços por ela prestados ao Fundo encontram-se estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito celebrado entre a Consultora e o Fundo, representado pela Gestora.

Caso no futuro a Consultora e a Gestora venham a participar conjuntamente de outros fundos, a remuneração e demais condições comerciais serão contratadas individualmente entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, sendo que nenhuma das partes terá ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Relação entre a Gestora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a Gestora encontra-se responsável pela gestão de aproximadamente 50 (cinquenta) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Gestora e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Gestora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Na data deste Prospecto existiam 1 (um) fundos de investimento em direitos de crédito geridos pela Gestora que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.. A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Gestora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Gestora e a Standard & Poor's Rating Services

Na data deste Prospecto dos fundos de investimento em direitos de crédito geridos pela Gestora apenas o Fundo objeto do presente Prospecto contava com a prestação de serviços da Standard & Poor's Rating Services, sendo que a contratação e remuneração paga à Standard & Poor's Rating Services, exclusivamente pela prestação dos serviços classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Gestora e a Standard & Poor's Rating Services relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE O CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre o Custodiante e a Consultora

Além do Fundo objeto deste Prospecto, o Custodiante encontra-se responsável pela custódia de 01 (um) fundo de investimento em direitos de crédito não-padronizado do qual a Consultora é a consultora de crédito. Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Consultora não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além daqueles descritos neste Prospecto. As remunerações devidas à Consultora e ao Custodiante pelos serviços por eles prestados a cada um dos fundos são independentes entre si.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Consultora não possuíam relacionamento societário ou qualquer outra relação comercial relevante.

Relação entre o Custodiante e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, o Custodiante encontra-se responsável pela custódia de aproximadamente 59 (cinquenta e nove) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das Partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre o Custodiante e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre o Custodiante e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Na data deste Prospecto existiam 14 (catorze) fundos de investimento em direitos de crédito custodiados pelo Custodiante que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre o Custodiante e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre o Custodiante e a Standard & Poor's Rating Services

Na data deste Prospecto existiam 10 (dez) fundos de investimento em direitos de crédito custodiados pelo Custodiante que contavam com a prestação de serviços da Standard & Poor's Rating Services.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre o Custodiante e a Standard & Poor's Rating Services relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE A CONSULTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Consultora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a Consultora atuava como consultora de crédito de 02 (dois) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes, incluído o fundo objeto deste Prospecto. Os honorários de auditoria são estabelecidos pela administradora dos mesmos de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Consultora e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Consultora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Na data deste Prospecto existiam 02 (dois) fundos de investimento em direitos de crédito para os quais a Consultora atuava como consultora de crédito que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Consultora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Consultora e a Standard & Poor's Rating Services

Na data deste Prospecto existiam 01 fundo de investimento em direitos de crédito para o qual a Consultora atuava como consultora de crédito que contavam com a prestação de serviços da Standard & Poor's Rating Services. A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Consultora e a Standard & Poor's Rating Services relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas, porém encontrava-se em andamento a discussão sobre a possibilidade de contratação da Standard & Poor's Rating Services para atuar como agência de classificação de risco de mais um fundo atualmente em fase de constituição ao qual a Consultora prestará serviços de consultora de crédito. Caso no futuro a Consultora e Standard & Poor's Rating Services venham a participar conjuntamente de outros fundos, a remuneração e demais condições comerciais serão contratadas individualmente entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, sendo que nenhuma das partes terá ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

RELAÇÕES ENTRE A AUSTIN RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. E A STANDARD & POOR'S RATING SERVICES

Na data deste Prospecto a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. e a Standard & Poor's Rating Services prestavam, concomitantemente, serviços de classificação de risco apenas para o Fundo. A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. e a Standard & Poor's Rating Services relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

CARACTERÍSTICAS DAS OFERTAS

Este Sumário não contém todas as informações sobre cada uma das Ofertas que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Cedentes dos Direitos de Crédito	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Diretos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão.
Direitos de Crédito	são todos os direitos de crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.
Instituição Administradora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Coordenadora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.
Agências de Classificação de Risco	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

I. OFERTA DE QUOTAS SENIORES

Quantidade de Quotas Seniores da 3ª Série	60.000 Quotas Seniores.
Montante da Oferta	R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
Valor Unitários de Emissão na Data de Emissão	R\$1.000,00
Quantidade Mínima de Quotas Seniores da 2ª Série	25 Quotas.
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Emissão da 3ª Série de Quotas Seniores	06 de julho de 2009.
Data de Resgate das Quotas Seniores	Dia 30 do 70º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 30 de maio de 2015.
Datas de Amortização Programadas das Quotas Seniores da 3ª Série	As Quotas Seniores serão amortizadas nas seguintes datas: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 22º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 34º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 46º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 58º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.
Período de Carência da 3ª Série	Não há período de carência para o pagamento das Amortizações Programadas pelo Fundo.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 3ª Série	125% da Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores da 3ª Série	Austin Rating: AA- Standard & Poor's Rating Services: brAAf
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores da 3ª Série	180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 3ª Série

A Coordenadora realizará a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão organizado, por meio do SOMAFIX, da CETIP e do BOVESPAFIX. A Oferta será conduzida pela Coordenadora, sob o regime de melhores esforços.

Negociação das Quotas Seniores da 3ª Série

As Quotas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Forma de Subscrição e Integralização das Quotas Seniores da 3ª Série

No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas Seniores subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Seniores da 3ª Série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

Aplicação dos Recursos pelo Fundo

Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino Classe B serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

Público Alvo

Investidores Qualificados.

Publicações

As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso.

**Alterações ao
Regulamento do Fundo à
Oferta de Quotas Seniores
ocorridos em 04 de
dezembro de 2009**

Em 08 de dezembro de 2009 a Administradora submeteu à CVM pedido de alteração da Oferta com vistas a (i) incluir a distribuição pública de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C; e (ii) contemplar as alterações ao Regulamento do Fundo deliberados em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 04 de dezembro de 2009. Face à alteração da Oferta, os Investidores que subscreveram Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores anteriormente à presente data terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do “Anúncio de Início da 1ª Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e de Alteração da 1ª Distribuição Pública de Quotas da 3ª Série de Quotas Seniores” para manifestar seu interesse em manter a subscrição de Quotas por eles realizada anteriormente à data da referida publicação, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio. Para mais informações a respeito das alterações ao Regulamento do Fundo mencionadas acima, veja a seção “Alterações Recentes ao Regulamento do Fundo” deste Prospecto.

**Cronograma das Etapas
da Oferta das Quotas
Seniores da 3ª Série**

A Oferta das Quotas Seniores da 3ª Série seguirá o cronograma tentativo a seguir:

EVENTO	DATAS INDICATIVAS*
Protocolo do pedido de registro na CVM	06/07/2009
Disponibilização do Prospecto	06/07/2009
Registro da Emissão na CVM	13/07/2009
Publicação do Anúncio de Início	30/07/2009
Final do Prazo de Distribuição	25/07/2010
Publicação do Anúncio de encerramento da Oferta	29/07/2010

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e antecipações.

**Data de Início e Término
da Oferta das Quotas
Seniores da 3ª Série**

A Oferta de Quotas Seniores teve seu anúncio de início publicado originalmente em 30 de julho de 2009, havendo seu período de distribuição se iniciado em tal data, tendo como data de encerramento original o dia 26 de janeiro de 2010. Em 08 de dezembro de 2009 foi protocolado perante a CVM pedido de prorrogação do período de distribuição, havendo o mesmo sido deferido em 11 de janeiro de 2010, com a prorrogação da data de encerramento da Oferta de Quotas Seniores para 25 de julho de 2010.

Findo o período de distribuição, deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da Oferta.

II. OFERTA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA CLASSE C

Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	Até 15.000 Quotas.
Montante da Oferta	R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
Valor Unitários de Emissão na Data de Emissão	R\$1.000,00
Quantidade Mínima de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	25 Quotas.
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	15 de dezembro de 2009.
Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino	Dia 08 do 66º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 08 de junho de 2015.
Datas de Amortização Programadas das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão amortizadas nas seguintes datas (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 19º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 31º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 43º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 54º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.
Período de Carência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	Não há período de carência para o pagamento das Amortizações Programadas pelo Fundo.

Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	165% da Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	Austin Rating: BBB
Prazo de Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.
Procedimento de Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	A Coordenadora realizará a distribuição pública das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C em mercado de balcão organizado, por meio do SOMAFIX, da CETIP e do BOVESPAFIX. A Oferta será conduzida pela Coordenadora, sob o regime de melhores esforços.
Negociação das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.
Forma de Subscrição e Integralização das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	No ato de subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.
Aplicação dos Recursos pelo Fundo	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo	Investidores Qualificados.
Publicações	As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Alteração das
Circunstâncias, Revogação
e Modificação da Oferta
das Quotas Subordinadas
Mezanino Classe C**

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso.

**Cronograma das Etapas da
Oferta das Quotas
Subordinadas Mezanino
Classe C**

A Oferta das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C seguirá o cronograma tentativo abaixo:

EVENTO	DATAS INDICATIVAS*
Protocolo do pedido de registro na CVM	08/12/2009
Disponibilização do Prospecto	08/12/2009
Registro da Emissão na CVM	11/01/2010
Publicação do Anúncio de Início	12/01/2010
Final do Prazo de Distribuição	12/07/2010
Publicação do Anúncio de encerramento da Oferta	16/07/2010

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e antecipações.

**Data de Início e Término
da Oferta das Quotas
Subordinadas Mezanino
Classe C**

A Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C teve seu anúncio de início publicado em 12 de janeiro de 2010, havendo seu período de distribuição se iniciado em tal data. A partir de tal data e até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do Anúncio de Início, ou seja, 12 de julho de 2010, os investidores poderão aceitar a Oferta Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e subscrevê-las junto ao Administrador. Uma vez encerrado o prazo de distribuição o Administrador publicará o Anúncio de Encerramento da Oferta.

Findo o período de distribuição, deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da Oferta.

**Mais
Informações**

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora ou da Coordenadora da Oferta, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo:

Administradora e Coordenadora:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte)

Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 3974-4518 - Fac-símile: (21) 3974-4501

www.bnymellon.com.br

Gestora:

BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.

Av. Borges de Medeiros, nº 633, salas 401, 402 e 403,

Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2510-9900 - Fac-símile: (21) 2510-9901

www.bnymellon.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, Rio de Janeiro, RJ ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo - SP

www.cvm.gov.br

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora e Coordenadora e da CVM.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, constante do Anexo I ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.

FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



1. Os Cedentes realizam operações em seus respectivos segmentos de atuação (segmentos comercial, industrial, financeiro ou de prestação de serviços).
2. Com as operações são criados Direitos de Crédito dos Cedentes contra os seus clientes (Devedores).
3. O Fundo emite Quotas, as quais são subscritas e integralizadas por Investidores Qualificados.
4. O Fundo utiliza os recursos recebidos com a integralização de quotas para adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes e outros Ativos Financeiros.
5. Os Devedores realizam o pagamento dos valores relativos aos Direitos de Crédito por eles devidos junto aos Agentes de Recebimento.
6. Os Agentes de Recebimento repassam ao Fundo os valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito para a conta-corrente do Fundo mantida no Custodiante. Uma vez recebidos os recursos o Fundo os utiliza para adquirir novos Direitos de Crédito, pagar as taxas e encargos aplicáveis de acordo com o Regulamento e, realizar pagamentos de amortização e resgates aos Quotistas, de acordo com o estabelecido no Regulamento e em seus Suplementos.

O FUNDO

O Fundo está constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino somente poderão ser resgatadas (i) nas respectivas Datas de Resgate de cada série de Quotas Seniores ou classe de Quotas Subordinadas Mezanino, (ii) por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 54, Parágrafo 3º do Regulamento, ou (ii) em virtude de sua liquidação antecipada, nos termos do Regulamento. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino podem ainda ser objeto de amortizações programadas nos termos de seus respectivos Suplementos, sendo que (a) a realização de pagamentos das Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B está condicionada à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores após a realização dos referidos pagamentos e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto, nos termos do Artigo 40 do Regulamento; e (b) a realização de pagamentos das Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C está condicionada à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Classes A e B após a realização dos referidos pagamentos, bem como à existência de disponibilidades do Fundo para tanto, nos termos do Artigo 40 do Regulamento.

O prazo de duração do Fundo será indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto no Capítulo XIX do Regulamento.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2007, sob o nº 730080 e foi alterado em 08 de agosto de 2007, em 26 de setembro de 2007, em 22 de agosto de 2008, em 02 de fevereiro de 2009, 02 de julho de 2009, 07 de dezembro de 2009 e 08 de dezembro de 2009, havendo tais alterações sido registradas perante o 4º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 25 de julho de 2007 sob o nº 735975, em 27 de setembro de 2007 sob o nº 741493, em 27 de agosto de 2008 sob o nº 764653, em 02 de fevereiro de 2009 sob o nº 774044, em 03 de julho de 2009 sob o nº 774.044, em 03 de setembro de 2009 sob o nº 784966, em 04 de dezembro de 2009 sob o nº 801.595 e em 07 de dezembro de 2009 sob o nº 801777.

O Fundo caracteriza-se por ser multisetorial, “multi-cedentes” e “multi-sacados”, estando o Fundo habilitado a adquirir Direitos de Crédito de diferentes Devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados preponderantemente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão previamente selecionados pela Consultora, mediante (i) a análise da capacidade econômica e financeira das Cedentes e dos Devedores e (ii) a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito as condições de cessão e aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento. Após a seleção e pré-verificação dos Direitos de Crédito pela Consultora, a Custodiante realizará a efetiva verificação do enquadramento do Direito de Crédito as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade previstos no Capítulo V do Regulamento.

A Consultora possui departamento técnico responsável pela análise, seleção e avaliação de crédito e compra de recebíveis.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como Devedores empresas de diversos setores de atuação, sem concentração em um setor ou Devedor específicos, observados os limites de composição e diversificação da Carteira do Fundo descritos no Artigo 8º do Regulamento. O Fundo pode adquirir recebíveis com ou sem a co-obrigação dos Cedentes, independentemente da qualidade de crédito dos Devedores dos recebíveis.

As operações do Fundo não contam com nenhuma garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356, conforme alterada.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme definido na Instrução CVM 409.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecidas no Regulamento.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO E METAS DE RENTABILIDADE

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento.

Cada série de Quotas Seniores e a Classe de Quotas Subordinadas Mezanino têm características específicas, inclusive com relação à Meta de Rentabilidade, data de resgate, datas de amortizações programadas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores.

A Tabela a seguir apresenta as Metas de Rentabilidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. As Quotas Subordinadas Junior não têm Meta de Rentabilidade definida.

QUOTAS	META DE RENTABILIDADE
1ª Série de Quotas Seniores	130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI
2ª Série de Quotas Seniores	125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI
3ª Série de Quotas Seniores	125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI
Quotas Subordinadas Mezanino Classe A	170% (cento e setenta por cento) da Taxa DI
Quotas Subordinadas Mezanino Classe B	165% (cento e setenta por cento) da Taxa DI
Quotas Subordinadas Mezanino Classe C	165% (cento e sessenta e cinco por cento) da Taxa DI

Até a data do presente Prospecto o Fundo havia atingido a totalidade das Metas de Rentabilidade das Quotas por ele emitidas. Para mais informações sobre o desempenho financeiro do Fundo veja a seção “Características do Fundo - Desempenho Passado do Fundo” deste Prospecto. A rentabilidade obtida no passado pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto nos Capítulos IV e V do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, incisos I e II da Instrução CVM 356).

O Fundo é voltado preponderantemente à aplicação em Direitos de Crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos de Crédito (a “Alocação Mínima”). Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximos ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

O total de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, poderá representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, observados os termos estabelecidos no Regulamento, podendo tal limite ser excedido, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento, conforme descrito a seguir.

Adicionalmente, o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, poderá representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, e o total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Fundo poderá realizar, ainda, operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

No tocante ao total de Cédulas de Crédito Bancário adquiridas, o Fundo deverá observar o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que (i) um mesmo Devedor de Cédulas de Crédito Bancário poderá representar apenas 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) a somatória do valor das cédulas de crédito bancário e dos demais Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelos 05 maiores Cedentes deverá representar seja de no máximo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em cada data de verificação, entendendo-se por “maiores Cedentes”, os Cedentes com maior volume de Direitos de Crédito cedidos que integrem a carteira do Fundo na data de verificação em questão. Referidos limites de concentração não são aplicáveis em relação a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas até 02 de julho de 2009, data na qual referidas disposições passaram a integrar o Regulamento do Fundo. Os limites de concentração por Devedor ora estabelecidos podem ser extrapolado exclusivamente nos termos da do item “a” a seguir.

No mesmo sentido, o total de Direitos de Crédito representados por cheques adquiridos pelo Fundo deverá observar o limite máximo de 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que um mesmo Devedor de cheques poderá representar apenas 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não estando tais limites sujeitos à extrapolação descrita a seguir.

Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos no Artigo 8º do Regulamento poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- (a) em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brAAA” emitida pela *Standard & Poor’s Rating Services*, de modo que (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor possa representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- (b) em relação a Devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brAA” emitida pela *Standard & Poor’s Service Ratings*, hipótese em que: (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- (c) em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brA” emitida pela *Standard & Poor’s Rating Services*, de modo que: (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor poderá representar até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);
- (d) em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente analisado e aprovado pela *Standard & Poor’s Rating Services*, sendo que o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitado ao percentual que seja aprovado pela *Standard & Poor’s Rating Services*; e
- (e) desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) em se tratando de devedores, a somatória dos Direitos de Crédito cedidos pelos quatro maiores Devedores de Direitos de Crédito não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo sendo que a maior concentração de um Devedor, considerado individualmente, não ultrapasse 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (iii) a *Duration* dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iv) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na somatória dos limites a que se refere o item “i” acima, as operações relativas às pessoas mencionadas nas alíneas “a” a “d” deste Parágrafo.

$$D = \frac{(C1 \times d1) + (C2 \times d2) + (Cn \times dn)}{C1 + C2 + Cn}$$

Sendo:

$D = Duration$

C = Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição.

d = Número de dias restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo.”

Uma vez adquiridos os Direitos de Crédito o Fundo não admite a renegociação e/ou refinanciamento dos mesmos, exceção feita à hipótese de renegociação decorrente de inadimplemento dos Direitos de Crédito, realizada nos termos da Política de Cobrança do Fundo, estabelecida no Anexo V do Regulamento. Considera-se renegociação e/ou refinanciamento alterações nas condições dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, incluindo, mas não se limitando a alterações do cronograma de pagamento dos mesmos, ou modificação de taxa de desconto considerada no cálculo do preço de aquisição dos Direitos de Crédito. A renegociação ou refinanciamento poderá contar com a participação do Cedente caso o Direito de Crédito tenha sido adquirido com coobrigação deste, hipótese em que a Consultora poderá, em nome do Fundo, exigir do Cedente o pagamento e o cumprimento dos termos da eventual renegociação ou refinanciamento.

Sem prejuízo do estabelecido acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus devedores, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Não será admitida a concessão de descontos para pré-pagamento de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Direitos de Crédito quando de sua aquisição. Na hipótese de aquisição de um Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pré-pagamento, a Consultora será responsável pelas tratativas com o respectivo Devedor do Direito de Crédito em questão para a definição da data de pré-pagamento e do montante a ser recebido pelo Fundo. Os montantes que eventualmente venham a ser objeto de pré-pagamento serão recebidos pelo Custodiante em nome do Fundo.

Quanto à possibilidade de pré-pagamento voluntária de Direitos de Crédito pelos Devedores, observa-se que, embora tal evento seja possível em relação à maioria dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, em decorrência da natureza dos mesmos, o Fundo entende que os pré-pagamentos ocorridos até a data deste Prospecto não representam montante significativo. Observa-se que parcela preponderante dos Direitos de Crédito adquiridos refere-se a operações de curto prazo cujos títulos têm valor de face definido, sem previsão de cobrança de juros (i.e. duplicatas, cheques pré-datados, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço já performadas), não havendo, em linhas gerais, vantagens para os Devedores em procederem ao pré-pagamento. Assim, o Fundo entende não haver risco de amortização ou liquidação antecipada dos Direitos de Crédito que possam afetar de modo relevante o Fundo e seu fluxo de pagamentos, entendendo esse que vem sendo confirmado pelos dados verificados nas operações do Fundo.

O prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo deverá obrigatoriamente obedecer aos percentuais descritos a seguir:

Prazo Médio	Percentual do Patrimônio Líquido do Fundo
Até 90 dias	Até 100%
Até 120 dias	Até 80%
Até 150 dias	Até 60%
Até 180 dias	Até 50%
Até 01 ano	Até 10%
Até 02 anos	Até 5%
Até 03 anos	Até 2,5%

Sem prejuízo dos percentuais estabelecidos acima (i) o prazo médio ponderado da carteira de Direitos de Crédito não deverá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias úteis, devendo eventuais extrapolações de tal prazo médio serem sanadas em até 05 (cinco) dias úteis contados de sua constatação; e (ii) a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo deverá observar a proporção entre o valor deste e as datas programadas para pagamento de amortizações e resgates das Quotas, de modo que a parcela dos recursos no montante equivalente à cada uma das Datas de Amortização

Programadas e Datas de Resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, seja alocada em: (i) Direitos de Crédito ou (ii) Ativos Financeiros que não gozem de liquidez diária com data de vencimento anterior à Data de Amortização Programada e/ou Data de Resgate em questão, permitindo a formação da Reserva de Amortização e Resgate a ela relativa.

No que se refere a obrigação de recompra dos Direitos de Crédito, os contratos de cessão de Direitos de Crédito por meio dos quais o Fundo adquira Direitos de Crédito, conterão sempre mencionada cláusula que estabeleça a obrigação do Cedente de recomprar os Direitos de Crédito por ele cedidos caso se verifique a ocorrência das hipóteses estabelecidas no Anexo IX do Regulamento.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo poderá realizar investimentos, com a parcela do Patrimônio Líquido não alocada em Direitos de Crédito, em: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (iii) títulos de emissão do BACEN; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “ii” e “iii” acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e (v) certificados e recibos de depósito bancário com liquidez diária e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto quotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nos termos do § 2º do Artigo 40 da Instrução CVM 356. A exigência de que os certificados e recibos de depósito bancário possuam liquidez diária não será aplicável em relação a certificados e recibos de depósito bancário adquiridos pelo Fundo até 02 de julho de 2009, data na qual referida exigência passou a integrar o Regulamento do Fundo.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nos itens “ii” e “iii” acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais títulos. Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Direitos de Crédito e os demais Ativos Financeiros da Carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no Capítulo VII do Regulamento. **Antes de adquirir Quotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.**

As aplicações nas Quotas Subordinadas Mezanino não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVIII do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Devedores, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 48 do Regulamento.

RAZÕES DE GARANTIA

A Consultora verificará, todo Dia Útil:

- (i) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última data de resgate de Quotas Seniores, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a “Razão de Garantia das Quotas Seniores”) é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) (a “Relação Mínima das Quotas Seniores”);
- (ii) a partir de 04 de dezembro de 2009, até a última data de resgate de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a somatória do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B (a “Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B”) é igual ou superior a 111% (cento e onze por cento) (a “Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B”); e
- (iii) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C até a última data de resgate de Subordinadas Mezanino Classe C, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a somatória do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C (a “Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C”) é igual ou superior a 105,25% (cento e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) (a “Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C”).

Para fins do estabelecido no Regulamento e neste Prospecto, a Razão de Garantia das Quotas Seniores, a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B e a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Razões de Garantia (as “Razões de Garantia”), e a Relação Mínima das Quotas Seniores, a Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B e a Relação Mínima das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Relações Mínimas (as “Relações Mínimas”).

Caso qualquer das Razões de Garantia seja inferior à respectiva das Relação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia em questão, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, conforme aplicável; e

- (b) Os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia em questão.

Caso os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida não realizem o aporte adicional de recursos conforme o item (b) acima, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 53 do Regulamento.

Caso as Razões de Garantia sejam superiores às respectivas Relações Mínimas (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das Quotas Subordinadas Junior, do montante que exceder as Relações Mínimas, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (a) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e pelo Regulamento;
- (b) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembléia Geral.

Para fins do previsto acima, a Administradora deverá comunicar em 01 (um) Dia Útil após o recebimento de notificação a ela enviada pela Consultora a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas Junior, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada Junior, devendo o pagamento da amortização ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

O procedimento estabelecido acima não será aplicável em relação às amortizações parciais realizadas nos termos Artigo 43, Parágrafo Único do Regulamento.

O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas Junior em circulação.

Até que o valor de principal das Quotas Subordinadas Junior seja integralmente amortizado, todos os valores pagos pelo Fundo aos titulares de Quotas Subordinadas Junior o serão a título de amortização de principal.

DESEMPENHO PASSADO DO FUNDO

O Fundo atingiu a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores por ele emitidas em todos os períodos de apuração desde a distribuição das mesmas. As tabelas a seguir apresentam a rentabilidade mensal das Quotas Senior e das Quotas Subordinadas Junior (anteriormente denominadas apenas Quotas Subordinadas) desde o início da subscrição de cada uma de tais classes, e a evolução do patrimônio de tais Quotas.

RENTABILIDADE DO FUNDO													
		QUOTAS SÊNIORES – 1ª SÉRIE		QUOTAS SÊNIORES – 2ª SÉRIE		QUOTAS SÊNIORES – 3ª SÉRIE		QUOTAS SUBORDI- NADAS MEZANINO CLASSE A		QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE B		QUOTAS SUBORDI- NADAS JUNIOR	
		RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI
30/11/2009	0,66	0,86	130,00	0,82	125,00	0,82	125,00	1,12	170,00	1,09	165,00	4,69	710,61
31/10/2009	0,69	0,90	130,00	0,86	125,00	0,86	125,00	1,18	170,00	1,14	165,00	9,04	1.310,14
30/09/2009	0,69	0,90	130,00	0,87	125,00	0,87	125,00	1,18	170,00	1,14	165,00	9,67	1.401,45
31/08/2009	0,69	0,90	130,00	0,87	125,00	0,12	125,00	1,18	170,00	1,14	165,00	9,13	1.323,19
31/07/2009	0,78	1,02	130,00	0,98	125,00	--	--	1,34	170,00	--	--	6,95	891,03
30/06/2009	0,75	0,98	130,00	0,94	125,00	--	--	1,29	170,00	--	--	10,76	1.434,67
31/05/2009	0,77	1,00	130,00	0,92	125,00	--	--	1,31	170,00	--	--	8,94	1.161,04
30/04/2009	0,84	1,09	130,00	1,05	125,00	--	--	1,43	170,00	--	--	7,93	944,05
31/03/2009	0,97	1,26	130,00	1,22	125,00	--	--	1,66	170,00	--	--	8,85	912,37
29/02/2009	0,85	1,11	130,00	1,07	125,00	--	--	1,45	170,00	--	--	4,56	536,47
31/01/2009	1,04	1,36	130,00	1,31	125,00	--	--	1,79	170,00	--	--	7,23	695,19
31/12/2008	1,11	1,45	130,00	1,39	125,00	--	--	1,89	170,00	--	--	3,26	293,69
30/11/2008	1,00	1,30	130,00	1,25	125,00	--	--	1,70	170,00	--	--	9,51	951,00
31/10/2008	1,17	1,53	130,00	1,47	125,00	--	--	1,56	170,00	--	--	2,85	243,59
30/09/2008	1,1	1,43	130,00	1,37	125,00	--	--	--	--	--	--	7,01	637,27
30/08/2008	1,01	1,32	130,00	1,09	125,00	--	--	--	--	--	--	2,94	291,09
31/07/2008	1,06	1,39	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	1,94	183,02
30/06/2008	0,95	1,23	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	10,36	1.090,53
31/05/2008	0,87	1,13	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	6,11	702,3
30/04/2008	0,9	1,17	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	8,67	963,33
31/03/2008	0,84	1,09	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	4,71	563,16
29/02/2008	0,8	1,04	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	8,14	1.023,37
31/01/2008	0,92	1,20	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	-0,72	-78,13
31/12/2007	0,84	1,09	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	10,08	1.201,16
30/11/2007	0,84	1,09	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	3,88	462,04
31/10/2007	0,92	1,20	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	-4,4	-475,69
28/09/2007	0,8	1,04	130,00	--	--	--	--	--	--	--	--	7,43	927,16

* A alteração da denominação de Quotas Subordinadas para Quotas Subordinadas Junior se deu a partir de 22 de agosto de 2008 com a criação das Quotas Subordinadas Mezanino

ALTERAÇÕES RECENTES AO REGULAMENTO DO FUNDO

Em 04 de dezembro de 2009 foi realizada Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, na qual os quotistas presentes deliberaram, por unanimidade dos votos presentes e sem quaisquer restrições alterar o Regulamento, conforme descrito a seguir. A versão consolidada do Regulamento, contemplando as alterações descritas a seguir encontra-se anexa ao presente Prospecto sob a forma de Anexo I. É recomendada a leitura do Regulamento para completa compreensão das alterações a seguir:

- (a) Alterar o Parágrafo 2º, do Artigo 8º do Regulamento para:
- (i) incluir nova alínea “a” estabelecendo a possibilidade de extrapolação do limite de concentração em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brAAA” emitida pela Standard & Poor’s Rating Services, de modo que (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor possa representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);
 - (ii) incluir nova alínea “b”, estabelecendo a possibilidade de extrapolação do limite de concentração em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brA” emitida pela Standard & Poor’s Rating Services, de modo que: (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor poderá representar até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);
 - (iii) renumerar a atual alínea “a”, passando a mesma a ser designada como alínea “c” do mesmo dispositivo.
 - (iv) incluir nova alínea “d” estabelecendo a possibilidade de extrapolação do limite de concentração em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente analisado e aprovado pela Standard & Poor’s Rating Services, sendo que o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitado ao percentual que seja aprovado pela Standard & Poor’s Rating Services (não sendo tal Devedor considerado no limite estabelecido na alínea “b” do Parágrafo 2º, do Artigo 8º do Regulamento, a ser alterado conforme descrito no item “e” a seguir);
 - (v) alterar o Parágrafo 2º, do Artigo 8, do Regulamento para (i) renumerar a atual alínea “b”, passando a mesma a ser designada como alínea “e” do mesmo dispositivo; e (ii) alterar o limite da somatória dos quatro maiores devedores do Fundo de 20% (vinte por cento) para 25% (vinte e cinco por cento), mantendo-se inalteradas as demais disposições estabelecidas no dispositivo em questão;
- (b) Alterar o Regulamento para criar uma nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino, a qual receberá o nome de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, e será subordinada às Quotas Subordinadas Mezanino de Classes A e B, sendo similar a tais classes quanto às demais características.
- (c) Alterar o Artigo 37-A do Regulamento para restringir sua aplicação às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e incluir o Artigo 37-B, o qual estabelecerá a forma de cálculo do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

- (d) Alterar o Artigo 34 e o caput do Artigo 44 do Regulamento para incluir a menção ao Artigo 37-B.
- (e) Alterar o Artigo 50 do Regulamento para (i) estabelecer a relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Subordinadas Mezanino das Classes A e B, de modo que a somatória das Quotas Mezanino Classe C e das Quotas Juniores representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) estabelecer a relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Subordinadas Mezanino das Classe C e o, de modo que a as Quotas Juniores representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A relação mínima estabelecida no Regulamento para as Quotas Seniores não será objeto de alteração.
- (f) Alterar os Artigos 51 e 52 do Regulamento para adequá-los às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item “c” acima, refletindo a existência de mais de uma Razão de Garantia a ser observada.
- (g) Alterar o Artigo 40 do Regulamento para: (i) adequar seu Parágrafo 1º às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item “c” desta ata, de modo a contemplar a manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores nas hipóteses de Amortizações Programada de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B; (ii) inserir novo parágrafo 2º de modo a contemplar a manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Classes A e B, nas hipóteses de Amortizações Programada de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C; (iii) renumerar o seu atual Parágrafo 2º, passando o mesmo a ser designado Parágrafo 3º e adequá-lo às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item “c” desta ata; e (iv) renumerar o seu atual Parágrafo 3º, passando o mesmo a ser designado Parágrafo 4º.
- (h) Alterar o Artigo 43 do Regulamento para adequá-lo às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item “c” acima, de modo a contemplar a existência de mais de uma Relação Mínima a ser observada.
- (i) Alterar o Artigo 47 do Regulamento para adequá-lo às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item “c” desta ata, incluindo nova alínea “c” de modo a contemplar as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C na ordem de alocação de recursos do Fundo, e renumerando as alíneas previamente existentes, conforme aplicável.
- (j) Alterar a alínea “e” do Artigo 53 do Regulamento para adequá-la às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item “c” acima, de modo a que sua redação passe a contemplar a existência de mais de uma Razão de Garantia.
- (k) Alterar o Parágrafo 3º do Artigo 15 do Regulamento, para (i) incluir nova alínea “f”, para informar os riscos decorrentes da subordinação das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C às demais classes de Quotas Subordinadas Mezanino atualmente existentes; e (ii) renumerar a atual alínea “f”, passando a mesma a ser designada alínea “g”, e adequar sua redação às alterações realizadas ao Artigo 50 e ao Artigo 40 do Regulamento, descritas respectivamente nos itens “c” e “e” acima.
- (l) Alterar o Anexo I do Regulamento do Fundo para (i) alterar a definição de Amortização Programada, de modo a contemplar também as amortizações programadas de Quotas Subordinadas Mezanino, (ii) incluir as definições de: (a) Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, (b) Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B, (a) Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C, (d) Razão de Garantia das Quotas Seniores, (e) Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B, (f) Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C; e (g) Relação Mínima das Quotas Seniores e (iii) alterar as definições de Razão de Garantia e Relação Mínima, passando as mesmas a serem designadas, respectivamente, “Razões de Garantia” e “Relações Mínimas”.
- (m) Consolidar o Regulamento com as alterações acima mencionadas.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, os Cedentes comprometem-se a ceder ao Fundo Direitos de Crédito que atendam as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos Cedentes, em razão de sua titularidade.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos do Termo de Cessão compreende: (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; e (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória, vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

O Fundo, por sua vez, compromete-se adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão, (ii) o objetivo e a política de investimentos do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados, e (iii) a discricionariedade da Administradora, de acordo com as orientações da Consultora.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se, ainda, civil e criminalmente, pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Devedores contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

A aquisição dos Direitos de Crédito é realizada em caráter definitivo. Com a aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo tornar-se seu titular e paga aos Cedentes, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, na Data de Aquisição definida no Termo de Cessão, o preço apurado na forma descrita no item “Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito” deste Prospecto, em razão do que os Cedentes dão ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

Não obstante o caráter definitivo da cessão dos Direitos de Crédito, o Contrato de Cessão estabelece a obrigação de a Cedente adquirir do Fundo, em até um dia útil contado da solicitação deste a totalidade dos Direitos de Crédito Cedidos, por ele indicados, nas seguintes hipóteses:

- (i) questionamento por qualquer dos Devedores dos Direitos de Crédito em questão acerca da existência dos mesmos ou de qualquer vício, defeito, ou reclamação de qualquer outra natureza, no cumprimento pela Cedente de suas obrigações das quais decorram os Direitos de Crédito;
- (ii) prorrogação da data de vencimento dos Direitos de Crédito em questão sem a prévia e expressa anuência do Fundo;
- (iii) alteração ou o cancelamento, total ou parcial, por qualquer motivo, da venda de mercadorias ou da prestação dos serviços dos quais decorrem os Direitos de Crédito em questão;
- (iv) apresentação, pelo Devedor, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito em questão, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente;
- (v) recusa do Devedor em efetuar o pagamento do respectivo Direito de Crédito em questão na sua respectiva data de vencimento, com base em alegação de caso fortuito e/ou força maior; e/ou
- (vi) não substituição do garantidor ou apresentação de outras garantias consideradas pelo Fundo como suficientes, nos termos e prazos estabelecidos no Contrato de Cessão.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e o Custodiante veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de controladoria e escrituração de Quotas. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e o Custodiante veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito, a Consultora prestará ao Fundo serviços de consultoria e assessoria para análise e seleção de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e a Consultora veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contratos de Prestação de Serviços de Classificação de Risco

Por meio dos Contratos de Prestação de Serviços de Classificação de Risco, as Agências de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, o Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e o Auditor Independente veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Recebimento

Por meio de Contratos de Prestação de Serviço de Agente de Recebimento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá contratar Agentes de Recebimento para prestar, em caráter não discricionário, serviços de recebimento, conciliação e transferência de valores, compreendendo as seguintes obrigações: (a) receber a totalidade dos valores repassados pelos Cedentes nas Contas de Recebimento; (b) conciliar os valores depositados pelos Devedores e identificar os Direitos de Crédito que foram liquidados; e (c) repassar os valores dos Direitos de Crédito recebidos para o Fundo.

Até a data deste Prospecto, a Administradora havia firmado, por conta e ordem do Fundo, Contrato de Agente de Recebimento com o Banco Bradesco S.A.

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e de Agente de Garantias

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e de Agente de Garantias, a Consultora prestará serviços (i) de cobrança, judicial e extrajudicial, dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, cujos pagamentos não sejam efetuados pelos Devedores em favor do Fundo, nas respectivas datas de vencimentos; e (ii) de monitoramento e execução de garantias relativas a Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

A Consultora não é responsável, no entanto, pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V do Regulamento, ou pelo sucesso na execução das garantias pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e a Consultora veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito, o Custodiante foi contratado para atuar como depositário, dos originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no Artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades previstas no Contrato de Depósito, o Fundo, com a anuência do Custodiante contratou à Consultora a função de guarda física dos Documentos Comprobatórios, conforme permitido pelo Regulamento. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora, o Custodiante e a Consultora veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas consistem em frações ideais representativas do patrimônio do Fundo. O Fundo possui três classes de Quotas, sendo uma classe de Quotas Seniores, duas classes de Quotas Subordinadas Mezanino e uma classe de Quotas Subordinadas Junior.

Quotas Seniores

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Capítulo XIII do Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto as estabelecidas nos parágrafos 3º e 4º do Artigo 62 do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Seniores.

Na data deste Prospecto o Fundo contava com três séries de Quotas Seniores.

As Metas de Rentabilidade Prioritária das Quotas da 1ª, 2ª e 3ª Série de Quotas Seniores do Fundo são respectivamente 130% (cento e trinta por cento), 125% (cento e vinte e cinco por cento) e 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI.

Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e Classe B

As Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-A do Regulamento;

- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceção feitas às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B.

As Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e Classe B têm como Metas de Rentabilidade Prioritária a acumulação de, respectivamente, 170% das Taxas DI e 165% das Taxas DI.

Quotas Subordinadas Mezanino Classe C

As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-B do Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceção feitas às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Quotas Subordinadas Junior

As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação;
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;

- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Junior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 38 do Regulamento;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior na proporção do número de Quotas Subordinadas Junior que possuírem quando da emissão, observado o disposto no Parágrafo 5º do Artigo 38 do Regulamento;
- (f) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos, na forma do §1º do Artigo 31 do Regulamento; e
- a emissão de Quotas Seniores seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, corrigidas segundo a meta prioritária de rentabilidade ou o valor resultante da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas Seniores, o que for menor.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E SUBORDINADAS JUNIOR

O Fundo possui 4 (quatro) classes de Quotas Subordinadas, que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo: (i) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, (ii) até 10.000 (dez mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, (iii) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e (iii) até 20.000 (vinte mil) Quotas Subordinadas Junior.

O número de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior pode ser aumentados mediante deliberação de titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, realizada nos termos do Artigo 62 Parágrafo 3º do Regulamento.

A realização de ofertas públicas de Quotas Subordinadas Mezanino depende de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instruções da Consultora.

O Fundo poderá criar novas classes de Quotas Subordinadas Mezanino, mediante a necessária alteração do Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ser subordinada ou *pari passu* à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente, a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembléia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de Quotas e das Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembléia Geral.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

As Quotas do Fundo objeto de distribuição pública deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da série ou classe a que pertençam, conforme o caso.

As Quotas Seniores da 3ª Série serão publicamente distribuídas até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da 3ª Série das Quotas Seniores. O Anúncio de Início da Oferta de Quotas Seniores foi publicado em 30 de julho de 2009, havendo seu período de distribuição se iniciado em tal data, tendo como data de encerramento original o dia 26 de janeiro de 2010. Em 08 de dezembro de 2009 foi protocolado perante a CVM pedido de prorrogação do período de distribuição, havendo o mesmo sido deferido em 11 de janeiro de 2010, com a prorrogação da data de encerramento da Oferta de Quotas Seniores para 25 de julho de 2010.

As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão publicamente distribuídas até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37, 37-A, 37-B e 38 do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriurador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

Quotas Seniores

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, conforme calculado anteriormente, na respectiva Data de Amortização, ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa as Quotas Seniores. Não haverá relação mínima, em números percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação.

Quotas Subordinadas Mezanino

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dentro dos seguintes valores: (i) valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, calculado nos termos do Artigo 37 do Regulamento, dividido pela somatória do número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A em circulação e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em circulação na respectiva data de cálculo, ou (ii) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, conforme aplicável, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º do Artigo 37-A do Regulamento.

Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas. Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B têm como finalidade definir o respectivo valor de integralização de cada uma de tais classes de Quotas Subordinadas Mezanino e durante o respectivo período de distribuição. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, conforme calculado anteriormente, na respectiva Data de Amortização, ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa as Quotas Subordinadas Mezanino. Não haverá relação mínima, em números percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos acima às Quotas Subordinadas Mezanino da classe em questão, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e às Quotas Subordinadas Junior.

A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, calculados, respectivamente, nos termos do Artigo 37 e do Artigo 37-A do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C em Circulação; ou (ii) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º do Artigo 37-B do Regulamento.

Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, definidos acima, têm como finalidade definir o valor de integralização da classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme calculado anteriormente, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada uma das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos acima às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Junior.

Quotas Subordinadas Junior

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Quotas Seniores de cada série, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas pelo Fundo na respectiva Data de Resgate estabelecida para cada Série em seus respectivos Suplementos, observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores, bem como de Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou Quotas Subordinadas Mezanino Classe B está condicionada (i) à manutenção está condicionada à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores, estabelecida no Capítulo XIX do Regulamento; e (ii) à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, estabelecidas no Capítulo XIX do Regulamento; e (ii) à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os Quotistas Subordinados Mezanino da Classe em questão, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data essa em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

As Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembléia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério da Administradora, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de Quotas Subordinadas Junior antes do resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas Junior que exceder as Relações Mínimas, desde que após as referidas amortizações: (i) sejam mantidas as Razões de Garantia, e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

Em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder as Relações Mínimas, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

As amortizações de Quotas Subordinadas Junior poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembléia Geral de quotistas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 62 do Regulamento; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

O Custodiante, mediante instruções da Consultora, deverá constituir reserva monetária destinada ao pagamento da Amortizações Programadas ou Resgate de Quotas (a “Reserva de Amortização e Resgate”), a ser composta com as disponibilidades diárias advindas do recebimento, conforme o caso: (i) do valor de integralização de Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 15 (quinze) dias úteis anteriores a cada Data de Amortização Programada ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização e/ou do Resgate em questão;

- (b) até 7 (sete) dias úteis anteriores a cada Data de Amortização Programada ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização e/ou do Resgate em questão;
- (c) até 30 (trinta) dias anteriores à última Data de Amortização Programada, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização ou do Resgate em questão; e
- (d) até 30 (trinta) dias anteriores ao vencimento da última parcela de amortização, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral do resgate final a ser pago por ocasião da Amortização e/ou Resgate em questão.

Uma vez realizado o pagamento da Amortização e/ou do Resgate em razão da qual a Reserva de Amortização e Resgate foi constituída, o Custodiante cessará o processo de constituição de Reserva de Amortização e Resgate até que se faça necessária a constituição desta para pagamento de nova Amortização e/ou Resgate.

A data de início da constituição da Reserva de Amortização e Resgate em relação a cada um dos eventos descritos acima deverá ser definida em função (i) do prazo médio de vencimento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo; e (ii) dos índices de inadimplência observados nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de amortização ou data de resgate em questão, de modo que considerado o fluxo de pagamentos de 90% (noventa por cento) dos Direitos de Crédito remanescentes após a dedução do valor equivalente a tais índices de inadimplência, o valor de tal fluxo seja suficiente para a constituição da Reserva de Amortização e Resgate nos prazos acima estabelecidos.

Os valores integrantes da Reserva de Amortização e Resgate poderão ser aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 do Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores; (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em suas respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Junior na hipótese prevista no Artigo 43 e no Artigo 52 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37, o Artigo 37-A, Artigo 37-B e 38 do Regulamento, conforme o caso.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e pela Central Depositária da BM&FBovespa, conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, para os titulares de Quotas Seniores que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados, servindo o comprovante de depósito como recibo. Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no § 5º do Artigo 54 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

A ocorrência de feriado na cidade ou estado em que esteja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer pagamento devido aos Quotistas. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil, ou no primeiro dia útil da cidade ou estado de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão registradas para negociação no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, cabendo exclusivamente aos eventuais intermediários na negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador somente após a verificação, pelo intermediário, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, e na inexistência será precificada pela curva, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O Fundo está obrigado diariamente, desde sua 1ª Subscrição de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga, conforme orientação da Consultora, a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do Fundo; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; (d) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B; (e) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C; e (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista, na forma do parágrafo único, do Artigo 70, do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

At.: Srta. Carla Lopes
Telefone: (21) 3974-4618
Fac-símile: (21) 3974-9501
Email: fidc@bnymellon.com.br
www.bnymellon.com.br

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Consultora não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, da Coordenadora, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS DE MERCADO

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.

O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores.

Risco de Descasamento entre Taxas de atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito

Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Liquidez para Negociação das Quotas em mercado Secundário

Os fundos de investimento em direitos de crédito são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos de crédito e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Amortização e Resgate Condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

As Quotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Quotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia das Quotas Seniores Para Efeitos de Amortização e Resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C se Subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, e ao Atendimento das Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B Para Efeitos de Amortização e Resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C estão condicionadas ainda à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, bem como à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, conforme estabelecido no artigo 40 a seguir. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento das Razões de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção das Razões de Garantia, conforme estabelecido no Artigo 40, e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

RISCO OPERACIONAL

Falhas de Procedimento

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

Documentos Comprobatórios

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios e pela verificação da regularidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 28 do Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos

Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento, cujo saldo será monitorado pela Consultora.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, mediante instruções da Consultora, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, e com o monitoramento da Consultora, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, sob o monitoramento e instruções da Consultora poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco de Sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos de crédito, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

OUTROS RISCOS

Risco de Instrumentos Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de Descontinuidade

A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Quanto ao Risco dos Cedentes destaca-se:

- Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.
- A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.
- Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos e Custos de Cobrança

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Limitação de Gerenciamento de Riscos

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Risco Decorrente da Falta de Registro dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão.

As vias originais de cada Contrato de Cessão e cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que (i) a operação registrada prevaleça caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros; e (ii) se afastem dúvidas quanto à data e condições em que a cessão foi contratada em caso de ingresso do Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo (i) em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário; e (ii) em caso de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, nos quais a validade da cessão dos Direitos de Crédito venha a ser questionada. Assim, nas hipóteses de (i) o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário; ou (ii) de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, a não realização do registro poderá dificultar, respectivamente, (a) a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário e (b) a comprovação da validade da cessão perante terceiros, prejudicando assim o processo de recebimento e de cobrança dos Direitos de Crédito em questão e afetando adversamente o resultado do Fundo.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Consultora, pela Gestora, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos de crédito no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Outros Riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando à criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS

Por tratar-se de um fundo multisetorial e multicedentes, o Fundo não apresenta concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico. O Fundo apresenta grande pulverização em relação aos Cedentes, Devedores e Coobrigados estando obrigado a observar limites de concentração para cada um desses estabelecidos em seu Regulamento. Para informações acerca dos mencionados limites de concentração veja a Seção “Informações Sobre os Direitos de Crédito – Limites de Concentração” deste Prospecto.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá prazo indeterminado, mas poderá ser liquidado mediante um evento de liquidação, descrito abaixo.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 02 (dois) níveis a seguir da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade;
- (d) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (e) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 2ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 2ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

O Fundo não estará sujeito a liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Artigo 58 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, ela será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembléia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembléia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no parágrafo acima determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento, a Administradora determinará ao Custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas-em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Os procedimentos descritos no §4º do Artigo 54 do Regulamento poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no §2º do Artigo 54 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Compete privativamente à Assembléia Geral:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Artigo 31, Parágrafo 1º e do Artigo 32, Parágrafo 7º do Regulamento;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Consultora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV do Regulamento.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira, convocação com a presença de. Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Na hipótese de a convocação de Assembléia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

As matérias submetidas à deliberação dos Quotistas deverão ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral, exceto com relação a: (i) alteração da remuneração da Administradora; (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI do Regulamento, respectivamente; (iii) alteração das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade; (iv) as matérias previstas no Artigo 58 e no Parágrafo 2º do Artigo 33 do Regulamento; (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento; (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e (vii) realização de Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal.

As seguintes matéria deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes: (i) aumento do número de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior estabelecidos no Artigo 32 do Regulamento; (ii) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino subordinada ou *pari passu* às classes de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; (iii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino; e (iv) realização de amortizações de Quotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal.

As seguintes matéria deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Mezanino dos presentes, sendo que caso se refiram a uma única classe de Quotas Subordinadas Mezanino existentes, as deliberações deverão ser tomadas exclusivamente por titulares de Quotas da classe em questão: (i) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; e (ii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino.

A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, somente investidores qualificados poderão adquirir as quotas do Fundo, conforme definidos pela Instrução CVM 409.

As Quotas serão registradas para negociação no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das Quotas. A integralização, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados documento de ordem de crédito – DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Quotas do Fundo em Direitos de Crédito, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no parágrafo 5º, Artigo 48 do Regulamento.

O prazo para efetivação de Amortização Programada será aquele definido respectivo no Suplemento de cada série de Quotas Seniores ou de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso. Se a Amortização Programada não cair em Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas no Regulamento, uma Taxa de Administração de 2% (dois por cento ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$17.000,00 (dezesete mil reais) mensais.

A remuneração prevista acima será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração

A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 do Regulamento.

TAXA DE CONSULTORIA

Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas no Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE QUOTAS SENIORES

CUSTO	% EM RELAÇÃO AO VALOR DA DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE (R\$)
Comissão de Colocação	0,00	0,00
Custos de Classificação de Risco ¹	0,03	18.000,00
Assessoria Jurídica	0,13	75.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,00	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,14	82.870,00
Custos com Cartório	0,00	1.000,00
Total	0,30	153.870,00

¹ Custos relativos ao relatório de classificação de risco elaborado pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Os custos relativos ao relatório de classificação de risco elaborado pela Standard & Poor's Rating Services serão suportados pelos Quotistas Subordinados Junior.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE C

CUSTO	% EM RELAÇÃO AO VALOR DA DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE (R\$)
Comissão de Colocação	0,00	0,00
Custos de Classificação de Risco	0,08	12.000,00
Assessoria Jurídica	0,47	70.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,01	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,55	82.870,00
Custos com Cartório	0,01	1.000,00
Total	1,12	167.870,00

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADO DAS OFERTAS

CUSTO	% EM RELAÇÃO AO VALOR DA DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE (R\$)
Comissão de Colocação	-	-
Custos de Classificação de Risco	0,04	30.000,00
Assessoria Jurídica	0,19	145.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,01	4.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,22	165.740,00
Custos com Cartório	0,01	2.000,00
Total	0,43	321.740,00

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

ADMINISTRADORA, COORDENADORA E COLOCADORA DAS QUOTAS DO FUNDO

O Fundo será administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

A Administradora foi também contratada para exercer as atividades de coordenação e colocação das Quotas do Fundo, em regime de melhores esforços.

Breve Histórico

A Administradora é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório n.º 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

A Administradora presta serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados a ANBID e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 57 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Outubro 2007).

A Administradora tem na administração de fundos de investimento em direitos de crédito, um volume administrado próximo de R\$ 2 bilhões. Devido ao grande crescimento da demanda no mercado pelo produto, e a preocupação com a qualidade na prestação do serviço, a Administradora criou em 2005 uma gerência exclusiva para o produto, que já coordenou a constituição de mais de 30 FIDCs.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Substituição

A Administradora poderá ser substituída através da sua renúncia, conforme previsto no Artigo 20 do Regulamento, ou por decisão da Assembléia Geral, devidamente convocada e reunida para este propósito.

GESTORA

Para a prestação dos serviços de gestão do Fundo foi contratada a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.

Breve Histórico

O BNY Mellon iniciou suas atividades de alocação de recursos no Brasil em Fevereiro de 2003 com uma divisão de negócios responsável por R\$ 30 milhões, distribuídos em quatro fundos exclusivos e três fundos condominiais para clientes com perfis de risco conservador, moderado e agressivo. O crescimento dos ativos e a mudança no ambiente regulatório brasileiro permitiram a ampliação dos canais de distribuição (inicialmente concentrado em clientes private) para clientes institucionais e a diversificação das estruturas de investimentos em fundos, FICs e ativos.

Em 2008, razões institucionais levaram o BNY Mellon à segregação completa dos negócios de gestão, administração e alocação de recursos no Brasil. Assim, a Gestora foi legalmente constituída para absorver os fundos de alocação, mantendo os recursos humanos e a estrutura física que já ocupava antes da segregação formal.

A Gestora é uma empresa do The Bank of New York Mellon Corporation voltada para a seleção de fundos de investimento e alocação de ativos para clientes private e institucionais. O total de ativos sob gestão em diversas estruturas de investimento soma cerca de R\$1 bilhão distribuído em 70 fundos, dentre fundos de investimentos, fundos de investimento em cotas de fundos multimercados e em cotas de fundos de ações, sendo estes abertos, exclusivos e restritos.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de administração da Carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Breve Histórico

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mês houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto - Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agências e é uma das maiores instituições financeiras do mundo com avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fictch IBCA.

Os Serviços de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO

Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos do Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, indicou a Consultora para exercer, (i) na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, dos contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito (os “Documentos Comprobatórios”); e (ii) a cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria, havendo a Consultora sido contratada pelo Fundo para tais serviços.

Breve Histórico

A Consultora atua desde 2001 na prestação de assessoria creditícia e cobrança exclusivamente para empresas do grupo Silverado, e é administrada pelo Sr. Manoel Carvalho, o qual se dedica exclusivamente à administração dos investimentos do Grupo Silverado, e que possui as seguintes qualificações e histórico profissional: Mestrado – MBA em 2001 pela Katz Graduate School of Business, University of Pittsburg, e graduado em 1978 pela Administração de Empresas pela FAAP Fundação Armando Alvares Penteado. Participação freqüente em cursos de curta duração em instituições de renome tais como INSEAD, AIF e CFA. Atua há 26 anos no mercado financeiro, havendo exercido as seguintes funções: **(i)** *Managing Director* do *Senior Corporate Bankers Group* do Banco BankBoston S.A., responsável pelo relacionamento global de 10 dos 80 maiores clientes corporativos do Banco no período de 1998 a 1999; **(ii)** *Managing Director* Large Corporate, responsável pelo relacionamento e prospecção de grandes clientes corporativos do Banco no período de 1997 a 1998; **(iii)** Diretor de Finanças Corporativas do Banco Rendimento S.A., responsável pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1995 a 1996; **(iv)** *Managing Director* do Banco Icatú S.A., responsável pela área corporativa e pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1992 a 1995; **(v)** *Senior Officer* da Área de Operações Estruturadas do Banco Chase Manhattan S.A., responsável por operações cambiais, de Hedge, Swap e de Export Notes; entre outros. É detentor de expertise na análise de risco de crédito, dedicando-se desde de 2001 à administração da Maximum Fomento Ltda. e a Silverado Maximum Desenvolvimento de Negócios Ltda., sociedades de sua propriedade que têm por principal atividade a realização de operações de *factoring*.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços descritos no parágrafo acima, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembléia Geral.

AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

Breve Histórico

A Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, atuante desde 1986, tendo sido a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin Serviços Financeiros Ltda. é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas melhores escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

Substituição

A Administradora pode contratar outras agências de classificação de risco, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, adquirir Direitos de Crédito, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes na data da cessão, que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Mutuários contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Termo de Cessão. O Contrato de Cessão e cada respectivo Termo de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irretratável. Para mais informações acerca dos Contratos de Cessão, dos Termos de Cessão e da forma como se operam as cessões, veja a Seção “Características do Fundo – Sumário dos Principais Contratos – Contrato de Cessão” deste Prospecto.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adotará taxas de desconto para o cálculo do preço de aquisição dos direitos de crédito em linha com as taxas adotadas pelo mercado para títulos com nível de risco similar àqueles a serem adquiridos. Por tratar-se de um fundo multicedentes o Fundo pode vir a adotar em uma mesma data diferentes taxas de cessão em função do Cedente ou dos Direitos de Crédito que esteja adquirindo.

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo aos Cedentes na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula a seguir, especificada nos respectivos Termos de Cessão. Adicionalmente, o preço de aquisição de cada Direito de Crédito deve ser calculado de modo a propiciar ao Fundo, no mínimo, a Taxa Mínima de Retorno equivalente a 1,7 vezes a Taxa DI.

$$PC_i = \frac{VNi}{Fator_{ce}} \quad \text{onde:}$$

PC_i = Preço de cessão do Crédito “i”

Vni = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão

$Fator_{ce}$ = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ 1 + \left[\left(\frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 1,75 \right\}^{DU_i}$$

- Taxa DI = Taxa DI, conforme definida no Regulamento, referente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição
- Dui = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive
- Spread = Spread considerado no cálculo do Fator CE, o qual de acordo com o Regulamento do Fundo não pode ser inferior a 1,7

O Fundo busca trabalhar com quatro níveis principais de Fator CE (taxas de desconto) para a aquisição de Direitos de Crédito, todos eles superiores à Taxa Mínima de Retorno, são elas: (i) entre 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao mês; e (ii) 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) ao mês; (iii) 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento) ao mês, (iv) 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao mês. Destaca-se que, não obstante pratique as taxas acima indicadas, é possível que ao longo da vida do Fundo tais taxas venham a ser alteradas em função de variações na Taxa DI, de modo a permitir ao Fundo o atendimento da Taxa Mínima de Retorno na aquisição de Direitos de Crédito e a competitividade das taxas praticadas pelo Fundo com as taxas praticadas pelo mercado.

Não obstante busque trabalhar com as acima indicadas, em função das condições negociais verificadas no mercado e da qualidade dos Direitos de Crédito em cada operação, o Fundo realiza ocasionalmente pequenos ajustes para maior ou para menor aos Fatores CE acima indicados, resultando assim na existência de operações com Fator CE intercalares entre os indicados acima. Em 30 de novembro de 2009 a carteira de Direitos de Crédito do Fundo encontrava-se distribuída da seguinte forma:

FATOR CE (AO MÊS)	EQUIVALENTE A % DA TAXA DI	VALOR DOS DIREITOS DE CRÉDITO (EM R\$)	PERCENTUAL DA CARTEIRA
De 1,2% a 1,7%	De 171% a 242%	46.515.244,27	40,24%
De 1,7% a 2,3%	De 242% a 327%	36.706.488,75	31,76%
De 2,3% a 2,8%	De 327% a 399%	22.832.591,15	19,75%
Superior a 2,8%	Superior a 399%	9.535.897,67	8,25%

Dentre os elementos considerados pelo Fundo para definir o Fator CE, e por consequência o Preço de Aquisição, aplicável em cada operação pode-se destacar três elementos-chave em ordem de importância: (i) a qualidade do risco de crédito do Devedor dos Direitos de Crédito; (ii) a qualidade de risco de crédito do Cedente dos Direitos de Crédito; e (iii) a condição negocial de cada operação de aquisição de Direitos de Crédito.

Assim, o Fator CE entre 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao mês e 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) ao mês, com é utilizado operações onde tanto o Cedente quanto o Devedor se enquadram como clientes que atendem aos C's do crédito, em especial o Caráter (histórico do obrigado quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras e contratuais); Capacidade (potencial do obrigado para quitar o crédito solicitado). Além Caráter e Capacidade, são considerados ainda: Capital (solidez financeira do obrigado); Colateral (montante de bens colocados à disposição pelo solicitante para garantir o valor devido); e Condições (condições econômicas e setoriais vigentes, assim como elementos especiais que possam vir a afetar tanto o obrigado quanto o Fundo).

Para casos em que a situação não é tão positiva no que se refere ao Cedente, ou seja, nos quais o Cedente possui algum tipo de restrição creditícia, porém o Devedor apresenta bom nível de crédito segundo os parâmetros de avaliação adotados pelo Fundo, este adota Fatores CE entre 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) ao mês e 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento) ao mês, conforme o nível de risco do Cedente identificado. Em se tratando de Cedentes com risco mais elevado, mas que apresentam boas referências e histórico de pagamento considerado pela

Consultora como satisfatório, o Fundo adota Fatores CE entre 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento) e 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ao mês. A adoção de Fator CE superior a 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) ocorre somente em situações excepcionais, em que embora o nível de risco do Cedente esteja próximo do limite considerável aceitável pela Consultor, o nível de risco do Devedor, associado ao nível de taxa contratado compense o risco da operação. Destaca-se que em 30 de novembro de 2009, o volume de operações com tais características era inferior a 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) da carteira do Fundo.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Por tratar-se de um fundo multisetorial e multicedentes, o Fundo não apresenta concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico.

Os Direitos de Crédito são decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Além da diversidade de setores de originação, o Fundo apresenta grande pulverização de risco em relação aos Cedentes, Devedores e Coobrigados estando obrigado a observar limites de concentração para cada um desses estabelecidos em seu Regulamento.

O total de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, poderá representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, observados os termos estabelecidos no Regulamento, podendo tal limite ser excedido, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento, conforme descrito a seguir.

Adicionalmente, o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, poderá representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, e o total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Fundo poderá realizar, ainda, operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

No tocante ao total de Cédulas de Crédito Bancário adquiridas, o Fundo deverá observar o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que (i) um mesmo Devedor de Cédulas de Crédito Bancário poderá representar apenas 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) a somatória do valor das cédulas de crédito bancário e dos demais Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelos 05 maiores Cedentes deverá representar seja de no máximo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em cada data de verificação, entendendo-se por “maiores Cedentes”, os Cedentes com maior volume de Direitos de Crédito cedidos que integrem a carteira do Fundo na data de verificação em questão. Referidos limites de concentração não são aplicáveis em relação a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas até 02 de julho de 2009, data na qual referidas disposições passaram a integrar o Regulamento do Fundo. Os limites de concentração por Devedor ora estabelecidos podem ser extrapolado exclusivamente nos termos da do item “a” a seguir.

No mesmo sentido, o total de Direitos de Crédito representados por cheques adquiridos pelo Fundo deverá observar o limite máximo de 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que um mesmo Devedor de cheques poderá representar apenas 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não estando tais limites sujeitos à extrapolação descrita a seguir.

Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos no Artigo 8º do Regulamento poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- (a) em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brAAA” emitida pela *Standard & Poor’s Rating Services*, de modo que (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor possa representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- (b) em relação a Devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brAA” emitida pela *Standard & Poor’s Service Ratings*, hipótese em que: (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- (c) em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brA” emitida pela *Standard & Poor’s Rating Services*, de modo que: (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor poderá representar até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);
- (d) em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente analisado e aprovado pela *Standard & Poor’s Rating Services*, sendo que o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitado ao percentual que seja aprovado pela *Standard & Poor’s Rating Services*; e
- (e) desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) em se tratando de devedores, a somatória dos Direitos de Crédito cedidos pelos quatro maiores Devedores de Direitos de Crédito não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo sendo que a maior concentração de um Devedor, considerado individualmente, não ultrapasse 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (iii) a *Duration* dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iv) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na somatória dos limites a que se refere o item “i” acima, as operações relativas às pessoas mencionadas nas alíneas “a” a “d” deste Parágrafo.

$$D = \frac{(C1 \times d1) + (C2 \times d2) + (Cn \times dn)}{C1 + C2 + Cn}$$

Sendo:

$D = Duration$

C = Valor presente do título de crédito em na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição.

d = Número de dias restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo.”

O prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo deverá obrigatoriamente obedecer aos percentuais descritos a seguir:

Prazo Médio	Percentual do Patrimônio Líquido do Fundo
Até 90 dias	Até 100%
Até 120 dias	Até 80%
Até 150 dias	Até 60%
Até 180 dias	Até 50%
Até 01 ano	Até 10%
Até 02 anos	Até 5%
Até 03 anos	Até 2,5%

Sem prejuízo dos percentuais estabelecidos acima (i) o prazo médio ponderado da carteira de Direitos de Crédito não deverá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias úteis, devendo eventuais extrapolações de tal prazo médio serem sanadas em até 05 (cinco) dias úteis contados de sua constatação; e (ii) a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo observar a proporção entre o valor deste e as datas programadas para pagamento de amortizações e resgates das Quotas, de modo que a parcela dos recursos no montante equivalente à cada uma das Datas de Amortização Programadas e Datas de Resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, seja alocada em: (i) Direitos de Crédito ou (ii) Ativos Financeiros que não gozem de liquidez diária com data de vencimento anterior à Data de Amortização Programada e/ou Data de Resgate em questão, permitindo a formação da Reserva de Amortização e Resgate a ela relativa.

No que se refere a obrigação de recompra dos Direitos de Crédito, os contratos de cessão de Direitos de Crédito por meio dos quais o Fundo adquira Direitos de Crédito, conterão sempre mencionada cláusula que estabeleça a obrigação do Cedente de recomprar os Direitos de Crédito por ele cedidos caso se verifique a ocorrência das hipóteses estabelecidas no Anexo IX do Regulamento.

CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, das seguintes condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos a seguir.

São condições para a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo (as “Condições de Cessão”):

- os Direitos de Crédito devem ser representados por Documentos Comprobatórios, observados os limites de concentração estabelecidos no Regulamento do Fundo, os quais encontram-se transcritos no presente Prospecto;
- os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores;
- que a aquisição de um determinado Direito de Crédito não resulte na extrapolação dos limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos no Artigo 8º do Regulamento;

- (d) os Direitos de Crédito deverão ter seu vencimento final em até 30 (trinta) dias de antecedência em relação à última Data de Resgate de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo, sendo que, em se tratando de Direitos de Crédito representados por duplicatas com valor superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a Consultora deverá confirmar a data de vencimento e existência dos Direitos de Crédito em questão junto respectivos Devedores previamente à aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;
- (e) os Direitos de Crédito representados por Cédulas de Crédito Bancário deverão:
 - (i) contar com garantia real de no mínimo 120% (cento e vinte por cento) do valor do Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo. Caso a garantia a ser outorgada seja penhor ou cessão fiduciária de Direitos de Crédito: (a) referida garantia deverá contemplar mecanismo que estabeleça a passagem de, no mínimo, o menor dentre os seguintes valores: (x) 30% (trinta por cento) do valor do saldo devedor dos Direitos de Crédito em qualquer data de verificação; ou (y) o valor estimado dos valores devidos a título de amortização de principal e pagamento de juros devidos nos 2 (dois) meses imediatamente subsequentes à data de verificação em questão;
 - (ii) apresentar prazo médio menor ou igual a 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo; e
 - (iii) contar com cláusula de vencimento antecipado que estabeleça que as Cédulas de Crédito Bancário poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis caso se verifique a ocorrência das hipóteses previstas no Anexo X do Regulamento.

As disposições estabelecidas na alínea “e” acima não serão aplicáveis em relação a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas até 02 de julho de 2009, data na qual referidas disposições passaram a integrar o Regulamento.

Os critérios de elegibilidade para a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo são (os “Críticos de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo vencidos e não pagos a mais de 30 dias;
- (b) os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- (c) sua aquisição ter sido previamente aprovada pela Consultora, mediante envio ao Custodiante de aviso contendo informações sobre o Devedor, o Cedente, eventuais coobrigados e o Direito de Crédito, bem como sobre o cumprimento das Condições de Cessão acima descritas, com forma e conteúdo acordado com o Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito representados por *warrants*, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, aos quais se refere o Parágrafo 8º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Termo de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante.

PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Para cada uma das cessões realizadas será celebrado um Termo de Cessão, que estabelecerá, dentre outras condições de pagamento, o respectivo Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo à cada um dos Cedentes, em razão da respectiva cessão de Direitos de Crédito. O Preço de Aquisição deverá considerar, no mínimo, a taxa mínima de retorno calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TMR} = 1,7 \times \text{Taxa DI}$$

Sendo:

TMR = Taxa Mínima de Retorno

INADIMPLEMENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda. Além disso, observadas as disposições previstas no Artigo 49 do Regulamento, a Consultora poderá identificar potenciais compradores para aquisição de Direitos de Crédito que estejam vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo.

Após o início das atividades do Fundo, o Custodiante realizará, por amostragem, procedimento de auditoria periódica dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a sua regularidade, utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos de crédito, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo: ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Adicionalmente, o Auditor Independente realizará, na periodicidade definida pelo Custodiante, procedimentos específicos, por amostragem, com o objetivo de verificar a exatidão das informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação.

Histórico de Inadimplimento, Perdas e Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito na Carteira do Fundo

O Fundo iniciou suas operações de aquisição de Direitos de Crédito em agosto de 2007, (i) não havendo apresentado desde então volumes relevantes de inadimplimentos com prazos superiores a 31 dias; e (ii) historicamente, nenhum título vencido e não pago a mais de 121 dias de sua data de vencimento, conforme indicado na Tabela 1 do Anexo VIII ao presente Prospecto. Na data deste Prospecto não existia na carteira do Fundo nenhum título vencido à mais de 90 dias. Esclarecemos que as informações demonstradas na Tabela 1 foram apuradas de acordo com a metodologia do COSIF, utilizada também na definição dos montantes de provisão de perda do Fundo, e que estabelece a obrigatoriedade de (i) a classificação de todos os créditos vencidos em faixas, conforme indicado a seguir; e (ii) que sejam considerados como antecipadamente vencidos todos os títulos vincendos de um Devedor que possua créditos em atraso, implicando em que se considere como vencidos um volume de Direito de Crédito maior que os efetivamente vencidos em cada data de apuração.

O Fundo não teve até a data do presente Prospecto nenhum Direito de Crédito efetivamente inadimplido, sendo que mesmo os Direitos de Crédito que sofreram atrasos em suas datas de pagamento foram pagos antes de serem caracterizados como perda de acordo com a regra do COSIF. A Tabela a seguir apresenta o histórico de inadimplência do Fundo, por faixas de prazo, nos trimestres indicados. Para informações acerca do Histórico de Inadimplência nos demais trimestres de operação do Fundo veja a Tabela 01, do Anexo VIII deste Prospecto.

HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA DO FUNDO						
	TRIMESTRE FINDO EM 31/03/2009		TRIMESTRE FINDO EM 30/06/2009		TRIMESTRE FINDO EM 30/09/2009	
Créditos Vencidos	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo
Até 30 dias	825.374,77	0,79	1.039.178,58	0,84	3.393.661,39	2,77
De 31 a 60 dias	357.900,00	0,34	21.000,00	0,02	456.164,17	0,37
De 61 a 90 dias	376.706,48	0,36	-	-	536,97	0,0004
De 91 a 120 dias	-	-	-	-	37.000,00	0,03
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	-	-
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido do Fundo	104.527.236,94	-	123.991.056,05	-	122.336.156,89	-

Parcela preponderante dos Direitos de Crédito adquiridos refere-se a operações de curto prazo cujos títulos têm valor de face definido, sem previsão de cobrança de juros (i.e. duplicatas, cheques pré-datados, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço já performadas), as quais não contam com previsão de concessão de desconto ou redução do valor devido em caso de pré-pagamento. Assim, o Fundo entende não haver risco de amortização ou liquidação antecipada de Direitos de Crédito que possa afetar de modo relevante o Fundo e seu fluxo de pagamentos, entendimento esse que vem sendo confirmado pelos dados verificados nas operações do Fundo. Adicionalmente, observa-se que o Fundo opera com vários Cedentes, não apresentando volume de concentração relevante em relação a nenhum dos Cedentes, o que no entendimento do Fundo: (i) reduz o risco de ocorrência de pré-pagamentos de volumes relevantes de Direitos de Crédito; e (ii) permite ao Fundo realocar os recursos relativos a eventuais pré-pagamentos na aquisição de Direitos de Crédito de outros cedentes. A Tabela a seguir apresenta informações sobre Pré-Pagamento de Direitos de Crédito, por faixa de prazo, nos trimestres indicados. Para apurar as informações apresentadas na Tabela a seguir e na Tabela 01 do Anexo VIII deste Prospecto, o Fundo verificou a data de pagamento e de vencimento dos Direitos de Crédito relativos a todos os pagamentos por ele recebidos em cada data de pagamento, sendo que quando a data de pagamento foi menor que a data de vencimento do Direito de Crédito o valor do pagamento em questão é considerado como pré-pagamento, conforme demonstrado na Tabela 2 do Anexo VIII ao presente Prospecto. Para mais informações sobre o Histórico de Pré-Pagamento nos demais trimestres de operação do Fundo, veja a Tabela 02, do Anexo VIII deste Prospecto.

PRÉ-PAGAMENTOS DE DIREITOS DE CRÉDITO						
	TRIMESTRE FINDO EM 30/03/2009		TRIMESTRE FINDO EM 30/06/2009		TRIMESTRE FINDO EM 30/09/2009	
	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo
Antecipação de Pagamento						
Até 30 dias	5.907.832,60	5,65	8.004.635,62	6,46	6.654.913,54	5,44
De 31 a 60 dias	71.852,83	0,07	858.932,14	0,69	388.155,12	0,32
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	-	-
De 91 a 120 dias	-	-	-	-	-	-
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	-	-
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido do Fundo	104.527.236,94	-	123.991.056,05	-	122.336.156,89	-

Histórico de Inadimplimento, Perdas e Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito em Carteiras Similares à do Fundo

Tendo em vista que (i) o Fundo iniciou suas operações em agosto de 2007, (ii) o Fundo consiste em um fundo multisetorial e multicedentes, não apresentando concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico, a Administradora declara não ser possível obter informações relativas a estatísticas de inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento de créditos relativos aos Cedentes e Devedores que atualmente compõem a carteira do Fundo, relativas a períodos anteriores ao início de operações pelo Fundo. Ademais, destaca-se que, de acordo com o estabelecido no Regulamento e no Contrato de Cessão: (a) nenhum dos atuais Cedentes do Fundo está obrigado a continuar cedendo Direitos de Crédito ao Fundo; e (b) o Fundo poderá vir a adquirir Direitos de Crédito de Cedentes com os quais não opera na data deste Prospecto, desde que os Direitos de Crédito a serem ofertados por tais Cedentes atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento do Fundo.

Não obstante, a inexistência de histórico da carteira do Fundo nos períodos anteriores à sua constituição, considerando a existência de outros fundos de investimento em direitos créditos com características semelhantes às do Fundo e carteiras de Direitos de Crédito de mesma natureza à carteira de crédito do Fundo, a Administradora e a Consultora diligenciaram seus melhores esforços para obter informações acerca dos inadimplimento, perdas e pré-pagamento de carteiras semelhantes às do Fundo. Para tanto, a Administradora e a Consultora consultaram informações públicas constantes de prospectos e relatórios de classificação de risco de vários FIDCs que entraram em operação anteriormente ao Fundo, havendo identificado 2 FIDCs com informações com datas-base e formato comparáveis entre si. Adicionalmente, a Administradora e a Consultora consultaram *bureaus* de crédito em funcionamento no país, bem como a agência de risco responsável pela classificação de risco do Fundo, não tendo, contudo obtido informações adicionais às por ela obtidas nos referidos documentos públicos.

Uma vez em posse dos dados a Administradora e a Consultora (i) calcularam as médias ponderadas dos volumes de Direitos de Crédito Vencidos e das provisões para devedores duvidosos de tais Fundos no período de junho de 2006 a junho de 2008; e (iii) calcularam a representatividade de tais valores em relação à carteira dos 02 FIDCs considerados em conjunto, havendo obtido o indicado na Tabela 3 do Anexo VIII ao presente Prospecto. As informações obtidas encontram-se disponíveis em relatórios de classificação de risco e em prospectos dos mencionados FIDCs.

TRIMESTRE ENCERRADO EM	CARTEIRA TOTAL*	DIREITOS DE CRÉDITO VENCIDOS**		PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	
		EM R\$	PERCENTUAL DA CARTEIRA TOTAL	EM R\$	PERCENTUAL DA CARTEIRA TOTAL
Jun/06	9.442.516,65	477.365,55	5,06%	(19.992,89)	-0,21%
Set/06	67.361.000,00	866.000,00	1,29%	159.000,00	0,24%
Dez/06	146.607.175,13	3.933.033,50	2,68%	120.171,37	0,08%
Mar/07	187.143.844,21	5.877.182,27	3,14%	(133.149,03)	-0,07%
Jun/07	208.332.662,37	6.563.427,29	3,15%	981.143,86	0,47%
Set/07	319.082.894,46	3.516.720,75	1,10%	546.492,14	0,17%
Dez/07	500.533.565,27	3.077.728,68	0,61%	669.672,79	0,13%
Mar/08	521.251.324,00	1.825.033,00	0,35%	668.337,00	0,13%
Jun/08	563.549.628,00	2.780.883,00	0,49%	662.894,00	0,12%

* Correspondente à somatória de 02 FIDCs com carteiras com características similares à do Fundo, com operações no período.

** Não corresponde às perdas dos FIDCs analisados, mas sim ao volume de Direitos de Crédito em atraso nas datas em questão.

Não obstante tenham envidado esforços razoáveis, a Administradora e a Consultora declaram, nos termos do item 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, não ter conhecimento de outras informações estatísticas sobre Inadimplemento, Perdas e Pré-Pagamento de Direitos de Crédito similares aos adquiridos pelo Fundo, e não haver obtido informações consistentes e em formatos e datas-base passíveis de comparação relativas a FIDCs que acreditam ter características e carteiras semelhantes às do Fundo, que lhes permita apurar informações: (i) relativas a períodos anteriores a junho de 2006; (ii) indicar a abertura dos Direitos de Crédito vencidos por faixas de atraso; e/ou (iii) acerca do volume de pré-pagamentos e perdas efetivamente incorridas.

POLÍTICA DE COBRANÇA

O Anexo V ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Apresenta-se a seguir a descrição detalhada da Política de Concessão de Créditos estabelecida no Anexo III do Regulamento do Fundo, a ser observada pelos Cedentes na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo. A aplicação da Política de Concessão de Crédito é aplicada também pela Consultora em relação a cada um dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, durante a análise dos mesmos para aquisição.

Critérios para Aprovação de Crédito

Limites de Crédito

Os limites de crédito a serem definidos pelos Cedentes a seus Clientes devem ser expressos em moeda corrente nacional e estarão sujeitos a revisão a qualquer tempo, em caso de ocorrência de fato relevante relacionado ao Cedente e/ou a seus clientes. Os limites de crédito devem ser reajustados sempre por ocasião de aumentos e reajustes de preços.

Análise de Crédito

O limite de crédito será concedido a cada cliente a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Centrais de Informações;
- b) Fornecedores;
- c) Documentações específicas do cliente (ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica, cédula de identidade e CPF/MF, quando pessoas físicas, etc.).

Critérios para Avaliação de Risco de Crédito

A análise do risco de crédito para a definição dos limites deverá considerar os seguintes critérios de avaliação:

- a) Histórico dos clientes dos Cedentes.
- b) Informações de *bureaus* de crédito, tais como SERASA e/ou Equifax, conforme o caso:
 - b.1) Inexistência de protestos ou cheques sem fundo ou protestos realizados nos últimos 20 anos;
 - b.2) Inexistência de execuções judiciais contra o cliente.
- c) Consulta a certidões emitidas por Cartórios de Protestos, conforme o caso;
- d) Consulta no Procon, conforme o caso;
- e) Informações fornecidas por fornecedores;
- f) Informações fornecidas por bancos e demonstrações financeiras;

Suspensão ou Bloqueio de Crédito

O limite de crédito concedido a um determinado cliente deverá ser imediatamente suspenso em caso se verifique a existência de:

- a) título em atraso por mais de 30 dias;
- b) encargos financeiros pendentes;
- c) cheques devolvidos/protestados; e/ou
- d) inatividade do cliente por 12 meses ou mais.

Reabilitação de Crédito

A reabilitação de crédito estará condicionada à realização de novo processo de análise do cliente.

GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO

As Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento do Fundo, bem como a Política de Concessão de Crédito do Fundo não estabelecem a obrigatoriedade de concessão de garantias ou de reforços de crédito como condição para a realização de cessões ao Fundo, exceção feita em relação a Cédulas de Crédito Bancário que venham a ser adquiridas pelo Fundo a partir de 02 de julho de 2009, as quais devem contar com garantias nos termos descritos a seguir. O Fundo pode, contudo, adquirir Direitos de Crédito que contém com garantias, hipótese em que as garantias relativas aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo devem ser transferidas ao Fundo juntamente com os Direitos de Crédito a que se referem.

Conforme Condição de Cessão estabelecida no Regulamento do Fundo, a partir de 02 de julho de 2009 o Fundo somente poderá adquirir Cédulas de Crédito Bancário caso estas contem com garantia real no valor de, no mínimo, 120% (cento e vinte por cento) do valor do Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo. O Regulamento estabelece ainda que caso a garantia a ser outorgada seja penhor ou cessão fiduciária de Direitos de Crédito: (a) referida garantia deverá contemplar mecanismo que estabeleça a passagem de, no mínimo, o menor dentre os seguintes valores por conta-corrente bancária de titularidade da Cedente ou do Fundo, constituída exclusivamente para o recebimento de valores e fluxo de garantias relativos à operações de cessão contratadas entre o Cedente em questão e o Fundo, a qual somente poderá ser movimentada, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo contrato de administração de conta-corrente: (x) 30% (trinta por cento) do valor do saldo devedor dos Direitos de Crédito em qualquer data de verificação que venha a ser estabelecida no instrumento de garantia em questão; ou (y) o valor estimado dos valores devidos a título de amortização de principal e pagamento de juros devidos nos 02 (dois) meses imediatamente subsequentes à data de verificação em questão. Tal exigência não se aplica a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas pelo Fundo anteriormente a 02 de julho de 2009. Na data deste Prospecto o Fundo não possuía em sua carteira nenhuma Cédula de Crédito Bancário adquirida após 02 de julho de 2009.

O exercício das garantias relativas a Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deve ser realizado nos termos dos respectivos instrumentos que as estabelecem, não existindo padronização dos mesmos pelo Fundo, e não sendo, portanto, possível descrever os termos de exercício de tais garantias.

Esclarece-se que parcela preponderante dos Direitos de Crédito adquiridos refere-se a operações de curto prazo (i.e. duplicatas, cheques pré-datados, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço já performadas) as quais via de regra não são garantidas por qualquer garantia ou reforço de crédito. Nesse sentido observa-se que dentre os Direitos de Crédito que compunham a carteira do Fundo na data deste Prospecto, nenhum dos Direitos de Crédito contavam com alguma espécie de garantia.

ANEXOS

- ANEXO I** - REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO
- ANEXO II** - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SENIORES
- ANEXO III** - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA CLASSE C
- ANEXO IV** - SÚMULAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES
- ANEXO V** - SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA CLASSE C
- ANEXO VI** - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DO FUNDO RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
- ANEXO VII** - RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DO FUNDO RELATIVOS AOS PERÍODOS ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009
- ANEXO VIII** - HISTÓRICO DE INADIMPLEMENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO
- ANEXO IX** - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- (b) Aprovar a alteração do Regulamento do Fundo para incluir, sob a forma de Anexo XIII, o "Suplemento ao Regulamento - 1ª Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino Classe S". Face à presente deliberação, o Regulamento do Fundo passa a vigor com a redação constante do Anexo II da presente Ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral de Quotas, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2009.

Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio.


Thiago Aguiar
Secretário



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 221.595 do Livro 8-105
O QUE CERTIFICO, RJ, 08 DEZ 2009



<p>4º OFÍCIO de Registro de Títulos e Docs. Av. Rio Branco, 103/1152 REGISTRADO SOB Nº 501777 RIO DE JANEIRO - RJ - 08/12/2009</p> <p> Jairo L. Rodrigues Cerro Touler Andre A. L. Rodrigues Cerro Mônica R. Gomes Eliane Moura de Silva Eliane Angelica de Silva Edvaldo Alencar Pereira Escrituras</p>


4º OFÍCIO REG. TÍTULOS E DOCUMENTOS
Eliane Angelica da Silva
Escrituras Autorizadas





RECEBIMOS EM PAGAMENTO DO
4º SEMESTRE DE
RENTES DO FUNDOS DE INVESTIMENTO



REGULAMENTO

DO

***FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM***

Dado de

04 de dezembro de 2009





REGISTRO EM CARTA DE REGISTRO
Nº 074/01-82
JULHO DE 2001 - 12 AGOSTO 2001



ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	4
CAPÍTULO II - OBJETO	4
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	5
CAPÍTULO V - CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	12
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	14
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	14
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	23
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	27
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	27
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	31
CAPÍTULO XII - QUOTAS	31
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	36
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	39
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	42
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	43
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	43
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	44
CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	45
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	47
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	49
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL	50
CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	54
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	55
ANEXO I - DEFINIÇÕES	57
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO	68
ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO	72
ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO	75
ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO MAXIMUM	77





REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO
FUNDOS
REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO

ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	79
ANEXO VII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	80
ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO	81
ANEXO IX - OBRIGAÇÃO DE RECOMPRA A SER ESTABELECIDA NOS CONTRATOS DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO FORMADO DOS QUAIS O FUNDO ADQUIRA DIREITOS DE CRÉDITO	82
ANEXO X - HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO QUE DEVERÃO CONSTAR DE CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO ADQUIRIDAS PELO FUNDO	83
ANEXO XI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE B	85
ANEXO XII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	86
ANEXO XIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE C	87





Artigo 3º As Quotas do Fundo serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento (a "Política de Investimento e Composição da Carteira").

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e os Cedentes, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 3º A definição e implementação da política de concessão dos créditos descrita no Anexo III do presente Regulamento, a análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a avaliação da validade dos Títulos de Crédito e da capacidade econômica dos Cedentes e dos Devedores, caberão exclusivamente à Consultora, a ser contratada pela Administradora em nome do Fundo especificamente para esse fim. Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 4º Além do enquadramento nos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V a seguir, a Consultora somente considerará passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito cuja aquisição, caso regularmente adimplidos, inclusive considerando-se a hipótese de pré-pagamento com desconto quando esta esteja prevista expressamente no Direito de Crédito previamente à sua aquisição pelo Fundo, propicie ao Fundo taxa de retorno maior ou igual à Taxa Mínima de Retorno, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TMR = 1,7 \times \text{Taxa DI}$$

Sendo:





TMR – Taxa Mínima de Retorno



Parágrafo 5º Uma vez definidos pela Consultora os Direitos de Crédito que essa entenda passíveis de aquisição pelo Fundo, a Consultora deverá fornecer ao Custodiante a relação dos referidos Direitos de Crédito, acompanhada de declaração de que os Direitos de Crédito constantes da referida relação atendem aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento.

Parágrafo 6º Não obstante caber à Consultora a indicação e a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento.

Parágrafo 7º Não obstante a diligência da Administradora, da Consultora, da Gestora e do Custodiante em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, a Administradora, a Consultora, a Gestora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento ou não dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Quotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Parágrafo 8º Uma vez adquiridos os Direitos de Crédito, não será admitida a renegociação e/ou refinanciamento dos mesmos, exceção feita às hipóteses de renegociação e/ou refinanciamento decorrentes de inadimplemento dos Direitos Creditórios, a serem conduzidas pela Consultora nos termos da Política de Cobrança do Fundo, estabelecida no Anexo V deste Regulamento. Considera-se renegociação e/ou refinanciamento alterações nas condições dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, incluindo, mas não se limitando a alterações do cronograma de pagamento dos mesmos, ou modificação de taxa de desconto considerada no cálculo do preço de aquisição dos Direitos de Crédito. A renegociação ou refinanciamento poderá contar com a participação do Cedente caso o Direito de Crédito tenha sido adquirido com contraprestação deste, hipótese em que a Consultora poderá, em nome do Fundo, exigir do Cedente o pagamento e o cumprimento dos termos da eventual renegociação ou refinanciamento.

Parágrafo 9º Sem prejuízo do estabelecido no Parágrafo 8º acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus devedores, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Não será admitida a concessão de descontos para pré-pagamento de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Direitos de Crédito quando de sua aquisição. Na hipótese de aquisição de um Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pré-pagamento, a Consultora será responsável pelas tratativas com o respectivo Devedor do Direito de Crédito em questão para a definição da data de pré-pagamento e do montante a ser recebido pelo





REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
Nº 14.000.000
RECEBIDA DE CANCELAMENTO DE REGISTRO



Fundo. Os montantes que eventualmente venham a ser objeto de pré-pagamento serão recebidos pelo Custodiante em nome do Fundo.

Artigo 5º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observado os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V.

Parágrafo Único Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do caput deste Artigo 5º, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Artigo 6º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do BACEN;
- d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- e) certificados e recibos de depósito bancário com liquidez diária e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). A exigência de que os certificados e recibos de depósito bancário possuam liquidez diária não será aplicável em relação a certificados e recibos de depósito bancário adquiridos pelo Fundo até 02 de julho de 2009, data na qual referida exigência passou a integrar o presente Regulamento.

Parágrafo Único Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais títulos. Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

Artigo 7º Considerando que em vista (a) da composição da carteira do Fundo e (b) do fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 37 deste Regulamento, poderá ocorrer o descolamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores, a Gestora poderá realizar operações de derivativos de renda fixa





BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1ª OFICINA - 4A
RUA LUIZ DE ALMEIDA MOTA, 100



exclusivamente na modalidade "com garantia", nos mercados de bolsa de mercadorias e futuros e de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Parágrafo Único Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margem de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações, devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 8º Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora e a Consultora deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Artigo 8º e no Contrato de Cessão:

- a) o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, observado o disposto especificamente nas alíneas abaixo;
- b) o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O limite ora estabelecido não se aplica à títulos de emissão do Governo Federal;
- c) o total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- d) o total de cédulas de crédito bancário adquiridas pelo Fundo deverá observar o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que: (i) um mesmo Devedor de cédulas de crédito bancário poderá representar apenas 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) a soma total do valor das cédulas de crédito bancário e dos demais Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelos 05 maiores Cedentes deverá representar seja de no máximo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em cada data de verificação. O limite de concentração por Devedor ora estabelecido poderá ser extrapolado exclusivamente nos termos da alínea "a" do Parágrafo 2º deste Artigo. Para efeitos do cálculo do limite estabelecido no item "ii" acima: (i) os Direitos de Crédito a que se refere a alínea "a" do Parágrafo 2º deste Artigo não deverão ser considerados; e (ii) entende-se por "maiores Cedentes", os Cedentes com maior volume de Direitos de Crédito cedidos que integram a carteira do Fundo na data de verificação em questão;



-



RESERVA DE TÍTULOS DE CRÉDITO
FUNDOS DE INVESTIMENTO
RENTA FIXA DE RISCO BAIXO



líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);

- d) em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente atestado e aprovado pela Standard & Poor's Rating Services, sendo que o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitado ao percentual que seja aprovado pela Standard & Poor's Rating Services; e
- e) desde que (i) a soma dos limites de tais pessoas não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) em se tratando de devedores, a soma dos Direitos de Crédito cedidos pelos quatro maiores Devedores de Direitos de Crédito não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo sendo que a maior concentração de um Devedor, considerado individualmente, não ultrapasse 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (iii) a Duration dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iv) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na soma dos limites a que se refere o item "i" acima, as operações relativas às pessoas mencionadas nas alíneas "a" a "d" deste Parágrafo,

$$\frac{D + (C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_3 \times d_3)}{C_1 + C_2 + C_3}$$

Sendor:

$D = Duration$

$C =$ Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição;

$d =$ Número de dias restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo;

Parágrafo 3º O total de coobrigação assumido por um único Cedente poderá representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 4º O prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito deverá obrigatoriamente obedecer aos percentuais descritos a seguir:

Prazo Médio	Percentual do Patrimônio Líquido do Fundo
Até 90 dias	Até 100%
Até 120 dias	Até 80%
Até 150 dias	Até 60%





WOMEN'S TOWERS PERRIN LLP
1701 AVENUE K
SUITE 2000, NEW YORK, NY 10019



Até 180 dias	Até 50%
Até 01 ano	Até 10%
Até 02 anos	Até 5%
Até 03 anos	Até 2,5%

Parágrafo 3º Sem prejuízo dos percentuais estabelecidos no Parágrafo 4º acima:

- o prazo médio ponderado da carteira de Direitos Creditórios não deverá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias úteis, devendo eventuais extrapolações de tal prazo médio serem sanadas em até 05 (cinco) dias úteis contados de sua constatação pela Consultora; e
- a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo deverá observar a proporção entre o valor deste e as datas programadas para pagamento de amortizações e resgates das Quotas, de modo que a parcela dos recursos no montante equivalente à cada uma das Datas de Amortização Programadas e Datas de Resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Meritárias em circulação, seja alocada em (i) Direitos de Crédito ou (ii) Ativos Financeiros que não gozem de liquidez diária com data de vencimento anterior à Data de Amortização Programada e/ou Data de Resgate em questão, permitindo a formação da Reserva de Amortização e Resgate a ela relativa, nos termos do Artigo 43-A deste Regulamento.

Parágrafo 4º Os contratos de cessão de Direitos de Crédito por meio dos quais o Fundo adquira Direitos de Crédito a partir de 02 de julho de 2009, deverão conter cláusula que estabeleça a obrigação do Cedente de recomprar os Direitos de Crédito por ele cedidos caso se verifique a ocorrência das hipóteses estabelecidas no Anexo IX deste Regulamento.

Parágrafo 5º As disposições estabelecidas na alínea "d" do caput deste Artigo não serão aplicáveis em relação a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas até 02 de julho de 2009, data na qual referidas disposições passaram a integrar o presente Regulamento. As disposições estabelecidas no item "ii" da alínea "b" do Parágrafo 2º deste Artigo não serão aplicáveis em relação aos Direitos de Crédito adquiridos até 02 de julho de 2009, não devendo referidos Direitos de Crédito serem computados no cálculo do limite em questão.

Artigo 2º Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 10º As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) da Consultora; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.





REGISTRO EM ITABIRA - DOCUMENTOS
Nº 07/2020 - RJ
RECIBO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS



CAPÍTULO V - CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 11 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data de aquisição e Pagamento, cumulativamente, das seguintes condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos a seguir:

Parágrafo 1º São condições para a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo (as "Condições de Cessão"):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados pelos Documentos Comprobatórios, observados os limites de concentração estabelecidos no Artigo 8º deste Regulamento;
- (b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores;
- (c) que a aquisição de um determinado Direito de Crédito não resulte na ultrapassagem dos limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos no Artigo 8º deste Regulamento;
- (d) os Direitos de Crédito deverão ter seu vencimento final em até 30 (trinta) dias de antecedência em relação à última Data de Resgate de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo, sendo que, em se tratando de Direitos de Crédito representados por duplicatas com valor superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a Consultora deverá confirmar a data de vencimento e existência dos Direitos de Crédito em questão junto aos respectivos Devedores previamente à aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;
- (e) os Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário deverão:
 - (i) contar com garantia real de no mínimo 120% (cento e vinte por cento) do valor do Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo. Caso a garantia a ser outorgada seja penhor ou cessão fiduciária de Direitos de Crédito: (a) referida garantia deverá contemplar mecanismo que estabeleça a passagem de, no mínimo, o menor dentre os seguintes valores por conta-corrente bancária de titularidade da Cedente ou do Fundo, constituída exclusivamente para o recebimento de valores e fluxo de garantias relativos à operações de cessão contratadas entre o Cedente em questão e o Fundo, a qual somente poderá ser movimentada, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo contrato de administração de conta-corrente: (x) 30% (trinta por cento) do valor do saldo devedor dos Direitos de Crédito em qualquer data de verificação que venha a ser estabelecida no instrumento de garantia em questão; ou (y) o valor estimado dos valores devidos a título





de amortização de principal e pagamento de juros devidos nos 02 (dois) meses imediatamente subsequentes à data de verificação em questão;

- (ii) apresentar prazo médio menor ou igual a 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo; e
- (iii) contar com cláusula de vencimento antecipado que estabeleça que as Cédulas de Crédito Bancário poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis caso se verifique a ocorrência das hipóteses previstas no Anexo X deste Regulamento.

Parágrafo 2º Os critérios de elegibilidade para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo são (os "Critérios de Elegibilidade"):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos a mais de 30 dias;
- (b) os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- (c) sua aquisição ter sido previamente aprovada pela Comitê, mediante envio ao Custodiante de aviso contendo informações sobre o devedor, o cedente, eventuais coobrigados e o Direito de Crédito, bem como sobre o cumprimento das Condições de Cessão estabelecidas no Parágrafo 1º acima, com forma e conteúdo acordado com o Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 3º O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito representados por warrants, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, aos quais se refere o Parágrafo 8º do Artigo 4º da Instrução CVM 356.

Parágrafo 4º As disposições estabelecidas na alínea "e" do Parágrafo Primeiro deste Artigo não serão aplicáveis em relação a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas até 02 de julho de 2009, data na qual referidas disposições passaram a integrar o presente Regulamento.

Artigo 12 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações a eles inerentes, observados:

- a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;





- c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento;
- d) a política de investimento e composição da carteira definida no Capítulo IV deste Regulamento.

Artigo 13 Cada uma dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Títulos de Crédito cedidos, bem como pela liquidez e certeza dos Direitos de Créditos a eles referentes, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único Na hipótese de o Fundo adquirir Direitos de Crédito em relação aos quais os Cedentes se cobrigam com os Devedores, esses serão também responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos, respondendo como devedores solidários dos Devedores dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 14 Os Cedentes deverão observar a política de concessão de créditos estabelecida no Anexo III do presente Regulamento, na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo.

CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO

Artigo 15 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que nessa hipótese a Administração, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inconsistência de mercado secundário para as Quotas, os Direitos de Crédito e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 1º Riscos de Mercado:

- (a) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.





O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações ao comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Credentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Credentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito.

- (b) **Risco de Descasamento entre as Taxas de Atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade Prioritárias atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelas Quotas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- (c) **Flutuação dos Ativos Financeiros.** O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Riscos de Crédito:

- (a) **Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito.** Decorre da capacidade dos Devedores em honrar em seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial





ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

- (b) Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Parágrafo 3º Riscos de Liquidez

- (a) Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- (c) Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário. Os fundos de investimento em direitos creditícios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditícios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A falta de liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.





- (d) Amortização e Resgate Condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelas respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação desta espécie de ativo. Considerando-se a suposição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) As Quotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Quotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (f) As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C se Subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e ao Atendimento das Razões de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C estão condicionadas ainda à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas





Subordinadas Mezanino Classes A e B, bem como à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, conforme estabelecido no artigo 40 a seguir. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (g) As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento das Razões de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção das Razões de Garantia, conforme estabelecido no Artigo 40, e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Riscos Operacionais:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e faturação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Documentos Comprobatórios. Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 27 deste Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas





decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formulação dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

- (c) Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo.
Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento, cujo saldo será monitorado diariamente pela Consultora.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, mediante instruções da Consultora, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo e com o monitoramento da Consultora, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento sob o monitoramento e instruções da Consultora. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência monetária de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora aos Devedores. Não há garantia de que os





Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiantes, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituir-lhes ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (d) **Risco de Sistema.** Devido à complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditícios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiantes, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) **Risco de Instrumentos Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) **Risco de Descontinuidade.** A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.





Notas de Investimento
17/02/2016 RJ
Assinado digitalmente por [assinatura]

Quanto ao risco dos Cedentes, destacam-se:

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dada causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

(c) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para isso.

(d) Limitação do Gerenciamento de Riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os





Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

- (e) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (f) **Risco Decorrente da Falta de Registro dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão.** As vias originais de cada Contrato de Cessão e cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que (i) a operação registrada prevaleça caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros; e (ii) se afirmem dívidas quanto à data e condições em que a cessão foi contratada em caso de ingresso do Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo (i) em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário; e (ii) em caso de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, nos quais a validade da cessão dos Direitos de Crédito venha a ser questionada. Assim, nas hipóteses de (i) o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário; ou (ii) de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, a não realização do registro poderá dificultar, respectivamente, (a) a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário e (b) a comprovação da validade da cessão perante terceiros, prejudicando assim o processo de recebimento e de cobrança dos Direitos de Crédito em questão e afetando adversamente o resultado do Fundo.
- (g) **Inexistência de Garantia de Rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Gestora, pela Consultora, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditícios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.





RECEBIMOS EM FOLHA DE AUTENTICAÇÃO
O CERTIDO Nº
123.124.567.890.123

- (ii) **Outros Riscos.** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou endógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplimento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando à criação de novas instituições legais ou regulamentares que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA

Artigo 16 O Fundo será administrado por BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a "Administradora").

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 17 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes e observada a delegação de poderes à Gestora, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º As atribuições da Administradora são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356 e suas posteriores alterações, e toda e qualquer outra obrigação da Administradora prevista na Instrução CVM 356.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior e na legislação e regulamentação aplicáveis ao Fundo, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
 - i. a substituição do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora ou do Custodiante e/ou sua própria substituição;
 - ii. a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação;





- (b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (c) informar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial dos Agentes de Rescalamento, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º Nas hipóteses previstas na alínea (a) do Parágrafo 2º deste Artigo 17 as Quotas serão considerados devidamente notificados caso tenham sido convocados, nos termos do Artigo 60 abaixo, para deliberar em Assembleia Geral sobre os temas previstos na referida alínea (a).

Parágrafo 4º É vedado à instituição Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título.
 - i. As vedações de que tratam os itens (a) a (c) deste Parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.
 - ii. Excepciona-se do disposto no item anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do fundo.

Parágrafo 5º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margem de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;





- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstas neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo;
- (k) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Artigo 18 Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas neste Regulamento, uma Taxa de Administração de 2 % (dois por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) mensais.





Parágrafo 1º A remuneração de que trata este Artigo 18 será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 abaixo.

Artigo 19 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.





CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 Mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, por meio eletrônico, através de carta endereçada a cada Quotista ou mediante publicação de aviso no Periódico utilizado para divulgar as informações referentes ao Fundo (a "Comunicação de Renúncia"), a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXI a seguir.

Artigo 21 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até 90 (noventa) dias da data da Comunicação de Renúncia, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 1º A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento. O prazo de 30 (trinta) dias estabelecido neste Parágrafo, poderá ser ultrapassado, conforme o caso, limitado ao prazo de 90 (noventa) dias contados da Comunicação de Renúncia, conforme o disposto no caput deste Artigo 21.

Parágrafo 2º Caso, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 60 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assumirá efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 60 deste Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

Artigo 22 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade da própria Administradora.

CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 23 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de





ASSISTENTE DE FUNDOS E INVESTIMENTOS
PROJETOS DE
RENTABILIDADE E RISCO

(quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

Artigo 26 Os Direitos de Crédito somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia análise e seleção pela Consultora e a verificação de seu enquadramento nos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 1º Sem prejuízo das demais responsabilidades do Custodiante nos termos da regulamentação aplicável, os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda da Consultora.

Parágrafo 2º Nos termos do Contrato de Consultoria, o Fundo outorgou à Consultora todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos no caput do Artigo 24.

Parágrafo 3º A Consultora não é responsável, a qualquer tempo, pela existência ou pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Artigo 27 O Fundo contratou o DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição financeira regularmente autorizada pelo BACEN e credenciada perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria ao Fundo ("Custodiante" ou "Agente Escriturador", conforme o caso), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

Parágrafo 1º Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos deste Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, dos contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastreiam os Direitos de Crédito (os "Documentos Comprobatórios").

Parágrafo 2º O Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Documentos Comprobatórios e dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Devedores descritos a seguir. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas, será permitido ao Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

Parágrafo 3º Como parâmetro para a definição da amostragem das auditorias periódicas a que se refere o parágrafo 2º acima, o Custodiante utilizar-se-á de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à diversificação de





ESTADO DE SÃO PAULO
FOLHA 11
DE 11

cliques, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\frac{K^2}{50}} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendos:

- G_0 Erro Estimado
- A Tamanho da Amostra
- N População Total
- n_0 Fator Amostral

Parágrafo 4º O Fundo, com a intervenção e anuência da Administradora e do Custodiante, aceita a contratação da Consultora para, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo XI, adotar as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os respectivos Devedores que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Devedores, e reembolsar a Consultora de toda e qualquer despesa, efetiva e comprovadamente ocorrida na defesa dos interesses do Fundo, observado o disposto no Artigo 37, nos termos do Contrato de Cobrança. Em hipótese alguma será a Administradora responsável pelo pagamento ou reembolso à Consultora de quaisquer despesas porventura não alocadas ao Fundo.

Artigo 28 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Pais de Barros, 33, sociedade devidamente cadastrada na CVM (o "Auditor Independente").

Parágrafo Único O Auditor Independente realizará procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por amostragem: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora, à Gestora, ao Custodiante e à Consultora relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

Artigo 29 Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA, sociedade limitada empresarial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (a "Agência de Classificação de Risco").





RECEBIMENTO DE VALORES
RECEBIMENTO DE VALORES
RECEBIMENTO DE VALORES

CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 30 Observados os termos e as condições da legislação aplicável, os Devedores efetuarão o pagamento da totalidade dos valores decorrentes dos Títulos de Crédito, cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo, por meio de depósito único em uma das Contas de Recebimento, na forma do Contrato de Gestão e dos Contratos de Agente de Recebimento, conforme informado pela Consultora aos Devedores.

Parágrafo 1º Observado o disposto neste Artigo e nos Contratos de Agente de Recebimento, os Agentes de Recebimento deverão proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento sob monitoramento e de acordo com instruções da Consultora, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados. Os Agentes de Recebimento deverão transferir para a Conta do Fundo, em até 01 (um) Dia Útil do seu recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo depositados pelos Devedores nas respectivas Contas de Recebimento, observado o disposto nos Contratos de Agente de Recebimento.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Cedentes virarem a receber valores referentes a qualquer pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos ao Fundo, os Cedentes deverão transferir ao Fundo o montante porventura recebido, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores e informar a Consultora acerca da transferência, sob pena de em não o fazendo, ficarem impedidos de realizar cessões ao Fundo. Uma vez informada, a Consultora deverá transmitir a informação ao custodiante até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento da informação.

Parágrafo 3º Além das disposições deste Artigo, a Consultora será responsável, nos termos do Contrato de Consultoria e da Política de Cobrança descrita no Anexo V deste Regulamento, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Devedores estejam inadimplentes, na qualidade de mandatária do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pelo Fundo.

Parágrafo 4º Não obstante o disposto no Parágrafo 1º acima, a Consultora não será responsável pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

CAPÍTULO XII - QUOTAS

Artigo 31 A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;





- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- (c) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356,

Parágrafo 1.º Cada emissão de série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo IV a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores. Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV ao presente Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Quotas para tanto.

Parágrafo 2.º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 37 a seguir.

Parágrafo 3.º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações contidas:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) Valor Unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 62, Parágrafos 3.º e 4.º, sendo que a cada Quota Senior corresponderá a 1 (um) voto.

Parágrafo 4.º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Parágrafo 5.º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 1.000 (mil) Quotas Seniores.





Artigo 32 O Fundo emitirá quatro classes de Quotas Subordinadas que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo: (i) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe A; (ii) até 10.000 (dez mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe B; (iii) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e (iv) até 20.000 (vinte mil) Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 1º O número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C (conjuntamente denominadas "Quotas Subordinadas Mezanino") e de Quotas Subordinadas Junior poderá ser aumentado mediante deliberação de titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, realizada nos termos do Artigo 62, Parágrafo 3º deste Regulamento.

Parágrafo 2º A realização de oferta pública de Quotas Subordinadas Mezanino dependerá de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instruções da Consultora.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e às Quotas Subordinadas Junior para fim de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitte-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-A deste Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto;
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B.





REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
1.º DISTRITO
BRASIL - 22.250-000

Parágrafo 4º As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Júnior para fim de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-B deste Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Parágrafo 5º As Quotas Subordinadas Júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação;
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Júnior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Júnior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo





COPIA EM CD-R
4.7MB
Rio de Janeiro

38 deste Regulamento;

- (e) direito de preferência na subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior na proporção do número de Quotas Subordinadas Junior que possuírem quando da emissão, observado o disposto no Parágrafo 3º a seguir;
- (f) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior;

Parágrafo 6º A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir novas Quotas Subordinadas Junior, no montante indicado pela Consultora, devendo informar, por meio de correio eletrônico ou fax, os então titulares de Quotas Subordinadas Junior do número de Quotas a ser emitido e consultá-los acerca de seu interesse em exercer seu direito de preferência estabelecido na alínea "e" acima. Uma vez informados pela Administradora os Quotistas Subordinados Junior deverão se manifestar até às 12:00 hs. do primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, sendo que a não manifestação até o horário acima estabelecido será considerada como negativa de interesse na subscrição.

Parágrafo 7º O Fundo poderá criar novas classes de Quotas Subordinadas Mezanino, mediante a necessária alteração deste Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ser subordinada *in partem* às classes de Quotas Subordinadas Mezanino já existentes, a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação às classes de Quotas Subordinadas Mezanino já existentes, a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de Quotas e das Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral.

Parágrafo 8º Cada emissão de classe de Quotas Subordinadas Mezanino pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva classe, na forma do Anexo VIII a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à classe em questão: (i) quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe de Quotas Subordinadas Mezanino. Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos de Quotas Subordinadas Mezanino, cuja emissão tenha sido autorizada na forma do Parágrafo 7º acima, elaborados nos termos do Anexo VIII ao presente Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Quotistas para tanto.





Artigo 33 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único As Quotas terão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 34 As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mesamino e as Quotas Subordinadas Junior serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37, 38, 37-A e 37-B deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 35 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriutador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mesamino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no respectivo suplemento de distribuição, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento. No ato de subscrição de Quotas Subordinadas Junior, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriutador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 36 Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

Artigo 37 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores (conforme definido no Parágrafo 4º a seguir).





empresas de capital aberto
e de capital fechado
do Brasil e do exterior

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *opos* deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não terão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o *opos* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *opos* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período terá incorporado às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da série estabelecida em seu respectivo Suplemento, sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 37-A A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores calculado nos termos do Artigo 37 deste Regulamento, dividido pela soma do número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A em Circulação e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, conforme aplicável, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º a seguir.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, definidos no *opos* deste Artigo, têm como finalidade definir o respectivo valor de integralização de cada uma de tais classes de Quotas Subordinadas Mezanino.





RENTALIA FUNDOS DE INVESTIMENTO
INVESTIMENTOS
CNPJ nº 11.111.111/0001-11

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o caput deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada uma de tais classes de Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do caput deste Artigo às Quotas Subordinadas Mezanino da Classe em questão, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e às Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas. Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.

Artigo 37-B A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, calculados nos termos do Artigo 37 e do Artigo 37-A deste Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º a seguir.



1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2669-2674.
 2. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2675-2681.
 3. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2682-2688.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Metacino Classe C, definidos no caput deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização da classe de Quotas Subordinadas Metacino Classe C.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de Quotas Subordinadas Meritárias Classe C não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o caput deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada uma das Quotas Subordinadas Meritárias Classe C.

Parágrafo 3º - Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do caput deste Artigo às Quotas Subordinadas Mezanino Classe G, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Juniors.

Parágrafo 4º Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Restituição Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C estabelecidas em seu Suplemento, sendo certo que, nasDatas de Amortização, após o pagamento de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.

Artigo 38 A emissão da primeira série de Quotas Subordinadas Junior ocorrerá na mesma data de emissão da primeira série de Quotas Seniores.

Parágrafo Único A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, seu valor unitário terá calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 39 As Quotas Seniores de cada série, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único A ocorrência de feriado na cidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer entrega ou amortização, devendo as mesmas ser pagas na data.





BNY Mellon Asset Services
4th Floor, 33
Avenida Paulista, 1508-15
01305-900 São Paulo, SP, Brasil

originalmente previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente.

Artigo 40 Sem prejuízo do previsto no Artigo 41 a seguir, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, bem como de Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 1º A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores, conforme o estabelecido no Artigo 30 deste Regulamento e (ii) à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Parágrafo 2º A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, conforme o estabelecido no Artigo 30 deste Regulamento e (ii) à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Parágrafo 3º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os Quotistas Subordinados Mezanino da Classe em questão, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data essa em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cômulo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

Parágrafo 4º As Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

Artigo 41 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação e/ou de uma ou mais classes de Quotas Subordinadas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 40 acima.





REGULAMENTO DO FUNDOS INVESTIMENTES
DO SILVERADO
MAXIMUM

Artigo 42. Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate e Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série, ou das Quotas Subordinadas Mezzanino deverão observar os quorums específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

Artigo 43. É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de Quotas Subordinadas Junior antes do resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezzanino, no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas Junior que exceder as Relações Mínimas, desde que após as referidas amortizações: (i) sejam mantidas as Razões de Garantia estabelecidas no Capítulo XIX deste Regulamento, e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo 1º. Em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezzanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder as Relações Mínimas, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo 2º. As amortizações de Quotas poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 62 deste Regulamento; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

Artigo 43 - A. A Administradora, conforme orientação da Consultora, deverá instruir o Custodiante a constituir reserva monetária destinada ao pagamento das Amortizações Programadas ou Resgate de Quotas (*“Reserva de Amortização e Resgate”*), a ser composta com as disponibilidades diárias advindas do recebimento, conforme o caso: (i) do valor de integralização de Quotas, e/ou (ii) do valor dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 15 (quinze) dias úteis anteriores a cada Data de Amortização Programada ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização e/ou do Resgate em questão;
- (b) até 7 (sete) dias úteis anteriores a cada Data de Amortização Programada ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização e/ou do Resgate em questão;





Resolução nº 17/2018 e 18/2018-42
de 2-10-2018 - RJ
Resolução nº 17/2018 e 18/2018-42

- (c) até 30 (trinta) dias anteriores à última Data de Amortização Programada, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização ou do Resgate em questão; e
- (d) até 30 (trinta) dias anteriores ao vencimento da última parcela de amortização, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral do resgate final a ser pago por ocasião da Amortização e/ou Resgate em questão.

Parágrafo Primeiro. Uma vez realizado o pagamento da Amortização e/ou do Resgate em razão da qual a Reserva de Amortização e Resgate foi constituída, a Administradora, conforme orientação da Consultora, deverá instruir o Custodiante a cessar o processo de constituição de Reserva de Amortização e Resgate até que se faça necessária a constituição desta para pagamento de nova Amortização e/ou Resgate.

Parágrafo Segundo. A data de início da constituição da Reserva de Amortização e Resgate em relação a cada um dos eventos descritos acima deverá ser definida em função (i) do prazo médio de vencimento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo; e (ii) dos índices de inadimplência observados nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de amortização ou data do resgate em questão, de modo que considerando o fluxo de pagamentos de 90% (noventa por cento) dos Direitos de Crédito remanescentes após a dedução do valor equivalente a tais índices de inadimplência, o valor de tal fluxo seja suficiente para a constituição da Reserva de Amortização e Resgate nos prazos acima estabelecidos.

Parágrafo Terceiro. Os valores integrais da Reserva de Amortização e Resgate poderão ser aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária.

CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 44. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 42 deste Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores; (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em suas respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate; e (iii) aos titulares das Quotas Subordinadas Junior nas hipóteses previstas no Artigo 43 e no Artigo 52 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37, o Artigo 37-A, o Artigo 37-B e o Artigo 38 deste Regulamento, conforme o caso.

Parágrafo 1º. A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e pela CMLC, conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.





Administradora do Fundo: DOCUMENTOS
PROPRIETÁRIOS
DO FUNDO

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriuturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 57 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 45 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de bolsa organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 46 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriuturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 47 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora, conforme orientação da Consultora, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores apertados ao Fundo, acrescidos dos





REGRAMENTO DO FUNDOS DE INVESTIMENTO
nº 200/2010 - 44
2010.01.22 - 10h00 - 10h30

rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica;

- (d) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B;
- (e) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 48 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante e na inexistência será precificada pela curva, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º O Fundo terá escrituração contábil própria.

Parágrafo 2º Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Artigo 49 As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde





PLANO DE CUSTÓDIA PROPOSTO
4º PERÍODO - R\$
R\$ 10.000.000,00 (dez milhões)

que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º Não obstante o estabelecido no caput, não será constituída provisão para devedores duvidosos em relação aos direitos creditórios e ativos financeiros que, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, sejam classificados como "nível A" ou "nível AA".

Parágrafo 2º Não obstante o estabelecido no caput, o Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Parágrafo 3º Na hipótese de existência de Direitos de Crédito vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo, a Consultora deverá empreender seus melhores esforços para identificar potenciais compradores para tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusivos e integralmente ao Fundo, e a Consultora deverá então realigar ou outorgar poderes aos Cedentes para que providenciem a realiberação do Devedor inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

Parágrafo 5º O Custodiante deverá realizar a conciliação da posição "em ser" da carteira de Direitos de Crédito do Fundo, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Agente de Recebimento.

CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 52 A Consultora verificará, todo Dia Útil, (i) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última data de resgate de Quotas Seniores, a Consultora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a "Razão de Garantia das Quotas Seniores") é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) (a "Relação Mínima das Quotas Seniores"); (ii) a partir de 04 de dezembro de 2009, até a última data de resgate de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a soma do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B (a "Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B") é igual ou superior a 111% (cento e onze por cento) (a "Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B"); e (iii) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C até a última data de resgate de Subordinadas Mezanino Classe C, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a





Ata da Assembleia Geral Ordinária
de 15 de Maio de 2013
BNY Mellon Asset Servicing

razão do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C (a "**Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C**") é igual ou superior a 105,25% (cento e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) (a "**Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C**").

Parágrafo Único Para efeitos do presente Regulamento a Razão de Garantia das Quotas Seniores, a Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B e a Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Razões de Garantia (as "**Razões de Garantia**"), e a Relação Mínima das Quotas Seniores, a Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B e a Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Relações Mínimas (as "**Relações Mínimas**").

Artigo 51 Caso qualquer das Razões de Garantia seja inferior a qualquer das Relações Mínimas por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrónico, para realizar aporte adicional de recursos para o reequilíbrio do Fundo à Razão de Garantia em questão, mediante a emissão e subscção de novas Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, conforme aplicável;
- b) Os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida deverão subscver, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea "a" deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia em questão.

Parágrafo Único Caso os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do caput deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 53 deste Regulamento.

Artigo 52 Caso a Razão de Garantia seja superior às Relações Mínimas (o "**Excesso de Cobertura**"), a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das Quotas Subordinadas Junior, do montante que exceder as Relações Mínimas, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembleia Geral.





Parágrafo 1º Para fins do previsto no caput deste Artigo, a Administradora deverá comunicar em 01 (um) Dia Útil após o recebimento de notificação a ela enviada pela Consultora nos termos da alínea "a" do Artigo 51 acima, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas Junior, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada Junior, devendo o pagamento da amortização ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

Parágrafo 2º O procedimento estabelecido no Parágrafo 1º acima não será aplicável em relação às amortizações parciais realizadas nos termos Artigo 45, Parágrafo Único.

Parágrafo 3º O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas Junior em circulação.

Parágrafo 4º Até que o valor de principal das Quotas Subordinadas Junior seja integralmente amortizado, todos os valores pagos pelo Fundo aos titulares de Quotas Subordinadas Junior o serão a título de amortização de principal.

CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 52 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Avaliação"):

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) inadimplência, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (d) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (e) caso as Razões de Garantia não sejam atendidas dentro do prazo estabelecido para o reequilíbrio nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (f) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual





Assinatura do Administrador e do Gestor
FUNDOS
Assinatura do Administrador e do Gestor

ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

Artigo 54 O Fundo não estará sujeito à liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XX, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Artigo 58 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no apê deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, estes deverão estabelecer em Assembleia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo registrará todas as Quotas Seniores contemporaneamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo;





Modelo de Projeção de Fluxo de Caixa
de 2019-2020
Ano 1 - 2019-2020

- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora determinará ao custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 6º Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Artigo 55 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 54 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 54 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezaninas, e posteriormente o resgate das Quotas Subordinadas Juniores.

Artigo 56 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 54 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, será constituído pelos titulares das Quotas em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas, na forma do Artigo 90, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de sua constituição.

Parágrafo Único. Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em Circulação.

CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 57 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (as "Encargos do Fundo"):





Warrant-Backed Covered Bonds
- 4th Tranche - B2
- 100% of the value of the Bonds

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou anárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da situação da Administração;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de títulos organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administração.

CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 58 - Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício





- social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
 - (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
 - (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
 - (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Artigo 31, Parágrafo 1º e do Artigo 32, Parágrafo 2º deste Regulamento;
 - (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Gestora, da Consultoria, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
 - (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
 - (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e anulação de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
 - (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
 - (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 59 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, improrrogavelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV deste Regulamento.

Artigo 60 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita entre 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das





Administradora do Condomínio e Síndico(a) do
Vila Chácara 100
Rua das Palmeiras, 100 - Jd. Primavera
São Paulo - SP

matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detinham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 7º Na hipótese de a convocação de Assembleia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

Artigo 61 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admissível a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 62 Ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas





Resolução nº 17/2019 do Conselho de Administração
de 14 de maio de 2019
Resolução nº 18/2019 do Conselho de Administração

dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

Parágrafo 2º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares de Quotas que representem maioria das Quotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas dos presentes:

- (i) alteração da remuneração da Administradora;
- (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de créditos, estabelecidas nos Capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente;
- (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- (iv) as matérias previstas no Artigo 38 e no Parágrafo 2º do Artigo 31 deste Regulamento;
- (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento;
- (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e
- (vii) realização de Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal.

Parágrafo 3º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes:

- (i) aumento do número de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior estabelecidos no Artigo 32 deste Regulamento;
- (ii) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino subordinada ou por junta às classes de Quotas Subordinadas Mezanino já existentes; e
- (iii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino; e
- (iv) realização de amortizações de Quotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal.





Parágrafo 4º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Mezanino dos presentes, sendo que caso se refiram exclusivamente a uma única classe de Quotas Subordinadas Mezanino existentes, não afetando as demais classes de Quotas Subordinadas Mezanino, as deliberações deverão ser tomadas exclusivamente por titulares de Quotas da classe em questão:

- (i) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existentes;
- (ii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 63 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorums estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto preferido na mesma.

Artigo 64 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 65 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 66 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 67 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Semiores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação previstas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356, alterada pela Instrução nº 393, da CVM.





Patrimônio Líquido - Balanço
41.648.000,00
10/09/2012 12:00:00 AM

Artigo 68 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos mínimos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 69 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 70 A Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de (ii) e-mail eletrônico e carta enviados ao Quotista. Qualquer omissão, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 71 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 72 O presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 73 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 74 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF, conforme o Artigo 47 deste Regulamento.





INSTRUMENTO DE CREDITO
Nº 00000000000000000000
00000000000000000000

Artigo 75 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 74 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 76 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Artigo 77 A Gestora adota política de exercício de direito de voto (a "Política de Voto") em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que conferem aos seus titulares o direito de voto.

Parágrafo 1º A Política de Voto da Gestora destina-se a estabelecer a participação da Gestora em todas as assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que conferem direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto.

Parágrafo 2º A versão integral da Política de Voto da Gestora encontra-se disponível no website da Gestora no endereço: www.bnymellon.com/br/sf.





BRUNO DE L. SILVA / 12/2014
M. F. 12/2014 / 12/2014
12/2014 / 12/2014 / 12/2014

ANEXO I - DEFINIÇÕES

Administradora:	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
Agência de Classificação de Risco:	é a Aurtin Rating Serviços Financeiros Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
Agente Escriurador:	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
Agentes de Recolhimento:	são instituições financeiras a serem contratadas pelo Fundo exclusivamente para prestar serviços de recolhimento dos valores dos Direitos de Crédito a serem depositados pelos respectivos Devedores;
Amortização Programada:	é (i) a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série; e (ii) a amortização parcial das Quotas Subordinadas Mezanino, observado o estabelecido no Artigo 40 do Regulamento;
Assembleia Geral:	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
Ativos Financeiros:	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
Auditor Independente:	é EPMG Auditores Independentes ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
BOVESPAFIX:	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
Cedentes:	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão;





PROPOSTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 0000-13
PROPOSTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<u>CBLC</u>	é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.
<u>CETIP</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Comunicação de Renúncia</u>	é a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
<u>Consultora</u>	é a Silverado Serviços de Informações Cadastrais Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Conta do Fundo</u>	é a conta corrente nº 1000703 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão na agência 001, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contas de Recebimento</u>	(i) é a conta-corrente nº 88456-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência nº 3391-0, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas pelo Agente de Recebimento no qual estejam abertas de acordo com instruções da Consultora, exclusivamente na forma estabelecida nos respectivos Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Contrato de Agente de Recebimento</u>	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo a Consultora, e cada um dos Agentes de Recebimento. Em se tratando das Contas de Recebimento abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas





FORMA DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO
DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
DE RENDIMENTO FIXO

	contratadas com o Fundo, os respectivos Contratos de Agente de Recebimento poderão conter diretrizes para movimentação das respectivas Contas de Recebimento exclusivamente pelo Agente de Recebimento no qual estejam abertas, de acordo com instruções da Consultora. Nessa hipótese os Contratos de Agente de Recebimento poderão conter em sua denominação referência à atividade de administração de conta-corrente vinculada;
<u>Contrato de Cessão</u>	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Consultoria</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, celebrado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Custódia</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria e Escrituração de Quotas para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco</u>	é o Contrato para Elaboração de Rating de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Crêditos de Elegibilidade</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 deste Regulamento;
<u>Custodiante</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;





BNY MELLON
ASSET SERVICING

<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Seniores:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e de Subordinada Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Datas de Amortização das Quotas Seniores:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data da 1ª subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada classe das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva classe;
<u>Datas de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Devedores:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito;
<u>Dia Útil:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na data de aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de





COMPANHIA DE CREDITO
FIDUCIARIA
S.A. - C.F. 00.000.000/0000-00

	hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Depósito, Contrato de Agência de Recebimento;
<u>Durante:</u>	é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante do parágrafo 2º do Artigo 8º deste Regulamento;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembleia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestora:</u>	é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas: <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo;





Regulamento do Fundo e Regulamento
nº 011047-00
MOTOS 10.2023/000000000000000000

- Banco Santander Banespa S.A.;
- Banco BNP Paribas Brasil S.A.;
- ING Bank N.V. S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Bradesco S.A.;
- Banco Itaú Unibanco S.A.;
- Banco UBS Factual S.A.;
- Banco Safra S.A. e
- Banco Votorantim S.A.

Para efeitos deste Regulamento, o termo "afiliada" significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, direta ou indireta, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa.

Instrução CVM 356

é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003, Instrução nº 435 da CVM, de 5 de julho de 2006, Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e Instrução nº 446, de 21 de dezembro de 2006.

Investidores Qualificados

são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;

Meta de Remuneração Prioritária

é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e/ou classe de Quotas Subordinadas Menorino estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;

Obrigações do Fundo

são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;

Patrimônio Líquido

significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX e às provisões referidas no Capítulo XVIII deste Regulamento;





REGULAMENTO DO FUNDOS DE INVESTIMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO

<u>Período:</u>	é o jornal Valor Econômico;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, descrita no Anexo V ao Regulamento;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe A:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, emitidas pelo Fundo;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe B:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, emitidas pelo Fundo;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais classes;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe A em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe A resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe C:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, emitidas pelo Fundo;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe C em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C resgatadas;





INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO
www.fundosinvestimentos.com.br

<u>Quotas Subordinadas Junior em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Junior emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Junior resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Junior:</u>	são as Quotas Subordinadas Junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Subordinadas Junior, consideradas em conjunto;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotas Seniores:</u>	são os titulares das Quotas Seniores;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino;
<u>Quotas Subordinadas Junior:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e Subordinadas Junior, considerados em conjunto;
<u>Quotas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Seniores:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razões de Garantia:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;





<u>Relação Mínima das Quotas Seniores:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Relações Mínimas:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Reserva de Amortização e Resgate:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 43-A deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.557:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.507, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SOMAFIX</u>	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados;
<u>Suplemento:</u>	é o suplemento ao presente Regulamento, relativo a cada série de Quotas Seniores ou a cada classe de Quotas Subordinadas Menorino, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série ou classe de Quotas em questão, conforme o caso: (i) quantidade de Quotas da série ou classe em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, caso existam, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe ou série de Quotas a que se refira;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento;
<u>Taxa de Consórcio:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
<u>Taxa Mínima de Resgate:</u>	é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante no parágrafo 4º do Artigo 4º deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	Taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros (CDI)





	<p>Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela imprensa diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;
<u>Títulos de Crédito:</u>	São duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures e notas promissórias comerciais;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série;
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série, em seu respectivo Suplemento, sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações,





BNY MELLON
ASSET SERVICING

o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.





ANEXO II - TERMO DE ADEÇÃO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRÉDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em anuêntimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRÉDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 129 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Regulamento tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e VII ("Política de Investimento e Composição da Carteira" e "Fatores de Riscos", respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;





- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e a Gestora têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/21;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Valor Econômico", sendo facultado à Administradora mediante instruções da Consultora, alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- (l) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão dessas declarações;
- (m) estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- (n) ter ciência de que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante, em hipótese alguma, exoneradas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo e/ou resgate de Quotas;
- (o) ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- (p) reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail e/ou telefone gravada (ordens verbais), constituindo os referidos documentos e/ou gravação, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;





PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES
17/02/2017 - 15h
Documento de Referência: 1.000.000.000.000.000.000

- (d) reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fax, síndio e/ou via e-mail, estando desde jã o Administrador de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindas de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (e) obrigat-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações e/ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- (f) ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (g) obrigat-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- (h) autorizar expressamente a Administradora a fornecer à Gestora cópia de toda sua documentação cadastral, bem como de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às movimentações financeiras por ele solicitadas (aplicações e resgates);
- (i) que os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (j) em se tratando de Quotas emitidas com amparo de Prospecto, haver lido e entendido o inteiro teor do referido documento.

São Paulo, [•] de [•] de 2007.

Denominação social do investidor:
Nome e cargos dos representantes legais:
CNPJ/MF:
E-mail:

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]





BNY MELLON
ASSET SERVICING

Modelo de declaração de recebimento de valores em nome de terceiros
Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017
Versão: 01/01/2017 a 31/12/2017

Testemunhar:

1. _____
Nome: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

TI





REGRAS DE CRÉDITO E GARANTIA
E (ANEXO III)
Código: Regras de Crédito e Garantia

ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO

1. OBJETIVO

A presente política de crédito tem por objetivo definir níveis de aprovação e concessão de crédito por cada Cedente a seus clientes, bem como estabelecer procedimentos para análise e aprovação.

2. APLICAÇÃO

As orientações aqui contidas devem ser aplicadas na avaliação e na concessão de crédito a todos os clientes com os quais os Cedentes mantêm relações comerciais.

3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

3.1 CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DE CRÉDITO

3.1.1 LIMITES DE CRÉDITO

Os limites de crédito deverão ser expressos em moeda corrente nacional e estarão sujeitos a revisão a qualquer tempo, em caso de ocorrência de fato relevante relacionado ao Cedente e/ou a seus clientes. Os limites de crédito deverão ser reajustados sempre por ocasião de aumentos e reajustes de preços.

3.1.2 ANÁLISE DE CRÉDITO

O limite de crédito será concedido a cada cliente a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Contratos de Informações;
- b) Fornecedores;
- c) Documentações específicas do cliente (ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica, cópia de identidade e CPF/MF, quando pessoas físicas, etc.).

3.1.3 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A análise do risco de crédito para a definição dos limites deverá considerar os seguintes critérios de avaliação:

- A. Histórico dos clientes dos Cedentes.





Plano de Crédito - 2018
11/11/2018 11:14
Versão 1.0

B. Informações de *lançamentos* de crédito, tais como SERASA e/ou Equifax, conforme o caso;

B.1. Inexistência de protestos ou cheques sem fundo ou protestos realizados nos últimos 20 anos;

B.2. Inexistência de execuções judiciais contra o cliente;

C. Consulta a certidões emitidas por Cartório de Protestos, conforme o caso;

D. Consulta no Procon, conforme o caso;

E. Informações fornecidas por fornecedores;

F. Informações fornecidas por burocratas e demonstrações financeiras;

3.14 SUSPENSÃO OU BLOQUEIO DE CRÉDITO

O limite de crédito concedido a um determinado cliente deverá ser imediatamente suspenso em caso se verificar a existência de:

- a) título em atraso por mais de 30 dias;
- b) encargos financeiros pendentes;
- c) cheques devolvidos/protestados; e/ou
- d) inatividade do cliente por 12 meses ou mais.

3.15 REABILITAÇÃO DE CRÉDITO

A reabilitação de crédito estará condicionada à realização de novo processo de análise do cliente;





Companhia de Fomento Financeira S.A.
CNPJ nº 07.072.113-80
RUA JOÃO DE VASCO DA GAMA, 100

4. SÍNTESE DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Resumidamente, os procedimentos de concessão de crédito podem ser esquematizados da seguinte maneira:





ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO

TERMO DE OFERTA E DOCUMENTO
DE REGISTRO Nº 000000-03
ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO [●] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Suplemento ao regulamento para emissão da [●] Série de Quotas Seniores da [●] Distribuição Pública de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [●];
- b) Valor Unitário de Emissão: [●];
- c) Data de Emissão: [●] de [●] de [●];
- d) Data de Resgate: dia 30 do [●] mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da [●]ª Série de Quotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de [●] das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * [●] \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

- f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas Seniores será amortizada integralmente na Data de Resgate, não existindo outras amortizações programadas / terá seu principal amortizado parcialmente segundo os percentuais e datas a seguir estabelecidos:

Percentual do Principal a ser Amortizado	Data de Amortização
--	---------------------





INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO E REGISTRO DE
FUNDOS DE INVESTIMENTO
INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO E REGISTRO DE

[●]%	[●] de [●] de [●]
[●]%	[●] de [●] de [●]

g) Forma de Integralização: [●]

h) Número Mínimo de Quotas a ser Distribuído: [●]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [] de [] de [].

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF/ME:

2.

Nome:
RG:
CPF/ME:





Walter de Azevedo e Associados
Advogados
Rua da Assembleia, 100 - 10º andar
01048-000 - São Paulo, SP

ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO MAXIMUM

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora.

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora segundo as etapas da cobrança são a seguir descritas:

- (a) após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Consultora enviará aos respectivos Devedores dos Direitos de Crédito:
 - a. notificação aos respectivos Devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao Artigo 290 do Código Civil e
 - b. o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito que preverá o pagamento na Conta de Recebimento.
- (b) após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Consultora confirmará junto aos respectivos Devedores o recebimento do boleto de cobrança, mediante:
 - a. a realização de contato telefônico e envio de correspondência aos Devedores, solicitando a confirmação por escrito (via fax, e-mail ou carta) do recebimento do boleto de cobrança;
 - b. a Consultora poderá, adicionalmente, a seu exclusivo critério, solicitar a confirmação por escrito do Devedor da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
- (c) até 03 (três) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato por telefone com o respectivo Devedor que não tiver confirmado o recebimento do boleto de cobrança, com o objetivo informar ao Devedor o vencimento do Direito de Crédito e, se for o caso, providenciar a emissão da segunda via do boleto de cobrança;
- (d) após 03 (três) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com o respectivo Devedor para comunicá-lo do vencimento e da necessidade de pagamento do Direito de Crédito correspondente em até 3 (três) Dias Úteis, contados de tal comunicação;
- (e) caso o Direito de Crédito não seja pago no prazo de 03 (três) Dias Úteis mencionado no item (d) acima, o Título de Crédito representativo do Direito de Crédito será levado a protesto pela Consultora no competente Cartório de Protestos;





Resolução do Conselho de Administração
de 27 de Abril de 2011
Resolução do Conselho de Administração

- (f) caso o pedido não seja satisfeito tempestivamente pelo respectivo Devedor, a Consultora entrará em contato com tal Devedor e com o Cedente a ele relacionada, com o objetivo de obter o pagamento do Direito de Crédito;
- (g) caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o procedimento de acompanhamento e cobrança previstos neste Anexo, a Consultora, a seu exclusivo critério e observado os limites previstos no Contrato de Consultoria, poderá conceder a prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou adotar outras alternativas eficazes para obter o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito;
- (h) não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial do Direito de Crédito contra o Devedor, o Cedente e o respectivo garantidor do Título de Crédito, conforme o caso, de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.





REUNIÃO DE FIDELICITAÇÃO
1ª Reunião - 14/01/2014
Assessoria Jurídica - 14/01/2014

**ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS
SENIORES**



**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM**
CNPJ nº 08.743.418/0001-44

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (vinte e cinco mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Referência: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Lançamento: 1º de agosto de 2007;
- d) Data do Resgate: dia 30 de 10º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data do Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Previsível: acumulação de 120% das Taxas DI, calculadas trimestralmente sob forma de capitalização composta, cuja base em um ano de 252 dias úteis, sendo a taxa de crescimento do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente anteriores definidos conforme fórmula abaixo:

$$1 + \left[\left(1 + \frac{T_{taxaDI}}{100} \right)^{120\%} - 1 \right] \times 150\%$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial;

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada ao longo do tempo conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor no final do 1º (primeiro) ano de presente emissão;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor no final do 2º (segundo) ano de presente emissão; e
- (iii) 60% (sessenta por cento) na Data do Resgate.

g) Forma de Interpretação: A soma e arredonda sempre.




ESTADO DE SANTA CATARINA
Cidade de Florianópolis
25 de Julho de 2007

Atestado de Recebimento
de Pagamento
em nome de

Os termos assinados neste Suplemento, anexados em forma autêntica (origem no original ou no plano), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Florianópolis, 25 de Julho de 2007.

 **Juan Delmar**
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Transmitente:

1. Transmissor: MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
Nome: **CAROL A. MELLON SILVA**
RG: **15.12.04-448.461**
CPF: **472.970.371-98**

2. Transmissor: MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
Nome: **Administradora Mellon Serviços Financeiros**
RG: **15.12.04-448.461**
CPF: **472.970.371-98**





BNY MELLON
ASSET SERVICING

ACORDO DE INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA
Nº 04/2014
DE 14/02/2014

**ANEXO VII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE
QUOTAS SENIORES**



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAIS
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES OBJETO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA**

Suplemento ao Regulamento para emissão de 2ª Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetoriais SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), nos termos e condições do seu Regulamento, a serem objeto da 2ª Distribuição Pública de Quotas do Fundo, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de julho de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 30 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, no caso que esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 125% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o aumento do Valor Unitário de Referência entre dois (2) dias Úteis imediatamente subsequentes definido conforme a fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{Taxa DI}{100} \right)^{252} - 1 \right) * 125\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicada ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de acordo com o seguinte:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 12º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 36º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

- Faz de Janeiro, 29 de julho de 2000

2. Describe the following process:
 Number: 049,3A 302 second 3 - 08 Jan
 HQ: 121244 248102
 CDE: 080 1015 237-04





ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO

**ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO**



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL,
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-44**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO A
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO**

Suplemento ao Regulamento para emissão da Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme se supõe nas seguintes condições:

- a) Quantidade de Quotas: até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (um real);
- c) Data de Emissão: 28 de agosto de 2006;
- d) Data de Resgate: dia 05 do 6º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 170% das Taxas DI, calculadas efetivamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo, portanto, o multiplicador do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(1 + \frac{Taxa DI}{100} \right)^{252} - 1 \right]^{1/252}$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial

f) Amortizações Programadas: A primeira parte da Quota será amortizada de forma parcelar conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 30% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 1º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 05 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

-



ANEXO X - HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO QUE DEVERÃO CONSTAR DE CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO ADQUIRIDAS PELO FUNDO

Conforme estabelecido no sub-ítem "j" da alínea b, do Parágrafo 1º do Artigo 10 deste Regulamento, as Cédulas de Crédito Bancário a serem adquiridas pelo fundo deverão conter cláusula que estabeleça substancialmente, no mínimo, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário. O texto a seguir deverá ser utilizado como referência para elaboração da cláusula em questão a ser inserida nos referidos contratos de cessão, admitindo-se sua variação. Os valores indicados nos itens "iii", "viii" e "ix" a seguir deverão ser definidos pela Consultora por ocasião da aquisição das Cédulas de Crédito Bancário, a seu exclusivo critério, tomando em consideração o valor da Cédula de Crédito Bancário e do Patrimônio Líquido e a situação econômico-financeira do Devedor e do terceiro garantidor (caso exista) da Cédula de Crédito Bancário em questão.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

- (i) não pagamento, pelo Devedor das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Cédulas de Crédito Bancário, não sendo no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;
- (ii) redução do nível de classificação de risco das Cédulas de Crédito Bancário em mais de dois níveis em relação ao nível originalmente estabelecido;
- (iii) protesto legítimo e reiterado de títulos contra o Devedor, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ [●] ([●], mil), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pelo Devedor que o(s) protesto(s) foi/foam efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) foi/foam cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (iv) pedido por parte do Devedor de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se o Devedor ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se o Devedor formular pedido de autofalência;
- (v) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência do Devedor;
- (vi) realização de redução de capital social do Devedor após a cessão da Cédula de Crédito Bancário;
- (vii) pedido de falência formulado por terceiros em face do Devedor e não devidamente extinto pelo Devedor no prazo de 30 (trinta) dias corridos;





Assinado eletronicamente
em 11/05/2016 às 14:00
por [nome e assinatura]

- (vii) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras do Devedor, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ [●]/[●] mil[is], ressalvada a hipótese do Devedor, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplimento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (viii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra o Devedor em valor agregado (qual ou superior a R\$ [●]/[●] mil[is]), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (ix) falta de cumprimento pelo Devedor de qualquer obrigação não pecuniária prevista nas Cédulas de Crédito Bancário não sanado em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pelo Devedor de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Cédulas de Crédito Bancário.





INSTITUTO DE CREDITO E PRESTACAO DE SERVICOS
S.A. (INSTITUTO DE CREDITO E PRESTACAO DE SERVICOS)
CNPJ 07.093.888/0001-00

**ANEXO XI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE B**



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-44**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE
QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE B**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: 24 10.000 (dez mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe B;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 06 de julho de 2009;
- d) Data de Resgate: no dia 05 do 71º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 05 de junho de 2015;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 165% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o rendimento do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definidos a partir da primeira ablação;

$$\left[1 + \left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{\frac{252}{360}} - 1 \right] \cdot 165\%$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A prestação série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 21º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 31º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 4º mês a contar da Data de Entrada das Quotas Subordinadas Menoristas Classe B, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 5º mês a contar da Data de Entrada das Quotas Subordinadas Menoristas Classe B, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

b) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

b) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letra maiúscula (estão no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2009.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: [Assinatura]
Cargo: Carla Lopes
Presidente

Nome: [Assinatura]
Cargo: _____

Testemunhas:

1. [Assinatura]
Nome: _____
RG: Vitor Sancho
C.P.F.: CPF 100.947.647-01

2. [Assinatura]
Nome: _____
RG: Adriana Rosso
C.P.F.: CPF 052.151.327-98





ANEXO XII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 3ª SÉRIE DE
QUOTAS SENIORES

ANEXO XII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE
QUOTAS SENIORES DA 3ª SÉRIE**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores da 3ª Série do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizado nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 60.000 (sessenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário do Fundo: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 06 de julho de 2009;
- d) Data de Resgate: no dia 30 de 70ª mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 30 de maio de 2015. Na Data de Resgate será pago às Quotas a totalidade do valor das Quotas, calculado nos termos do Regulamento, compreendendo, caso existam, (i) valor do principal aportado pelos Quotistas ainda não amortizado; e (ii) a rentabilidade efetiva acumulada até a data em questão;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 125% das Taxas UI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo postas em o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definidos conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{FicuidI}}{100} \right)^{1/252} - 1 \right) * 125\% \right]$$

Onde:

Taxa UI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcelar conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 de 22ª mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

[Assinatura]



- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 34º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 46º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 58º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas estejam no singular ou no plural, que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2009.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:

Carla Lopes
Presidência

Nome:
Cargo:

Testemunhas

1.
Nome:
RG:
C.P.F.:

Vitor Sancho
CPF 190.947.647-91

2.
Nome:
RG:
C.P.F.:

Adriana Russo
CPF 092.181.327-98



2



MAXIMO DE 100% DE SUBORDINAÇÃO
E 100% DE ALÍQUOTA
DE 10% DE JUROS SOBRE JUROS

ANEXO XIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE C

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE C

Suplemento ao Regulamento para emissão da Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil real);
- c) Data de Emissão: 15 de dezembro de 2009;
- d) Data de Resgate: Dia 08 do 66º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 08 de junho de 2015;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 165% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo, portanto, o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{252} - 1 \right] * 165\%$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão amortizadas nas seguintes datas: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 19º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 31º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 43º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 54º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.





b. Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

A realização de cada um dos pagamentos das amortizações parciais das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C nas datas acima definidas estará condicionada à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B pelo Fundo após a realização dos referidos pagamentos e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

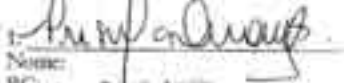
Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2009.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

1. 
Nome: _____
RG: _____
CPF: CPF 053.352.887-16

2. 
Nome: _____
RG: _____
CPF: CPF 054.543.337-88



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE
QUOTAS SENIORES DA 3ª SÉRIE**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores da 3ª Série do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 60.000 (sessenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 06 de julho de 2009;
- d) Data de Resgate: no dia 30 do 70º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 30 de maio de 2015. Na Data de Resgate será pago ao Quotistas a totalidade do valor das Quotas, calculado nos termos do Regulamento, compreendendo, caso existam: (i) valor do principal aportado pelos Quotistas ainda não amortizado; e (ii) a rentabilidade efetiva acumulada até a data em questão;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 125% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 125\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir.

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 22º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 34º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 46º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 58º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2009.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A..**

Nome:

Cargo:


Carla Lopes
Procuradora

Nome:

Cargo:


Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

C.P.F.:



Vitor Sancho
CPF 100.947.647-51

2.

Nome:

RG:

C.P.F.:


Adriana Rosso
CPF 092.151.327-59



ANEXO III

SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA CLASSE C

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



REGISTRO EM TRIBUTAÇÃO E DEBÍTORES Nº
47.070.000-00
CNPJ nº 07.000.000/0001-00

ANEXO XIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE C

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE C

Suplemento ao Regulamento para emissão da Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 15 de dezembro de 2009;
- d) Data de Resgate: Dia 08 do 66º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 08 de junho de 2015;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 165% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo, portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 165\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C serão amortizadas nas seguintes datas: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 19º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 31º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 43º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 54º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

- a. Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.





REPRESENTANTE DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
VIA TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
REPRESENTANTE DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

b. Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

A realização de cada um dos pagamentos das amortizações parciais das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C nas datas acima definidas estará condicionada à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B pelo Fundo após a realização dos referidos pagamentos e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

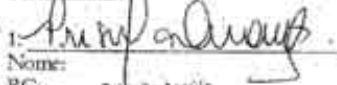
Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2009.


**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

1. 
Nome: Priscila Araújo
RG: 053.352.667-16
C.P.F.: 053.352.667-16

2. 
Nome: Thiago Pires Amaral
RG: 054.543.337-19
C.P.F.: 054.543.337-19



ANEXO IV

SÚMULAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 8 de julho de 2009

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 8 de julho de 2009 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e a distribuição das cotas da 3ª série ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's, bem como de informações atualizadas sobre o histórico de desempenho dos direitos creditórios e informações sobre a exposição da carteira do FIDC a Cédulas de Crédito Bancário (CCBs). A exposição atual do FIDC a CCBs é equivalente a 11% de seu Patrimônio Líquido e está dentro do limite de 20% previamente estabelecido no regulamento do FIDC, que foi alterado no dia 2 de julho de 2009 em Assembleia Geral de Cotistas. No entanto, a Consultora se compromete a buscar que a exposição a CCBs seja igual ou inferior a 5% até o encerramento da distribuição da 3ª série de cotas seniores. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 8 de julho de 2009

Instrumento	Rating Preliminar*	Subordinação Mínima	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
3ª Série de Cotas Seniores	brAAf	20%	Até 60	60 meses após a subscrição inicial de cotas
Cotas Subordinadas Mezanino	NR	Não Aplicável	Até 10	60 meses após a subscrição inicial de cotas
Cotas Subordinadas Júnior	NR	Não Aplicável	Até 5	Não aplicável

* O rating de crédito de cada classe de títulos mobiliários é preliminar e está sujeito a modificação.

Perfil

FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (FIDC Silverado Maximum).

Data prevista para o início da distribuição: Julho de 2009

Ativos subjacentes: Recebíveis comerciais e operações de crédito originados nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

Consultora e Agente de Cobrança: Silverado Serviços de Informações Cadastrais Ltda. (Silverado)

Originadores dos direitos creditórios: Diversas pequenas e médias empresas brasileiras

Administradora: BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Custodiante: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Proteção de Crédito: Subordinação de cotas e spread excedente.

Fundamentos

O rating preliminar atribuído à terceira série de cotas seniores do FIDC Silverado Maximum reflete:

- O reforço de crédito proporcionado pela subordinação mínima de 20% disponível às cotas seniores, além do spread excedente (estimado inicialmente em 3,4% ao ano), para cobrir despesas do FIDC além de fornecer proteção de crédito adicional aos cotistas;
- A performance histórica adequada dos recebíveis selecionados pela Silverado;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas;
- A reserva de pagamento que protege o FIDC contra descasamentos de fluxo de caixa, além de mitigar o potencial risco de fungibilidade;
- A boa capacidade administrativa e operacional da Silverado;
- A posição de mercado relativamente inferior da Silverado quando comparada a outras entidades que atuam no mercado de crédito, como bancos pequenos e médios, o que pode dificultar seu acesso a clientes de médio e grande porte e, geralmente, de menor risco. Este risco é parcialmente mitigado pelos fortes critérios de elegibilidade definidos no regulamento do FIDC, que asseguram uma adequada exposição aos sacados e cedentes;
- A política de originação da Silverado que, diferentemente de outras empresas de factoring e consultoras de crédito, tem como foco principal a análise e o relacionamento com os sacados.

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, à terceira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (FIDC Silverado Maximum), no montante de até R\$ 60 milhões. A carteira de direitos creditórios do FIDC é composta por recebíveis performados e operações de crédito originados por diferentes cedentes nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços. Os recursos a serem captados pela emissão serão utilizados para ampliar o volume de negócios do FIDC.

O rating preliminar 'brAAf' atribuído à terceira emissão de cotas seniores do FIDC Silverado Maximum expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído às cotas seniores do FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

O reforço de qualidade de crédito disponível às cotas seniores é proporcionado pela subordinação de cotas (mínimo de 20%). Além disso, será constituída uma reserva para pagamentos das amortizações e, diariamente, o administrador do FIDC Silverado Maximum deverá manter em caixa o montante equivalente às despesas regulares estimadas do FIDC durante o próximo mês. O FIDC também pode se beneficiar de um spread excedente, quando houver, proporcionado pela taxa de desconto aplicada na aquisição dos recebíveis elegíveis, que deve ser maior ou igual à 170% da Taxa DI Over.

A terceira série de cotas seniores do FIDC Silverado Maximum buscarão um retorno alvo estimado equivalente à 125% da taxa DI Over. As cotas subordinadas mezanino, não classificadas pela S&P, possuem um retorno alvo estimado equivalente à 165% da taxa DI Over. As cotas subordinadas júnior, também não classificadas pela S&P, não apresentam rentabilidade alvo.

Colateral

Os direitos creditórios elegíveis ao FIDC Silverado Maximum incluem duplicatas, cheques ou cédulas de crédito bancário (CCBs). O FIDC realiza compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Assim que os direitos creditórios são pagos, novos direitos creditórios elegíveis podem ser adquiridos. O FIDC adquire esses recebíveis a uma taxa de desconto estipulada em um patamar mínimo equivalente à 170% da Taxa DI Over.

Crítérios de Elegibilidade e Diversificação da Carteira

Os documentos da operação especificam critérios de elegibilidade, condições de cessão e limites de diversificação da carteira para a aquisição de novos direitos creditórios, como forma de mitigação do risco de deterioração da qualidade de crédito da carteira subjacente durante a vigência do FIDC Silverado Maximum, dada a natureza rotativa da estrutura. O custodiante é responsável por verificar regularmente o respeito aos critérios de elegibilidade, enquanto a consultora é responsável pela verificação das condições de cessão. Os limites de diversificação devem ser verificados pela administradora, pela gestora e pela consultora. O reforço de crédito é calculado levando-se em conta os direitos creditórios que estejam em conformidade com os termos especificados nos critérios de elegibilidade, condições de cessão e limites de diversificação da operação e, ao mesmo tempo, excluindo-se aqueles que não obedeçam a esses parâmetros.

Dessa forma, o FIDC Silverado Maximum pode adquirir novos recebíveis dos cedentes mediante determinadas condições. Para ser passível de compra pelo FIDC, um direito creditório deve atender aos seguintes critérios:

- Deve decorrer de operações realizadas pelos cedentes nos segmentos industrial, comercial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços;
- Os direitos creditórios não podem estar vencidos quando da data da cessão;
- Os devedores dos direitos creditórios não podem ser devedores de títulos em atraso a mais de 30 dias com o FIDC;
- Os direitos creditórios devem ter seu vencimento em até 30 dias de antecedência da data de resgate da última série de cotas seniores e subordinadas mezanino em circulação;
- A consultora deve confirmar com os sacados o vencimento e a existência de todos os direitos creditórios representados por duplicatas com valores superiores a R\$ 5 mil;
- A concentração dos quatro maiores devedores, seja como sacados de duplicatas ou devedores de CCBs, na condição de grupo econômico, não deve exceder 20% do patrimônio líquido do FIDC, considerados de maneira *pro forma* em cada nova aquisição de recebíveis;
- A concentração dos cinco maiores cedentes, na condição de grupo econômico, não deve exceder 50% do patrimônio líquido do FIDC, considerados de maneira *pro forma* em cada nova aquisição de recebíveis;
- O prazo médio ponderado dos direitos creditórios (duplicatas, cheques e CCBs, em conjunto) não pode exceder 120 dias;
- O volume de direitos creditórios representados por cheques não pode ser superior a 3% do PL do FIDC, sendo a exposição de cada devedor de cheques limitada a 0,5% do PL;
- Os direitos creditórios representados por CCBs não podem exceder 5% do patrimônio líquido do FIDC. As CCBs devem apresentar prazo médio igual ou inferior a 360 dias e devem contar com garantia (penhor ou cessão fiduciária) de recebíveis de no mínimo 120% do valor do direito creditório a ser adquirido.

Desempenho Histórico

Os gráficos abaixo demonstram algumas características dos recebíveis originados pelo Silverado, incluindo volume de originação de duplicatas, prazo médio ponderado das duplicatas, e a performance das duplicatas. Os dados de performance revelam um índice de perda (duplicatas pagas com atraso superior a 60 dias ou que ainda estão em aberto a mais de 60 dias) que tem se mantido consistentemente abaixo de 1% desde janeiro/2008. O índice superior a 12% observado no mês de outubro de 2007 refere-se a um período de baixo volume de originação, e não foi

considerado pela Standard & Poor's na definição do *proxy* de perda. O pico da média móvel de três meses foi de 0,76% se considerados os dados a partir de janeiro de 2008. Contudo, dado o pequeno histórico da operação, a Standard & Poor's baseou a *proxy* de perda no pico do índice de perda neste período, que foi equivalente a 1,53% em novembro de 2007.

Gráfico 1
Geração Mensal - Duplicatas Comerciais

Em Milhões de R\$

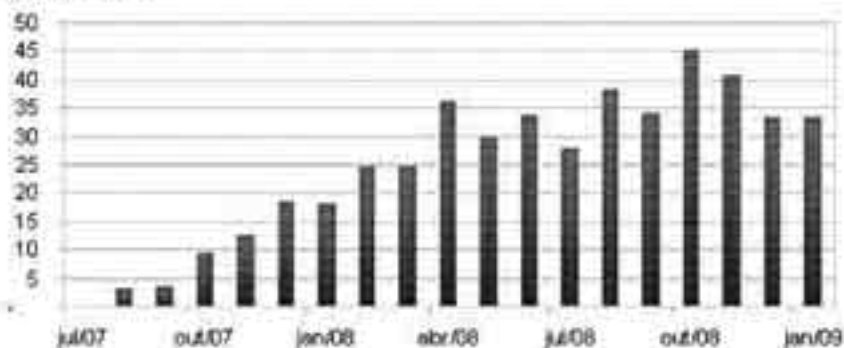


Gráfico 2
Prazo Médio Ponderado - Duplicatas Comerciais (em dias)

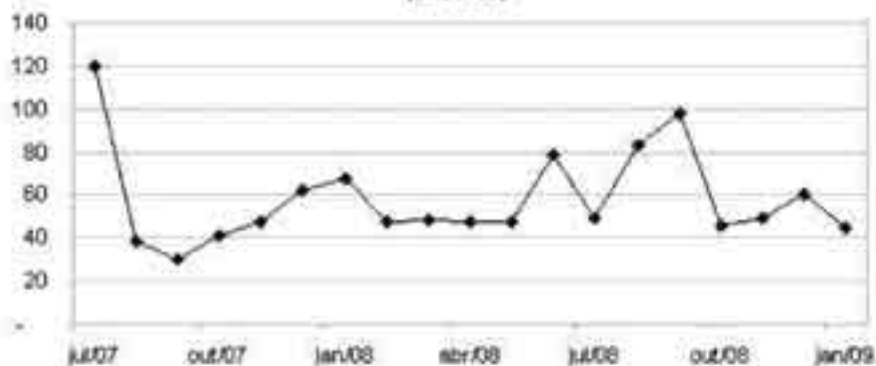
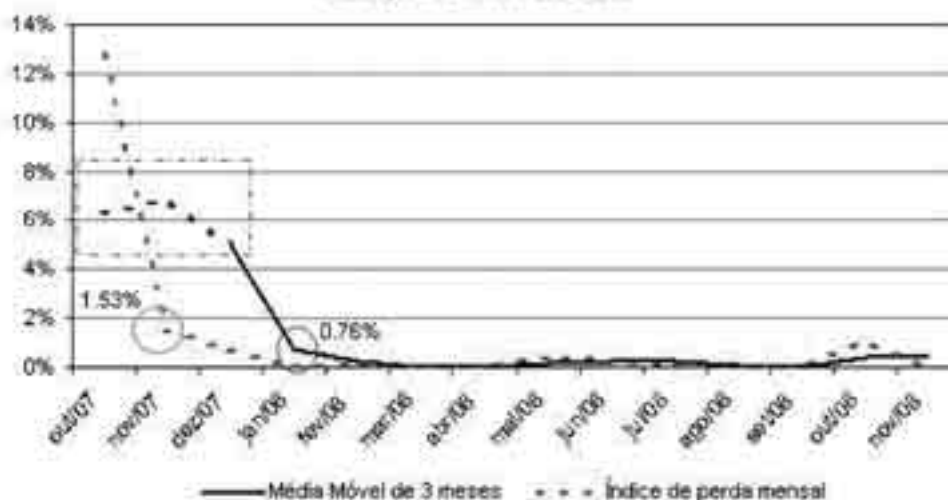


Gráfico 3
Evolução do Índice de Perda



Análise de Crédito

Cálculo do Reforço de Qualidade de Crédito

Conforme mencionado nas seções anteriores, o reforço de qualidade de crédito – reserva necessária para cobrir eventuais diferenças geradas pela potencial deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis – será obtido por meio de subordinação estrutural. Para a carteira de recebíveis comerciais, o reforço de qualidade de crédito é determinado pelo maior resultado entre o cálculo da reserva dinâmica e da reserva mínima, e com a utilização de premissas consistentes com os ratings atribuídos.

Dimensionamento do Reforço de Qualidade de Crédito

A maior das reservas (mínima e dinâmica) deverá ser mantida durante a vigência do FIDC Silverado Maximum. Portanto, caso os indicadores de inadimplência e de perda apresentem deterioração, de modo que a proteção de crédito calculada pela reserva dinâmica seja superior ao cálculo da reserva mínima, esta última será aplicada. Da mesma forma, caso se verifique maiores níveis de concentração por sacados e por cedentes, o rating poderá ser alterado de modo a refletir o potencial maior risco de concentração da carteira.

A análise da Standard & Poor's concentra-se na qualidade de crédito dos ativos subjacentes do FIDC Silverado Maximum (os direitos creditórios cedidos), e não leva em consideração o eventual efeito positivo oriundo da existência de mecanismos de coobrigação por parte das cedentes, uma vez que a Standard & Poor's entende que o modelo de negócios da Silverado, focado na análise de qualidade de crédito dos sacados, e as definições estruturais da documentação, com destaque para o fato de que as duplicatas superiores a R\$ 5 mil devem ser verificadas junto aos sacados quanto ao 'aceite' (disposição de pagar a duplicata), tornam a estrutura do FIDC Silverado Maximum mais direta e exclusivamente dependente da qualidade de crédito dos sacados no pagamento de sua obrigações. O relacionamento direto com os sacados auxilia nesse processo de verificação. Os baixos níveis históricos de recompra, inferiores a 0,1% ao mês de acordo com dados fornecidos pela Silverado, reforçam esta abordagem.

Reserva Dinâmica

A reserva dinâmica é calculada por meio da soma dos cálculos de duas reservas distintas: a Reserva de Perdas e a Reserva de Diluição. No caso de carteiras originadas por vários cedentes e selecionadas por empresas de factoring ou de consultoria de crédito, como no caso do FIDC Silverado Maximum, os dados de diluição estão frequentemente incorporados nos dados de inadimplência e de perda na base de dados fornecida à Standard & Poor's. Este fato decorre da incapacidade comum das empresas de factoring ou de consultoria de crédito de rastrear o desempenho dos recebíveis após a recompra por parte dos cedentes, o que pode ocorrer poucos dias após o atraso no pagamento do direito creditório.

Por essa razão, o cálculo da reserva dinâmica da Standard & Poor's para as transações originadas por empresas de factoring não incorpora uma Reserva de Diluição separada uma vez que a diluição já é capturada nos dados de perda analisados. Entendemos também que a diversificação entre cedentes serve como um fator atenuante dos riscos de diluição e dos riscos operacionais em transações com vários cedentes. Por fim, como colocado anteriormente, o volume de diluição é insignificante no caso do FIDC Silverado Maximum, inferior a 0,1% mensalmente, devido às práticas rígidas de análise de sacados e verificação das duplicatas.

Cálculo da Reserva de Perdas: A reserva necessária contra reduções nos níveis de proteção, em consequência da falta de pagamento, é representada pela reserva dinâmica de perdas. O cálculo da reserva de perdas se baseia nos dados de desempenho histórico do índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que o recebível inadimplente foi gerado.

O índice de perdas (*loss ratio - LR*) calculado sobre as vendas é submetido a um fator de estresse (*stress factor - SF*) estipulado pela Standard & Poor's de acordo com os seguintes fatores principais: a categoria de *rating* da operação, o prazo médio dos direitos creditórios elegíveis ao

FIDC, e as características e a qualidade da originação (único cedente ou vários cedentes selecionados por uma empresa de factoring ou consultoria de crédito, políticas de concessão de crédito e cobrança, critérios de elegibilidade, entre outros).

Desta forma: reserva de perdas = LR x SF, sendo:

LR: Índice de perda: dado o histórico de recuperação de direitos creditórios inadimplentes originados pela Silverado, a Standard & Poor's utilizou como *proxy* de perda observada uma série temporal com o percentual dos direitos creditórios vencidos após 60 dias de sua data de vencimento sobre o total de direitos creditórios originados em cada mês. A *proxy* de perda adotada para a operação foi de 1,53%, como pode ser observado no gráfico 3 acima.

SF: Fator de estresse utilizado: 5x para o rating atribuído às cotas seniores ('brAAf')

Resultado do cálculo da Reserva de Perdas para a carteira de recebíveis: $1,53\% \times 5 = 7,67\%$

Reserva Mínima

Cálculo da Reserva Mínima: O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único devedor ou em único cedente, na condição de grupo econômico.

A reserva mínima foi estabelecida pela análise de concentração máxima por sacados (devedores de duplicatas ou CCBs) e cedentes (de duplicatas ou como devedores de CCBs), e a utilização de um múltiplo de concentração consistente com os ratings atribuídos.

Em virtude das especificidades do modelo operacional da Silverado, o múltiplo de concentração de 4x para o nível de rating 'brAAf', utilizado para cálculo da Reserva Mínima das cotas seniores, foi aplicado somente na exposição por sacados. A documentação da operação estabelece um limite de concentração nos cinco maiores cedentes igual a 50%, o que consideramos adequado ao rating atribuído por conta das práticas de originação da Silverado descritas anteriormente. A Standard & Poor's entende que em um evento de *default* de qualquer cedente, a operação poderia estar exposta a algum risco de compensação, fraude e fungibilidade. No entanto, é improvável que o volume de duplicatas de um cedente seja totalmente perdido num cenário de *default* do cedente pela natureza comercial das obrigações.

O cálculo da reserva dinâmica indica que o reforço de crédito para a carteira de recebíveis disponível para proteção das cotas seniores, em uma categoria de rating 'brAAf', deve ser equivalente a 7,67%, enquanto o resultado do cálculo da reserva mínima, com base no nível de concentração por sacados, deve ser de 20%. O reforço de crédito disponível deve ser o maior entre a reserva dinâmica e a reserva mínima, portanto, 20% com base na reserva mínima.

Análise de Sensibilidade

O reforço de qualidade de crédito incorporado pelo FIDC, na forma de subordinação e *spread* excedente, fornece uma proteção de crédito adequada aos ratings atribuídos. Ainda assim, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do FIDC, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação, os ratings atribuídos poderão ser revistos.

Que índice de perda o FIDC Silverado Maximum pode suportar no cenário econômico atual?

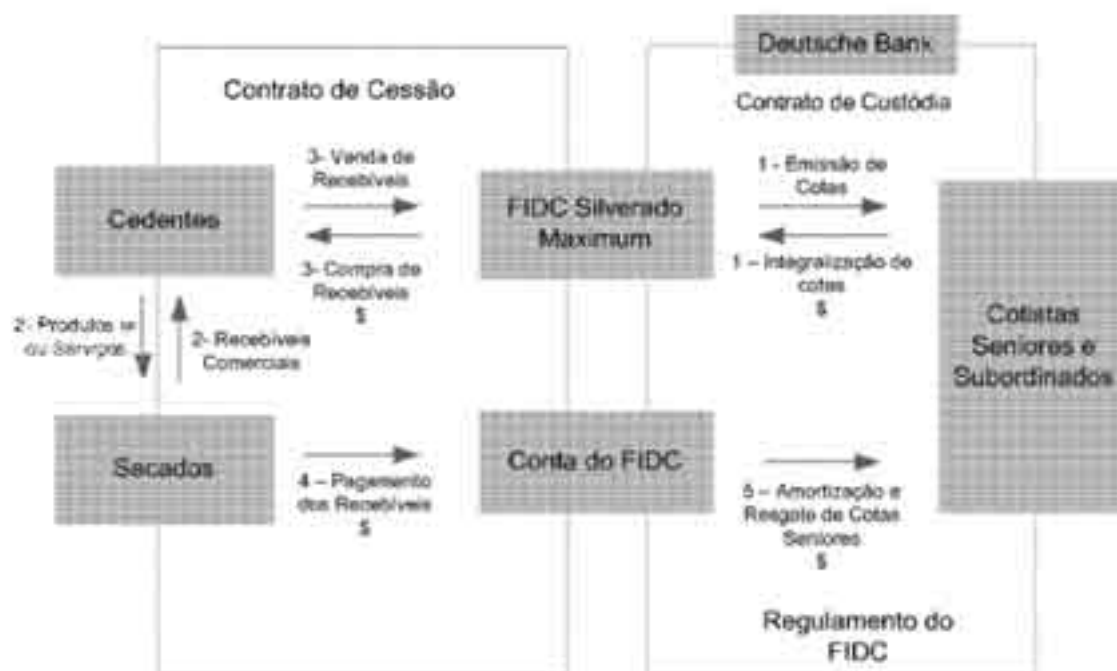
Em razão do rápido giro dos ativos, a Standard & Poor's assume como cenário base que o nível de subordinação mínimo definido pelo regulamento do FIDC Silverado Maximum será mantido em cada um dos giros da carteira. Porém, em uma situação de rápida deterioração dos indicadores de desempenho dos ativos, no qual o nível de subordinação se desenquadrasse dos parâmetros definidos pelos documentos do FIDC, provavelmente um evento de liquidação antecipada seria acionado. Neste cenário, considerando-se o nível mínimo de subordinação, a estrutura de fluxo de caixa poderia suportar uma perda acumulada próxima a 20% e ainda assim o FIDC teria condições de honrar o pagamento integral do resgate de suas cotas seniores. Os ratings atribuídos às cotas

do FIDC poderão sofrer pressão de rebaixamento, caso os índices de desempenho da carteira se deteriorarem de forma expressiva, afetando negativamente o cálculo da Reserva de Perdas, sem que seja feito um ajuste compatível no nível de subordinação do FIDC de forma a atender os parâmetros da Standard & Poor's para os ratings atribuídos.

Descrição da Estrutura – Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

FIDC Silverado Maximum é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A terceira série de cotas seniores e a primeira séries de cotas subordinadas mezanino vencerão 60 meses após sua subscrição inicial. As cotas serão denominadas em reais.

Figura 1 – Diagrama da Estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC Silverado Maximum captará recursos de investidores e em contrapartida emitirá a terceira série de cotas seniores, a primeira série de cotas subordinadas mezanino e também cotas subordinadas júnior.
2. Os cedentes vendem produtos e serviços aos clientes, e em troca emitem direitos creditórios representados por duplicatas.
3. O FIDC Silverado Maximum realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é, convertidos em caixa mediante os pagamentos dos devedores), o FIDC adquirirá novos recebíveis.
4. Em relação às duplicatas comerciais, os títulos serão pagos diretamente na conta do FIDC ou nas Contas de Recebimento, mantidas pelos Agentes de Recebimento de acordo com instruções da consultora, que têm até 1 dia útil para transferir os recursos para a conta do FIDC. As operações de crédito, que deverão ser realizadas por meio da emissão de CCBs, também terão seus pagamentos direcionados a uma conta bancária em nome do FIDC. Essa metodologia de recebimento de caixa visa atenuar o risco de os pagamentos ficarem sujeitos a um bloqueio automático, no caso de falência dos cedentes e da consultora.

5. O principal investido pelos cotistas seniores e subordinados mezanino será amortizado em 5 pagamentos anuais, após um período de carência de 22 meses. Os juros auferidos ao longo da vida da operação serão pagos após 60 meses, no momento do último pagamento de principal e resgate das cotas.

O rendimento e o valor de face das cotas seniores e das cotas subordinadas mezanino serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. As cotas subordinadas juniores poderão ser amortizadas desde que: (i) o nível de subordinação mínimo seja respeitado, (ii) as despesas e provisões do FIDC estejam pagas/realizadas, e (iii) nenhum evento de avaliação tenha sido acionado.

Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, o administrador do FIDC Silverado Maximum alocará o caixa disponível de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- Pagamento das despesas do FIDC;
- Provisão com as despesas a serem incorridas no próximo mês;
- Amortização e/ou resgate das cotas seniores;
- Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas mezanino;
- Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas júnior.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

Uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo FIDC Silverado Maximum a uma taxa de desconto pré-fixada, enquanto a remuneração alvo das cotas seniores é flutuante e indexada à Taxa DI Over, os cotistas estão expostos ao risco de descasamento de taxa de juros. Este risco é primariamente mitigado pelo *spread* excedente, e também pela subordinação de cotas (disponível às cotas seniores). Adicionalmente, a característica de curto prazo dos direitos creditórios elegíveis naturalmente fornece certo nível de proteção aos cotistas seniores, dado que uma variação significativa e imprevisível das taxas de juros é geralmente improvável em um curto espaço de tempo.

O *spread* excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios e a remuneração alvo das cotas seniores e subordinadas mezanino. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, assim como criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, sem que a subordinação seja consumida, uma vez que esta é geralmente instituída para proteger os cotistas contra perdas de crédito.

Reserva de Pagamento

O FIDC Silverado Maximum estabelecerá diariamente uma reserva de liquidez com o objetivo de cobrir todas as despesas a serem incorridas pelo FIDC no próximo mês. Adicionalmente, o FIDC também constituirá uma reserva de pagamento que estabelece que com 15 e 7 dias de antecedência à próxima amortização, a reserva deverá ser equivalente a 50% e 100% do valor previsto da próxima amortização.

Riscos de Contraparte

Risco de Fungibilidade

Em seu curso normal, a coleta do fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios fluirá diretamente para a conta do FIDC Silverado Maximum. Entretanto, no caso de pré-pagamentos ou pagamentos em atraso, o caixa poderá circular pela conta das cedentes e da Silverado, o que gera um risco de fungibilidade, ou seja, o risco de que os recursos relacionados aos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC sejam desviados por algum motivo como, por exemplo, a falência das cedentes ou da Silverado.

Embora a reserva de pagamento não elimine completamente este risco, ela contribui para sua

diminuição, uma vez que o FIDC deverá manter em caixa recursos suficientes para o pagamento da amortização prevista para os próximos sete dias.

Riscos Operacionais

Os ratings atribuídos pela Standard & Poor's às cotas seniores FIDC Silverado Maximum refletem a capacidade da Silverado como empresa responsável pela seleção dos créditos, formalização das operações e cobrança dos créditos em atraso. A deterioração da capacidade da Silverado em prestar seus serviços, selecionar adequadamente os cedentes e sacados, e administrar a carteira de recebíveis poderia afetar o desempenho dos direitos creditórios, bem como as premissas adotadas.

Como outras empresas de factoring e consultoras de crédito, a Silverado enfrenta a competição imposta por bancos de pequeno e médio porte, os quais geralmente possuem vantagens comparativas e podem oferecer produtos mais atrativos aos mesmos clientes. Por isso, muitas vezes os cedentes que mantêm operações com a Silverado apresentam uma qualidade de crédito relativamente de maior risco.

Entretanto, quando comparada com outras empresas do setor, a Silverado demonstra uma boa capacidade operacional, apresentando uma política de crédito e cobrança bem definida e com foco no sacado, o que mitiga a exposição ao risco de crédito das cedentes, risco de fraude dos recebíveis e diluição, dado que antes de efetuar qualquer venda de direitos creditórios, os sacados devem ter confirmado o recebimento apropriado das mercadorias ou do serviço prestado.

Análise Legal

Os cedentes do FIDC Silverado Maximum cederão de forma definitiva ao FIDC a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios cedidos. O FIDC Silverado Maximum é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e as empresas cedentes. Antes de atribuir um rating final à transação, a Standard & Poor's espera receber uma opinião legal de um escritório de advocacia conceituado confirmando que o contrato de cessão do FIDC Silverado Maximum permitirá a venda perfeita e acabada (*true sale*) dos direitos creditórios elegíveis ao Fundo.

Publicações Relacionadas:

"Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil," publicado dia 13 de maio de 2009 em

www.standardandpoors.com (disponível em inglês).

Analista Principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743,
jp_gil@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, 55 (11) 3039-9729,
leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (51) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.
A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de

disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The *McGraw-Hill* Companies



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Seniores

Relatório Analítico

Rating

A+

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

Data: 06/jul/2009

Validade: 06/abr/2010

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 06 de julho de 2009, atribuiu rating preliminar **A+** (A mais), com perspectiva estável, para a 3ª Série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (Silverado FIDC). Na mesma data a Austin Rating atribuiu o rating **BBB+** (triplo B mais), com perspectiva estável, para as Cotas Subordinadas Mezanino Classe B emitidas pelo Fundo.

Em 19/jul/2007, a Austin Rating atribuiu o rating **A** (A simples) para a Primeira Série de Cotas Seniores do Fundo. Em 28 de agosto de 2008, a Austin atribuiu o rating **A** (A simples) com perspectiva estável para a Segunda Série de Cotas Seniores e **BBB-** (triplo B menos) com perspectiva estável para as Cotas Subordinadas Mezzanino Classe A. Em 14 de Novembro de 2008, elevou o rating de **A** para **A+** (A mais) da Primeira e da Segunda Séries de Cotas Seniores. Em 10 de setembro de 2008, a Austin atribuiu o rating **BB** (duplo B) com perspectiva estável para as Cotas Subordinadas Juniores emitidas pelo Silverado FIDC. Em 04 de fevereiro de 2009, a Austin elevou a classificação das Cotas Subordinadas Mezanino Classe A de **BBB-** (triplo B menos) para **BBB+** (triplo B mais) e das Cotas Subordinadas Juniores de **BB** (duplo B) para **BB+** (duplo B mais).

O Silverado FIDC, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas pela aplicação de recursos na aquisição de direitos creditórios indicados e selecionados pela consultoria especializada Silverado Informações Cadastrais Ltda. (Consultora), decorrentes de operações de vendas mercantis realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços ou Ativos Financeiros, respeitando os critérios de elegibilidade e a política de investimento detalhada no Regulamento do Fundo.

As Cotas Seniores da Terceira Série têm por objetivo a remuneração equivalente a 125,0% da taxa DI ao ano. Esta série contará com um volume de até R\$ 60.000.000,00 (cinquenta milhões), representado por até 60.000,00 (sessenta mil) Cotas, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Em 31 de março de 2009, o FIDC contava com 47.503 (quarenta e sete mil quinhentas e três) Cotas Seniores da Primeira Série, com valor unitário de R\$ 1.040,02 (mil e quarenta reais e dois centavos), totalizando R\$ 49.403.679,76 (quarenta e nove milhões quatrocentos e três mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos). Também contava com 29.075 (vinte e nove mil e setenta e cinco) Cotas Seniores da Segunda Série, com valor unitário de R\$1.106,18 (mil cento e seis reais e dezoito centavos), totalizando R\$32.161.812,76 (trinta e dois milhões, cento e sessenta e um mil, oitocentos e doze reais e setenta e seis centavos).

Na mesma data do Fundo, contava com 7.762 (sete mil setecentos e sessenta e duas) Cotas Mezanino Classe A, com valor unitário de R\$1.104,85 (mil cento e quatro reais e oitenta e cinco centavos), totalizando R\$8.597.976,10 (oito milhões e quinhentos e noventa e sete mil novecentos e setenta e seis reais e dez centavos). Nessa data o Fundo, contava com 8.664 (oito mil e seiscentos e sessenta e quatro) Cotas Subordinadas Juniores, com valor unitário de R\$1.657,89 (mil seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos), representando totalizando R\$14.363.768,32 (quatorze milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Analistas:

Mauro Bassi
Tel: 05 11 3277 0709
mauro.bassi@austin.com.br

Jorge Alves
Tel: 05 11 3277 0703
jorge.alves@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 11
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel: 05 11 3277 0707
Fax: 05 11 3277 0739
www.austin.com.br



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Seniores

A somatória das Cotas Mezanino Classe A e Cotas Subordinadas Juniores representavam nessa data 21,97% do patrimônio líquido do Fundo.

De acordo com a metodologia da Austin Rating para classificação de risco de crédito de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a classificação preliminar A+ atribuída para as Cotas Seniores da Terceira Série fundamenta-se essencialmente na importante participação de cotas subordinadas no Fundo. Considerando a inadimplência histórica na carteira do FIDC Silverado, este nível de subordinação constitui uma boa ferramenta de proteção para as cotas seniores. Similarmente, a classificação considerou a elevada rentabilidade do Fundo, lastreado por recebíveis de alta rentabilidade, o que, pelo acúmulo da mesma nas cotas subordinadas, se materializa em uma proteção relevante para as Cotas Seniores (da 1ª, 2ª e 3ª Série).

Entre outros fatores considerados na atribuição do rating para as Cotas Seniores da Terceira Série, destacamos:

(i) os rigorosos critérios para a seleção de direitos creditórios estipulados na política de investimento e nos critérios de elegibilidade estipulados no regulamento do Fundo, definindo em alto grau o perfil de risco do Fundo; (ii) rigorosa política de crédito a ser utilizada pela Consultora para a seleção dos mesmos. Esta classificação reflete a importante participação de Cotas Subordinadas no PL do Fundo, as quais servem como fator de proteção para o valor das Cotas Seniores; (iii) a elevada rentabilidade dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, fator que contribui para a proteção do valor das cotas, na medida em que os recursos associados auferidos por esta rentabilidade sirvam como um colchão de proteção, contribuindo para preservar o valor das cotas contra os impactos negativos de perdas nos créditos adquiridos pelo Fundo; (iv) inclusão no regulamento do Fundo de uma taxa mínima de retorno - equivalente a 170,0% da taxa DI - significativamente superior ao benchmark de remuneração das cotas seniores para os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo (a qual incorpora também os custos médios para a manutenção do Fundo). Fator determinante para garantir a rentabilidade das Cotas do Fundo, Seniores e Subordinadas, e constitui, ao mesmo tempo, em um fator de proteção relevante para seu valor.

Dentre alguns fatores em observação, considerados na atribuição da classificação, se destacam: (i) as características do Fundo, particularmente sua vocação (ex.: multisetorial, multicedente e multidevedor), assim como o amplo espectro de potenciais cedentes e devedores, inviabilizaram, ex-ante, a realização de um estudo (ex.: de auditoria) sobre a qualidade, comportamento e características da carteira alvo de aquisição; (ii) eventuais quedas nas taxas de juros de mercado terão um impacto negativo no nível de rentabilidade do Fundo, diminuindo a capacidade de proteção para o valor das cotas proporcionado por este fator; (iii) a estrutura do Fundo incorpora um risco de mercado latente. Este se encontra associado ao descasamento de taxas entre os ativos que servem como lastro da maior parte do PL do Fundo (ex.: direitos creditórios), marcados a taxas de juros prefixadas e a taxas que incidem seus passivos, ex.: a remuneração da Cotas Seniores, as quais se encontram indexadas a taxas pós-fixadas (ex.: CDI). No entanto, e como mencionamos nos fatores positivos, este risco é parcialmente mitigado pela possibilidade de remarcação, no curto prazo dos ativos que compõem o lastro, incorporando as novas taxas de referência; (iv) a maioria das operações de crédito que servem como lastro não conta com garantia real integral (caso exista, sua execução não se materializaria no ressarcimento imediato ao Fundo); e (iv) o aumento significativo da carteira de direitos creditórios pode mudar as características de seu perfil atual.

A classificação atribuída também considerou a performance do Silverado FIDC, desde o início de suas operações, destacando-se seu bom desempenho, principalmente no tocante a sua rentabilidade e a expansão da carteira de direitos creditórios, o que demonstra a capacidade de geração de lastro do Fundo e o que tem garantido um patamar de rentabilidade expressivo. O Silverado FIDC tem cumprido também suas obrigações no que se refere à amortização das diferentes cotas que emite, em linha com os compromissos assumidos nos cronogramas de amortização das mesmas. O Fundo tem se enquadrado nos critérios / disposições especificadas no seu regulamento, particularmente a participação das Cotas Subordinadas Mezanino e Júnior. O nível médio de participação de direitos creditórios vencidos e não pagos (DCVN) em relação ao patrimônio líquido tem se mostrado cada vez menos representativo. A redução de sua representatividade também é favorecida quando comparada ao volume de Cotas Subordinadas Mezanino e Juniores, suficiente para cobertura destes débitos caso se materializem



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Seniores

em inadimplência ou perda. Ressalta-se que o percentual de PDD em relação aos DCVNs é baixo, entretanto, este nível de DCVNs, não necessariamente, deve ser considerado como créditos inadimplentes. Desde a emissão do relatório da Primeira Série de Cotas Seniores do Fundo a Austin emite relatórios trimestrais de rating os quais podem ser acessados na página <http://www.austin.com.br/>. A base de análise para o desempenho do Silverado FIDC tem como referência o primeiro trimestre de 2009.

Em 15 de maio de 2009 o Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, manteve a classificações A+ (A mais) para a Primeira e Segunda Séries de Cotas Seniores, BBB+ (triplo B mais) para as Cotas Subordinadas Mezanino Classe A e BB+ (duplo B mais) para as Cotas Subordinadas Juniores emitidas pelo FIDC Multisetorial Silverado Maximum (FIDC Silverado). A perspectiva destas cotas é estável. Na mesma data e de acordo com a metodologia definida pela Austin Rating para os monitoramentos trimestrais de FIDCs, o Comitê de Classificação de Risco apontou observação negativa para todas as Cotas avaliadas pela falta da disponibilização das seguintes informações: (i) montante de recompra total mensal; (ii) relatório de direitos creditórios vencidos e não pagos (por faixa de atraso), bem como informações de direitos creditórios considerados inadimplentes e baixados da carteira e direitos creditórios inadimplentes recuperados; e (iii) prazo médio em dias da carteira de direitos creditórios para a posição final de cada mês do trimestre avaliado.

ACOMPANHAMENTO DO RATING

O rating preliminar atribuído às Cotas Seniores da Terceira Série do Silverado FIDC tem prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua atribuição, e não deve ser entendido como uma opinião de crédito definitiva desta agência, uma vez que está baseado em um conjunto de informações preliminares. A confirmação do rating preliminar encontra-se condicionada, essencialmente, ao recebimento do Suplemento da emissão de Cotas Seniores da Terceira Série. A Austin Rating acompanhará os riscos relativos ao Silverado FIDC, especialmente aqueles relativos à qualidade de sua carteira. A cada trimestre, será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin sobre o risco de pagamento da 1ª, 2ª e 3ª Série de Cotas Seniores, bem como das Cotas Subordinadas Mezanino Classe A e Classe B e as Cotas Subordinadas Juniores.

PERFIL DO FUNDO

O Multisetorial Silverado Maximum Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pela Instrução nº 356 de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Fundo conta com as seguintes características:

Tipo de Fundo:	Fundo constituído sob a forma de condomínio fechado;
Ativo do Fundo:	Direitos Creditórios de natureza financeira / Ativos Financeiros;
Colocação da cotas:	Distribuição Pública;
Administradora:	Melon Serviços Financeiros DTVM S.A.;
Auditoria:	KPMG Auditores Independentes;
Custodiante:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão;
Consultora	Silverado Informações Cadastrais S.A.;
Consultoria Jurídica:	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch – Advogados;
Cobrança:	Silverado Informações Cadastrais S.A.;



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Seniores

Características Cotas Seniores Terceira Série

Valor Unitário Per Cota: R\$ 1.000,00

Quantidade: 60.000

Amortização:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 22º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 34º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 46º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 58º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

Data de Resgate: no dia 30 do 70º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 30 de maio de 2015. Na Data de Resgate será pago ao Quotistas a totalidade do valor das Quotas, calculado nos termos do Regulamento, compreendendo, caso existam: (i) valor do principal aportado pelos Quotistas ainda não amortizado; e (ii) a rentabilidade efetiva acumulada até a data em questão;

Objetivo de Remuneração: 125% do DI (Cotas Mezanino Classe B).

DESEMPENHO DO FUNDO

Posição da Carteira e % do PL												
Titulos/Datas	12/1/2009	%	30/1/2009	%	10/2/2009	%	27/2/2009	%	12/3/2009	%	31/3/2009	%
Direitos Creditórios	65.193.953	66,5	65.774.143	65,7	66.306.030	66,2	66.385.482	66,7	73.095.225	71,8	76.963.559	73,6
Créditos vencidos	4.264.926	4,4	2.764.468	2,8	3.445.711	3,4	4.353.243	4,3	3.956.650	3,9	2.220.957	2,1
Total Dir. Creditórios	69.478.879	70,9	68.538.612	68,5	69.751.741	69,7	73.738.725	73,0	77.021.875	75,6	79.184.516	75,8
CDRs e Outros Títulos	27.441.608	26,0	31.298.425	31,3	29.829.563	29,8	27.745.417	27,5	24.401.524	24,0	24.351.299	23,3
Saldo Tesouraria	191.054	0,2	35.438	0,0	314.588	0,3	2.264	0,0	311.037	0,3	1.045	0,0
Total Geral da Carteira	97.111.540	99,1	99.872.475	99,8	99.895.921	99,8	101.486.408	100,5	101.734.436	99,9	103.536.860	99,1
PDO	68.477	0,1	57.669	0,1	59.493	0,1	204.546	0,2	179.884	0,2	70.566	0,1



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Seniores

Posição do PL						
Data	Cota Sênior I			Cota Sênior II		
	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total
31/3/2009	47.503	1.040,02	49.403.679,76	29.075	1.106,18	32.161.812,76
27/2/2009	47.503	1.027,03	48.786.366,76	28.885	1.092,89	31.568.530,06
30/1/2009	47.503	1.015,75	48.250.825,95	28.885	1.081,35	31.235.247,20
31/12/2008	47.503	1.002,10	47.602.335,65	28.321	1.067,37	30.229.009,62
28/11/2008	47.503	987,82	46.924.065,52	28.274	1.052,75	29.764.917,58
31/10/2008	47.503	975,17	46.323.036,95	23.782	1.039,78	24.728.255,63
30/9/2008	47.503	960,49	45.625.612,29	12.888	1.024,72	13.206.665,01
29/8/2008	47.503	948,98	44.983.601,21	9.438	1.010,86	9.541.625,59
31/7/2008	47.503	1.145,03	54.360.082,89			-
30/6/2008	45.106	1.129,43	50.945.949,20			-
30/5/2008	39.602	1.115,68	44.166.366,24			-
30/4/2008	39.371	1.103,17	43.432.831,11			-

Posição do PL									
Data	Cota Sub. Mezanino Classe A				Cota Sub. Júnior				\$ Total do PL
	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	% do PL	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	% do PL	
31/3/2009	7.782	1.104,85	8.597.976,10	8,23%	8.664	1.657,89	14.363.768,32	13,74%	104.527.236,94
27/2/2009	6.877	1.086,84	7.474.180,88	7,40%	8.664	1.523,17	13.196.537,36	13,06%	101.025.615,07
30/1/2009	6.734	1.071,26	7.213.789,41	7,21%	8.664	1.548,50	13.416.020,42	13,40%	100.115.882,98
31/12/2008	6.641	1.052,48	6.989.033,61	7,18%	8.664	1.444,03	12.510.622,25	12,85%	97.301.301,33
28/11/2008	6.498	1.032,91	6.711.516,05	6,96%	8.664	1.504,38	13.033.730,54	13,52%	96.434.229,69
31/10/2008	4.677	1.015,65	4.750.438,58	5,33%	8.664	1.542,39	13.363.083,23	14,99%	89.164.814,39
30/9/2008			-	0,00%	8.664	1.780,22	15.423.580,44	20,77%	74.255.857,74
29/8/2008			-	0,00%	8.664	1.663,59	14.413.126,28	20,91%	68.938.555,09
31/7/2008			-	0,00%	8.664	1.616,13	14.001.931,01	20,47%	68.394.013,90
30/6/2008			-	0,00%	8.040	1.585,38	12.746.746,43	20,01%	63.692.697,63
30/5/2008			-	0,00%	8.040	1.436,52	11.549.904,38	20,72%	55.738.270,62
30/4/2008			-	0,00%	8.040	1.353,80	10.884.782,64	20,04%	54.317.613,75



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Seniores

Data	Rentabilidade Mensal da Cota								
	CDI (%)	Cota Sênior I		Cota Sênior II		Cota Sub. Mezanino A		Cota Sub. Junior	
		Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI
31/3/2009	0,97	1,27	130,91	1,22	125,85	1,66	171,51	8,84	915,12
27/2/2009	0,85	1,11	130,16	1,07	125,13	1,45	170,49	4,33	507,79
30/1/2009	1,04	1,36	130,64	1,31	125,59	1,79	171,18	7,23	693,77
31/12/2008	1,11	1,45	130,10	1,39	125,06	1,89	170,49	3,36	293,68
28/11/2008	1,00	1,30	130,29	1,25	125,25	1,70	170,70	7,69	772,68
31/10/2008	1,17	1,53	130,22	1,47	125,18			2,61	222,65
30/9/2008	1,10	1,43	129,88	1,37	124,66			7,01	638,19
29/8/2008	1,01	1,32	130,20					2,94	288,95
31/7/2008	1,06	1,38	129,87					1,94	182,23
30/6/2008	0,95	1,23	129,91					10,36	1092,82
30/5/2008	0,87	1,13	130,17					6,11	701,38
30/4/2008	0,90	1,17	129,93					8,67	966,05



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Seniores

Classificação da Austin Rating

Investimento *Prudente*

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é mínimo.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento *Especulativo*

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de default. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

A escala de rating de crédito de longo prazo prevê a utilização dos diferenciadores + (mais) e - (menos) entre as categorias AA e B. Estes diferenciadores servem para identificar uma melhor ou pior posição dentro destas categorias de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emissor de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emissor, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emissor em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações cobradas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca da emissor, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Condomínio:	Fechado	Administrador:	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Prazo:	Indeterminado	Gestor:	BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
Data de Registro:	03/06/2007	Custodiante:	Deutsche Bank S.A. Banco Alemão
Classes:	Sênior e Subordinada Mezanino e Júnior	Auditor:	KPMG Auditores Independentes
Nr. Séries:	3		
Política de Investimento:	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 50% do PL em Direitos Creditórios performados, em linha com critérios de elegibilidade e política de investimento definida no regulamento do FIDC. • Restante: moeda corrente nacional, títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil, títulos públicos de emissão de estados e municípios, operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados, anteriormente contratadas com Instituições Autorizadas, e certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). 		
Concentração:	<ul style="list-style-type: none"> • O total de cobrigação de qualquer Cedente em único Contrato de Cessão pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; o total de emissão e/ou cobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O limite ora estabelecido não se aplica a títulos de emissão do Governo Federal; e o total de emissão e/ou cobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. 		
Benchmark	<ul style="list-style-type: none"> • 130% (cento e trinta por cento) do CDI para cotas sênior da 1ª série • 125% (cento e vinte e cinco por cento) do CDI para as cotas sênior das 2ª e 3ª séries • 170% (cento e setenta por cento) do CDI para as cotas subordinadas mezanino A • 165% (cento e sessenta e cinco por cento) do CDI para as cotas subordinadas mezanino B 		
Subordinação	<ul style="list-style-type: none"> • Relação Mínima PL / Cotas Sênior = 120,0% 		
Cotistas	<ul style="list-style-type: none"> • 97 Cotistas Sênior e 38 Cotistas Subordinados 		

Regulamento 03/06/06

Analistas

Classe / Série	3T09 (Mar)	2T09	1T09	Inicial	Mauricio Bessi	Catia Mota
Sênior / 1ª Série	AA- Estável	AA- Estável	A+ Estável	A (jul/07) Estável	Tel.: 55 11 3377 0706 mauricio.bessi@austin.com.br	Tel.: 55 11 3377 0718 catia.mota@austin.com.br
Sênior / 2ª Série	AA- Estável	AA- Estável	A+ Estável	A (ago/08)		
Sênior / 3ª Série	AA- Estável	AA- Estável		A+ (jul/08)		
Sub. Mezanino A	BBB+ Estável	BBB+ Estável	BBB+ Estável	BBB- (ago/08)		
Sub. Mezanino B	BBB+ Estável	BBB+ Estável		BBB+ (jul/08)		
Sub. Júnior	BBB- Estável	BBB- Estável	BB+ Estável	BB (set/08)		
Validade do Rating:	1ª série: 31/jan/2010 2ª série: 31/jul/2010 3ª série: 30/jun/2010					



FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 13 de novembro de 2009, manteve as classificações **AA-** (duplo A menos) da Primeira, Segunda e Terceira Séries de Cotas Seniores, **BBB+** (tríplo B mais) para as Cotas Subordinadas Mezanino Classes A e B e **BBB-** (tríplo B menos) das Cotas Subordinadas Juniores emitidas pelo FIDC Multisetorial Silverado Maximum (FIDC Silverado). A perspectiva permanece estável para todas as Classes de Cotas.

A classificação tem como fundamento a metodologia da Austin Rating para avaliação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios. Para este monitoramento, a Austin Rating recebeu do Administrador do Fundo as seguintes informações: relatório do custodiante com a composição da carteira nas datas solicitadas, planilha com evolução diária das cotas, entre outras. As informações apresentadas a Austin para o trabalho de rating foram levadas em consideração na decisão da classificação e permitiram uma análise aderente à metodologia de rating de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. No entanto, destaca-se que o nível de disclosure apresentado poderia ser aprimorado com a disponibilização de informações de forma mais clara e abrangente (p.ex. disponibilização de dados como: montante de recompra mensal, concentração por cedentes, relação dos maiores cedentes, relação dos maiores devedores em atraso, entre outros).

Na mesma data, o Comitê de Classificação atribuiu observação negativa às Cotas Subordinadas Mezanino A e Bem linha com a metodologia de classificação de risco da Austin Rating. A observação negativa considerou, principalmente, a redução da participação das Cotas Subordinadas Juniores no ambiente do Fundo, reduzindo assim principal fator de proteção às Cotas Subordinadas Mezanino. Da mesma forma, pesou negativamente a falta de definição no Regulamento de relação mínima de Cotas Subordinadas Juniores sobre o PL, não permitindo a determinação ex-ante da composição do Fundo. O volume de Cotas Subordinadas Juniores vem mantendo trajetória decrescente ao longo deste ano, tendo sua participação se reduzido gradualmente, 15% em outubro de 2008 para 7,8% em setembro de 2009. Esta evolução indica uma aproximação entre o patamar de risco destas duas classes de cotas. No entanto, há compromisso do gestor do Fundo em elevar a participação de Cotas Juniores para o patamar considerado razoável pela Austin Rating (de 12% a 15% do PL), o que foi considerado positivo para esta avaliação. A manutenção do atual patamar de subordinação pode ensejar em alteração da perspectiva ou classificação das Cotas Mezanino.

Como fator relevante, destacam-se as amortizações das Cotas Subordinadas Juniores em 16 de julho de 2009, no valor de R\$ 2.999.999,77, em 19 de agosto de 2009 no valor de R\$ 1.900.000,02 e em 19 de setembro no valor de R\$ 999.999,99. Também foi realizada amortização parcial das Cotas Seniores da 1ª Série, no montante de R\$ 9.999.999,41 em 03 de agosto de 2009, totalizando R\$ 15.899.998,99. Estas se referem à amortização parcial de ganho, sendo que os patamares de subordinação mínimos foram mantidos. De acordo com o Regulamento do Fundo, a amortização das Cotas Subordinadas é facultada, desde que a razão de garantia seja mantida e que o Fundo tenha recursos suficientes.

O FIDC tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, pela aplicação de recursos na aquisição de: (i) direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo; (ii) ativos financeiros observando os critérios, a Política de Investimento e a Composição da Carteira do Fundo.

Destaca-se como ponto positivo, a manutenção do crescimento do patrimônio do Fundo, com importante aumento na sua carteira de direitos creditórios. Os direitos creditórios que dão lastro ao Fundo têm obtido expressiva rentabilidade desde o início de suas operações, o que se materializa em um fator de proteção ao valor de suas cotas, uma vez que, com base no histórico, apresenta cobertura suficiente da média histórica dos créditos vencidos e não pagos.

Foram consideradas as características estruturais do FIDC dispostas no seu Regulamento, destacando-se os pontos mitigadores de risco, os rigorosos critérios para a seleção de direitos creditórios estipulados na política de investimento e nos critérios de elegibilidade descritos no regulamento do Fundo, definindo, em alto grau, o perfil de risco do fundo, dos quais destacamos: (i) reserva de amortização; (ii) definição de prazos médios máximos para composição da carteira, considerando o cronograma de amortização das cotas; (iii) os CDBs adquiridos pelo Fundo devem ter liquidez diária; (iv) inclusão de cláusula de recompra pelo Cedente nos contratos de cessão ao Fundo; (v)

o total de CCBs não deverá representar mais do que 20% do PL do Fundo, sendo que um mesmo devedor poderá representar até 5% do PL; (vi) o total de Direitos Creditórios representados por cheques poderá representar até 3% do PL, sendo que um mesmo devedor poderá representar até 0,5% do PL do Fundo; (vii) as CCBs deverão contar com garantia real de 120% do valor do Direito Creditório; e (viii) adoção de hipóteses de vencimento antecipado para as CCBs.

A classificação também reflete a existência de uma taxa mínima de retorno (significativamente superior ao benchmark de remuneração das Cotas Seniores e igual à meta de remuneração da 1ª Série de Cotas Subordinadas Mezanino) para os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo (a qual incorpora também os custos médios para sua manutenção), com reflexos positivos na proteção do valor das Cotas Seniores e Subordinadas Mezanino, combinadas com a participação das Cotas Subordinadas Juniores, que se subordinam a estas classes de cotas (em termos de proteção contra inadimplências da carteira e contribuindo para garantir a rentabilidade do Fundo). A correlação entre o perfil de risco da carteira do Fundo, definido pela política de investimento, critérios de elegibilidade e política de crédito implementada pela Consultora, assim como a significativa proteção proporcionada pela subordinação e rentabilidade dos direitos creditórios que compõem sua carteira, definem, em alto grau, o perfil de risco do Fundo e, consequentemente, sua classificação.

A participação de direitos creditórios vencidos e não pagos (DCVNs) apresentou elevação, sendo que nos trimestres anteriores oscilavam em torno de 5,0% e no trimestre em análise apresentou média de 7%. Entretanto, também é ponderado que dos R\$ 11,09 milhões de créditos em atraso, somente 19% (R\$ 2,16 milhões) estavam vencidos acima de 15 dias. A Austin entende que o risco relativo às Cotas Seniores, representado pela presença de DCVNs na carteira, é parcialmente mitigado pela participação de Cotas Subordinadas Mezanino e Juniores (de mínimo 20% do PL do Fundo). O percentual de PDD em relação aos DCVNs é baixo, embora este nível de DCVNs, não necessariamente, deva ser considerado como créditos inadimplentes. Destaca-se que há divergência entre o volume de DCVNs apresentado pelo Custodiante nas planilhas de Carteira Diária e nos Relatórios de PDD por Sacado, o que compromete a clareza das informações prestadas sobre os créditos em atraso.

Ressalta-se que os dados históricos referentes ao volume de recompra mensal não foram disponibilizados por uma limitação do sistema operacional que, segundo informações da consultora, está sendo substituído. Porém, de acordo com a Consultora, o volume mensal não ultrapassa dez operações com valores inferiores a R\$ 10.000,00, montante considerado adequado pela Austin Rating.

O limite de concentração máximo por sacado, de 5% do PL, tem sido respeitado, de acordo com o verificado no encerramento do terceiro trimestre de 2009. O maior devedor representava 5,09% do PL e a soma dos dez maiores devedores representava 38,0%, de acordo com os limites de concentração. Embora historicamente o Fundo tenha respeitado o limite de concentração por cedente (limite estabelecido no Regulamento de 20%), a Austin não teve acesso aos dados de concentração por Cedentes, impossibilitando este tipo de análise no último trimestre.

No último trimestre, a posição líquida do Fundo foi reduzida, alcançando R\$ 27,8 milhões em favor de maior participação de direitos creditórios. Esta era composta principalmente por CDBs de bancos como ABN, Votorantim e Santander, somando o volume de R\$ 5,919 milhões, além de outros títulos de renda fixa. Apesar da redução, a posição líquida é vista de maneira positiva pela Austin Rating, uma vez que mantém os saldos de caixa em ativos de baixo risco de crédito e elevada liquidez. Ademais, o risco de liquidez é parcialmente reduzido pela formação de Reserva de Amortização e Resgate equivalente a 50% do valor integral, a ser pago em até 15 dias úteis anteriores a cada data de amortização, e de 100% nos 7 dias úteis anteriores à amortização programada. Para as últimas amortizações ou resgate, a reserva deverá ser 100% composta em até 30 dias antes da referida data. Destacamos que a necessidade de caixa do Fundo é baixa, dado o cronograma de amortização/resgate parcial de cotas para os próximos 6 meses.

A classificação também considerou o total enquadramento do Fundo, com respeito aos principais parâmetros / critérios especificados no seu Regulamento.

ENQUADRAMENTO

Parâmetro	30/04/09	12/05/09	29/05/09	16/06/2009	30/06/09
-----------	----------	----------	----------	------------	----------



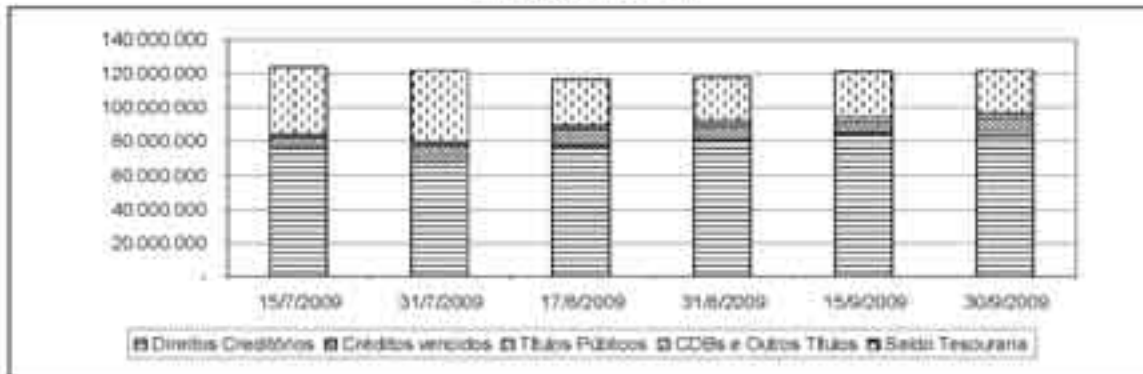
Relatório de Monitoramento

15/09/2009

De: Creditistas / PL	Mínimo 50%	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado
PL/ Cotas Sênior	120,0%	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado
Benchmark	1ª Série Sênior 2ª e 3ª Série Sênior Sub. Mezanino A Sub. Mezanino B+	130,0% CDI 125,0% CDI 170,0% CDI 165,0% CDI	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado

Posição da Carteira e % do PL												
Titulos/Datas	15/7/2009	%	31/7/2009	%	17/8/2009	%	31/8/2009	%	15/9/2009	%	30/9/2009	%
Direitos Creditórios	76.033.858	62,3	67.555.336	54,9	77.304.119	65,3	80.759.757	66,1	84.861.280	69,8	82.933.577	67,8
Créditos vencidos	5.416.279	5,3	8.925.541	8,1	10.091.764	8,5	8.913.489	7,5	8.400.915	5,3	11.062.807	9,1
Total Dir. Creditórios	82.450.137	67,5	77.480.877	63,0	87.395.883	73,9	89.673.246	75,7	91.262.195	75,0	94.026.384	76,9
Títulos Públicos	2.050.009	1,7	2.058.955	1,7	2.065.822	1,7	2.871.205	2,4	2.650.664	2,4	2.591.105	2,4
COBs e Outros Títulos	39.575.420	32,4	42.514.831	34,5	27.447.169	23,2	25.615.960	21,6	27.024.841	22,2	24.924.796	20,4
Saldo Tesouraria	1.797	0,0	10.137	0,0	62.857	0,1	22.464	0,0	1.928	0,0	7.628	0,0
Total Geral da Carteira	124.077.362	101,6	122.064.200	99,2	116.971.731	98,9	118.182.875	99,7	121.169.628	99,6	121.848.912	99,6
PDD	(97.479)	-0,1	(128.581)	-0,1	(183.158)	-0,2	(76.755)	-0,1	(93.238)	-0,1	(116.584)	-0,1
PL	122.109.030	100,0	123.070.873	100,0	118.329.388	100,0	118.513.065	100,0	121.806.285	100,0	122.336.157	100,0

Composição da Carteira



Posição do PL												
Data	Cota Sênior I			Cota Sênior II			Cota Sênior III			Cota Mezanino A		
	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total
30/9/2009	47.503	888,82	42.211.937,77	39.908	1.170,37	46.707.107,23	2.739	1.009,89	2.768.099,83	12.866	1.192,94	15.348.023,02
31/8/2009	47.503	880,70	41.836.426,48	39.908	1.160,33	46.308.455,13	250	1.001,23	250.307,79	12.866	1.178,04	15.169.262,13
31/7/2009	47.503	1.063,27	50.511,67	39.908	1.150,38	45.808.344,61			-	12.888	1.165,31	14.992.629,81
30/6/2009	47.500	1.072,31	50.937.489,56	39.908	1.139,19	45.462.815,97			-	12.866	1.148,92	14.794.584,81
29/5/2009	47.503	1.091,87	51.876.441.876,91	30.547	1.128,52	34.472.944,25			-	9.490	1.135,31	10.774.227,01
30/4/2009	47.503	1.051,38	49.943.219,75	29.661	1.117,80	33.154.966,60			-	8.829	1.120,68	9.894.553,66
31/3/2009	47.503	1.040,03	49.403.679,76	29.075	1.106,18	32.161.812,78			-	7.782	1.104,85	8.587.878,10
27/2/2009	47.503	1.027,03	48.786.386,78	28.888	1.092,89	31.568.530,08			-	6.877	1.086,84	7.474.180,88
30/1/2009	47.503	1.015,75	48.250.825,95	28.888	1.081,38	31.235.247,20			-	6.734	1.071,28	7.213.758,41



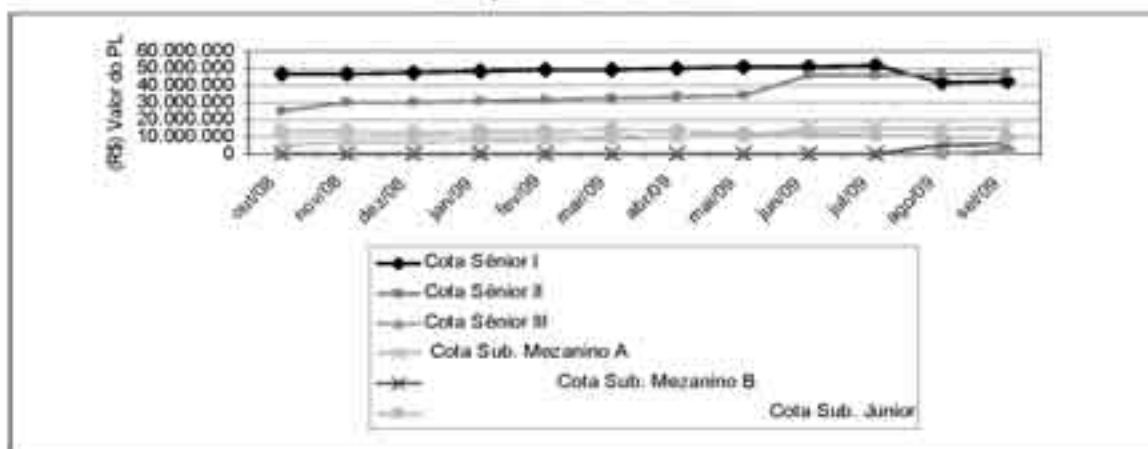
Relatório de Monitoramento

13/maio/2009

31/12/2008	47.5031.002.104	47.602.335,85	28.321	1.067,37	30.229.009,62			-	8.541	1.052,48	6.960.033,81
28/11/2008	47.503.987,82	48.924.065,52	28.274	1.062,75	29.764.917,58			-	8.498	1.032,91	6.711.518,05
31/10/2008	47.503.975,17	48.323.036,95	23.782	1.039,78	24.728.256,83			-	4.677	1.015,85	4.750.430,58
30/9/2008	47.503.980,49	45.625.612,29	12.888	1.024,72	13.206.685,01			-			-

Posição do PL								
Data	Cota Mezanino II			Cota Sub. Junior				\$ Total do PL
	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	% do PL	
30/9/2008	5.685	1.023	5.815.351,94	8.664	1.065,09	9.287.627,30	8%	122.338.156,89
31/8/2008	5.288	1.011	5.349.074,31	8.664	1.108,34	9.602.536,82	8%	118.513.064,76
31/7/2008	100	1.000	100.000,00	8.664	1.224,71	10.610.782,77	9%	123.070.872,80
30/6/2008			-	8.664	1.476,98	12.798.365,51	10%	123.991.056,05
29/6/2008			-	8.664	1.333,44	11.552.784,44	11%	107.241.631,61
30/4/2008			-	8.664	1.550,24	13.431.090,36	13%	106.423.823,39
31/3/2008			-	8.664	1.657,89	14.363.768,32	14%	104.527.236,94
27/2/2008			-	8.664	1.523,17	13.196.537,36	13%	101.025.615,07
30/1/2008			-	8.664	1.548,00	13.416.020,42	13%	100.115.882,88
31/12/2008			-	8.664	1.444,03	12.510.922,25	13%	97.331.301,33
28/11/2008			-	8.664	1.504,38	13.033.730,54	14%	96.434.229,68
31/10/2008			-	8.664	1.542,39	13.363.083,23	15%	89.164.814,39
30/9/2008			-	8.664	1.780,22	15.423.580,44	21%	74.285.857,74

Evolução no Valor do PL Total

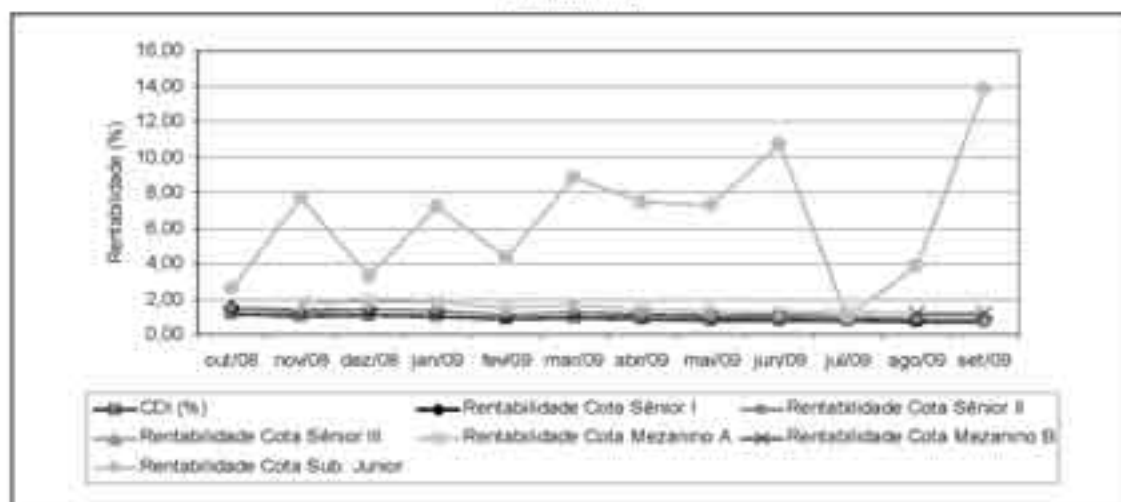




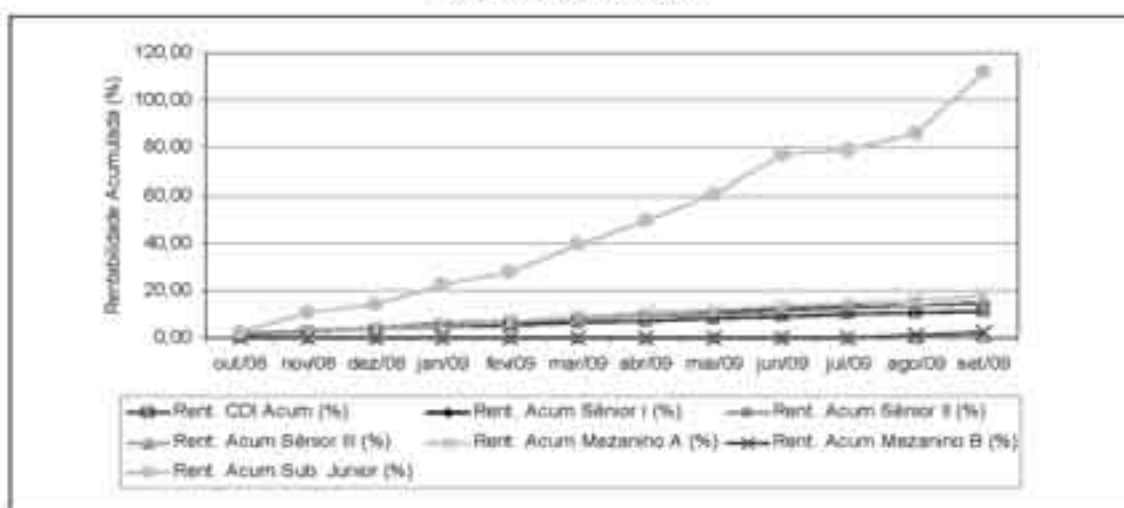
Relatório de Monitoramento
13/09/2009

Rentabilidade Mensal da Cota													
Data	CDI (%)	Cota Sênior I		Cota Sênior II		Cota Sênior III		Cota Mezanino A		Cota Mezanino B		Cota Sub. Junior	
		Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI
30/8/2009	0,69	0,00	130,14	0,67	125,12	0,67	125,12	1,18	170,41	1,14	165,37	13,83	1098,45
31/8/2009	0,69	0,66	124,37	0,66	125,10			1,18	170,38	1,14	165,34	3,87	559,68
31/7/2009	0,78	1,02	130,36	0,98	125,32			1,34	170,79			1,02	130,09
30/6/2009	0,75	0,98	130,80	0,94	125,75			1,29	171,30			10,76	1432,53
29/5/2009	0,77	1,00	130,21	0,96	125,19			1,31	170,52			7,27	948,48
30/4/2009	0,64	1,09	130,70	1,05	125,64			1,43	171,18			7,43	889,17
31/3/2009	0,67	1,27	130,91	1,22	125,85			1,66	171,51			8,84	914,60
27/2/2009	0,85	1,11	130,16	1,07	125,13			1,46	170,49			4,33	507,79
30/1/2009	1,04	1,38	130,64	1,31	125,99			1,79	171,16			7,23	693,34
31/12/2008	1,11	1,45	130,10	1,39	125,06			1,69	170,49			3,26	293,41
28/11/2008	1,00	1,30	130,29	1,25	125,25			1,70	170,70			7,69	772,22
31/10/2008	1,17	1,53	130,22	1,47	125,16							2,61	222,34

Rentabilidade



Rentabilidade Acumulada





Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

AAA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
AA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é mínimo.
A	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
BBB	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

BB	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
B	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
CCC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
CC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
C	A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de default. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emissor de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emissor, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emissor em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emissor, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA CLASSE C

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Rating
Preliminar**

BBB

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Data: 03/dez/2009

Validade: 03/fev/2010

Sobre o Rating

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico:

Dez/09: Atribuição BBB (Estável)

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 03 de dezembro de 2009, atribuiu o *rating* preliminar **BBB** (triplo B), com perspectiva **estável**, para as Cotas Subordinadas Mezanino Classe C emitidas pelo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (Silverado FIDC).

O Silverado FIDC, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas pela aplicação de recursos na aquisição de direitos creditórios indicados e selecionados pela consultoria especializada Silverado Informações Cadastrais Ltda. (Consultora), decorrentes de operações de vendas mercantis realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços ou Ativos Financeiros, respeitando os critérios de elegibilidade e a política de investimento detalhada no Regulamento do Fundo, datado de 03 de setembro de 2009.

O FIDC Silverado emitirá até 15.000 (quinze mil) Cotas Subordinadas Mezanino Classe C, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo um volume de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Estas cotas têm um objetivo de remuneração equivalente a 165,0% da taxa DI ao ano. As Cotas Subordinadas Mezanino C se subordinarão às Cotas Seniores das 1ª, 2ª e 3ª Séries e às Cotas Subordinadas Mezanino A e B. A estas Cotas se subordinarão as Cotas Subordinadas Juniores.

Em 19/jul/2007, a Austin Rating atribuiu o *rating* **A** (A simples) para a Primeira Série de Cotas Seniores do fundo. Em 28 de agosto de 2008, a Austin atribuiu o *rating* **A** (A simples) com perspectiva **estável** para a Segunda Série de Cotas Seniores e **BBB-** (triplo B menos) com perspectiva **estável** para as Cotas Subordinadas Mezanino Classe A. Em 14 de Novembro de 2008, elevou o *rating* de **A** (A simples) para **A+** (A mais) da Primeira e da Segunda Séries de Cotas Seniores. Em 10 de setembro de 2008, a Austin atribuiu o *rating* **BB** (duplo B) com perspectiva **estável** para as Cotas Subordinadas Juniores emitidas pelo Silverado Maximum FIDC. Em 04 de fevereiro de 2009, a Austin elevou a classificação das Cotas Subordinadas Mezanino Classe A de **BBB-** (triplo B menos) para **BBB+** (triplo B mais) e das Cotas Subordinadas Juniores de **BB** (duplo B) para **BB+** (duplo B mais). Em 20 de julho de 2009, a classificação das Cotas Seniores da 1ª, 2ª e 3ª Séries foi elevada de **A+** (A mais) para **AA-** (duplo A menos) e a classificação das Cotas Subordinadas Juniores foi elevada de **BB+** (duplo B mais) para **BBB-** (triplo B menos). Na mesma data, o *rating* **BBB+** (triplo B mais) atribuído às Cotas Subordinadas Mezanino A e B foi mantido.

Em 31 de outubro de 2009, o FIDC contava com 47.503 Cotas Seniores da 1ª Série, com valor unitário de R\$ 896,62, também contava com 39.908 Cotas Seniores da 2ª Série com valor unitário de R\$ 1.180,49, além de 3.133 Cotas Seniores da 3ª Série, com valor unitário de R\$ 1.018,63, totalizando R\$ 92.894.977,60 em Cotas Seniores. Ao mesmo tempo, dispunha de 12.866 Cotas Subordinadas Mezanino A, com valor unitário de R\$ 1.206,98 e 8.015 Cotas Subordinadas Mezanino B, com valor unitário de R\$ 1.034,69, totalizando R\$ 23.822.045,03 em Cotas Seniores. Por fim, o Fundo contava com 8.664 Cotas Subordinadas Juniores no valor unitário de R\$ 1.078,34 totalizando R\$ 9.342.737,76, representando 7,41% do patrimônio líquido do Fundo.

Analistas:

Cátia Mota
Tel: 55 11 3377 0718
catia.mota@austin.com.br

Maurício Bassi
Tel: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Mezanino Classe C

De acordo com a metodologia da Austin Rating para classificação de risco de crédito de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a classificação preliminar **BBB** atribuída às Cotas Mezanino Classe C se fundamenta, essencialmente, no histórico de aproximadamente dois anos de atuação do Fundo, bem como na proporcionada pela participação de 5% de Cotas Subordinadas Juniores. Considerando o risco de inadimplência do fundo, a proteção proporcionada às Cotas Mezanino Classe C pelas outras cotas subordinadas é razoável.

Entre outros fatores considerados na atribuição do *rating* para as Cotas Mezanino Classe C, destacamos: (i) os rigorosos critérios para a seleção de direitos creditórios estipulados na política de investimento e nos critérios de elegibilidade estipulados no regulamento do Fundo, definindo em alto grau o perfil de risco do Fundo; (ii) rigorosa política de crédito a ser utilizada pela Consultora para a seleção dos mesmos. Esta classificação reflete a importante participação de Cotas Subordinadas no PL do Fundo, as quais servem como fator de proteção para o valor das Cotas Seniores e Mezanino; (iii) a elevada rentabilidade dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, fator que contribui para a proteção do valor das cotas, na medida em que os recursos associados auferidos por esta rentabilidade sirvam como um colchão de proteção, contribuindo para preservação do valor das cotas contra os impactos negativos de perdas nos créditos adquiridos pelo Fundo; (iv) inclusão no regulamento do Fundo de uma taxa mínima de retorno - equivalente a 170,0% da taxa DI - significativamente superior ao *benchmark* de remuneração das cotas seniores e ligeiramente superior ao *benchmark* proposto para as Cotas Mezanino Classe B e C - para os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, a qual incorpora também os custos médios para a manutenção do Fundo, fator determinante para garantir a rentabilidade das Cotas do Fundo, Seniores, Mezanino e Subordinadas Juniores, e constitui, ao mesmo tempo, em um fator de proteção relevante para seu valor; (v) a proteção proporcionada pela participação de Cotas Subordinadas Juniores, que devem corresponder a 5% do PL do Fundo, que suportarão, prioritariamente, eventuais perdas sofridas pelo Fundo.

Dentre alguns fatores em observação, considerados na atribuição desta classificação, se destacam: (i) as características do Fundo, particularmente sua vocação (ex.: multisetorial, multicedente e multidevedor), assim como o amplo espectro de potenciais cedentes e devedores, inviabilizam, ex-ante, a realização de um estudo (ex.: de auditoria) sobre a qualidade, comportamento e características da carteira alvo de aquisição; (ii) variações nas taxas de juros de mercado poderão ter um impacto negativo no nível de rentabilidade do Fundo, diminuindo a capacidade de proteção para o valor das cotas proporcionado por este fator; (iii) a estrutura do Fundo incorpora um risco de mercado latente. Este se encontra associado ao descasamento de taxas entre os ativos que servem como lastro da maior parte do PL do Fundo (ex.: direitos creditórios), marcados a taxas de juros prefixadas e a taxas que incidem seus passivos, ex.: a remuneração da Cotas Seniores e Mezanino, as quais se encontram indexadas a taxas pós-fixadas (ex.: CDI). No entanto, e como mencionamos nos fatores positivos, este risco é parcialmente mitigado pela possibilidade de remarcação, no curto prazo dos ativos que compõem o lastro, incorporando as novas taxas de referência; (iv) a maioria das operações de crédito que servem como lastro não conta com garantia real integral (caso exista, sua execução não se materializaria no ressarcimento imediato ao Fundo); (v) o aumento significativo da carteira de direitos creditórios pode mudar as características de seu perfil atual.

A classificação atribuída também considerou a performance do Silverado FIDC, desde o início de suas operações, destacando-se o bom desempenho, principalmente no tocante a sua rentabilidade e a expansão da carteira de direitos creditórios, o que demonstra a capacidade de geração de lastro do fundo e o que tem garantido um patamar de rentabilidade expressivo. O Silverado FIDC tem cumprido também suas obrigações, no que se refere à amortização das diferentes cotas que emite, em linha com os compromissos assumidos nos cronogramas de amortização das mesmas. O Fundo tem se mantido enquadrado nos critérios / disposições especificadas no seu regulamento, particularmente a participação das Cotas Subordinadas.

A participação de direitos creditórios vencidos e não pagos (DCVNs) apresentou elevação, sendo que nos trimestres anteriores oscilava em torno de 5,0% e no trimestre em análise apresentou média de 7%. A última posição disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários revelava participação de 12,93%. Entretanto, também é ponderado que dos R\$ 11,09 milhões de créditos em atraso somente 19% (R\$ 2,16 milhões) estavam vencidos acima de 15 dias. A Austin entende que o risco relativo às Cotas Mezanino C, representado pela presença de DCVNs na carteira, é



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Mezanino Classe C

parcialmente mitigado pela participação de Cotas Subordinadas Juniores (de mínimo 5% do PL do Fundo). O percentual de PDD em relação aos DCVNs é baixo, embora este nível de DCVNs, não necessariamente, deva ser considerado como crédito inadimplente. Destaca-se que há divergência entre o volume de DCVNs apresentado pelo Custodiante nas planilhas de Carteira Diária e nos Relatórios de PDD por Sacado, o que compromete a clareza das informações prestadas sobre os créditos em atraso.

Desde a emissão do relatório da Primeira Serie de Cotas Seniores do Fundo, a Austin emite relatórios trimestrais de *rating*, os quais podem ser acessados na página www.austin.com.br. A base de análise para o desempenho do Silverado FIDC tem como referência o terceiro trimestre de 2009.

Em 13 de novembro de 2009, o Comitê de Classificação atribuiu observação negativa às Cotas Subordinadas Mezanino A e B, em linha com a metodologia de classificação de risco da Austin Rating. A observação negativa considerou, principalmente, a redução da participação das Cotas Subordinadas Juniores no ambiente do Fundo, reduzindo assim o principal fator de proteção às Cotas Subordinadas Mezanino. Da mesma forma, pesou negativamente a falta de definição no Regulamento de relação mínima de Cotas Subordinadas Juniores sobre o PL, não permitindo a determinação *ex-ante* da composição do Fundo. O volume de Cotas Subordinadas Juniores vem mantendo trajetória decrescente ao longo deste ano, tendo sua participação se reduzido gradualmente, 15% em outubro de 2008 para 7,8% em setembro de 2009. Esta evolução indica uma aproximação entre o patamar de risco destas duas classes de cotas. No entanto, há compromisso do gestor do Fundo em alterar a estrutura de subordinação, de acordo com as seguintes participações no PL: Cotas Subordinadas Juniores com participação mínima de 5% e a somatória de Cotas Subordinadas Mezanino C e Cotas Subordinadas Juniores deve representar no mínimo 10% do PL. Ressalta-se que a relação mínima entre PL e Cotas Seniores não será alterada (120%). A adequação dos patamares indicados de subordinação ensejará da retirada da observação negativa.

CONFIRMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RATING

O *rating* preliminar atribuído às Cotas Mezanino Classe C do Silverado FIDC tem prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua atribuição, e não deve ser entendido como uma opinião de crédito definitiva desta agência, uma vez que está baseado em um conjunto de informações preliminares. A confirmação do *rating* preliminar encontra-se condicionada, essencialmente, ao recebimento do Suplemento da emissão de Cotas Mezanino Classe C assinado e versão atualizada do Regulamento. A Austin Rating acompanhará os riscos relativos ao Silverado FIDC, especialmente aqueles relativos à qualidade de sua carteira. A cada trimestre, será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin sobre o risco de pagamento da 1ª, 2ª e 3ª Série de Cotas Seniores, bem como das Cotas Subordinadas Mezanino Classe A, B e C e as Cotas Subordinadas Juniores.

PERFIL DO FUNDO

O Multisetorial Silverado Maximum Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pela Instrução nº 356 de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Fundo conta com as seguintes características:

Tipo de Fundo:	Fundo constituído sob a forma de condomínio fechado;
Ativo do Fundo:	Direitos Creditórios de natureza financeira / Ativos Financeiros;
Colocação da cotas:	Distribuição Pública;
Administradora:	Melon Serviços Financeiros DTVM S.A.;
Auditoria:	KPMG Auditores Independentes;
Gestora:	Silverado Gestão e Investimentos Ltda.;



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Mezanino Classe C

Custodiante:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão;
Consultora	Silverado Informações Cadastrais S.A.;
Consultoria Jurídica:	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch – Advogados;
Cobrança:	Silverado Informações Cadastrais S.A.;
Características Cotas Mezanino Classe C	
Valor Unitário Por Cota	R\$ 1.000,00;
Quantidade	15.000;
Amortização:	(i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 19º mês, a contar da Data de Emissão das Cotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 31º mês, a contar da Data de Emissão das Cotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que, caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 43º mês, a contar da Data de Emissão das Cotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 07 do 54º mês, a contar da Data de Emissão das Cotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que, caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
Data de Resgate:	Dia 08 do 66º mês, a contar da Data de Emissão das Cotas Subordinadas Mezanino Classe C, sendo que, caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 08 de junho de 2015;
Objetivo de Remuneração:	165% do DI (Cotas Mezanino Classe C).



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM – Cotas Mezanino Classe C

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de default. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

A escala de rating de crédito de longo prazo prevê a utilização dos diferenciadores + (mais) e – (menos) entre as categorias AA e B. Estes diferenciadores servem para identificar uma melhor ou pior posição dentro destas categorias de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Multisetorial Silverado Maximum
CNPJ nº 08.845.618/0001-64
(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2008 e 2007**

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2008 e 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 24

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2487
01060-670 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Cotistas e à Administradora do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial
Silverado Maximum
(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações da evolução do patrimônio líquido, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e período de 8 de agosto (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum em 31 de dezembro de 2008 e as movimentações de seu patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e ao período de 8 de agosto (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

27 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC/SP014428/O-6-F-RJ


Ricardo Anheini Souza
Contador CRC/SP152233/O-6-S-RJ

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades	<u>4</u>	<u>-</u>
Banco conta movimento	4	-
Cotas de fundos de investimento	<u>13.654</u>	<u>14,03</u>
BNY Mellon ARX Fundo de Investimento Referenciado DI Longo Prazo	10.480	10,77
BNY Mellon ARX FI Referenciado DI Longo Prazo II	3.174	3,26
Títulos e valores mobiliários	<u>15.361</u>	<u>15,78</u>
Títulos Privados		
Cédula de Crédito Bancário - CCB		
Blue Deep Comercio de Alimentos Ltda.	3.380	3,47
Muriel do Brasil Ind. Com. Ltda.	2.335	2,40
Techsil Industrial Ltda.	1.468	1,51
Certificado de Depósito Bancário - CDB		
Banco ABN Amro Real S.A.	4.071	4,18
Banco Bradesco S.A.	2.014	2,07
Banco Votorantim S.A.	1.553	1,60
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	540	0,55
Direitos creditórios	<u>66.515</u>	<u>68,34</u>
Direitos creditórios a vencer	63.622	65,37
Direitos creditórios vencidos	2.987	3,07
Provisão para devedores duvidosos	(94)	(0,10)
Valores a receber	<u>1.996</u>	<u>2,05</u>
Receíveis a liquidar	1.631	1,67
Outros	365	0,38
Valores a pagar	<u>(199)</u>	<u>(0,20)</u>
Taxa de administração	(170)	(0,17)
Outros	(29)	(0,03)
Patrimônio líquido	<u>97.331</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e período de 8 de agosto
(início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007

(Valores em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

		2008	2007
Patrimônio líquido do início do exercício/período			
Cotas seniores I	26.438,932 cotas a R\$ 1.054,909882	27.892	-
Cotas subordinadas	6.771,617 cotas a R\$ 1.108,142123 (transformadas em subordinadas junior)	7.504	-
Cotas seniores I	1.744,000 cotas a R\$ 1.000,000000	-	1.744
Cotas subordinadas	200,000 cotas a R\$ 1.000,000000	-	200
Cotas emitidas			
Cotas seniores I	21.063,629 cotas	23.093	-
Cotas seniores II	28.320,917 cotas	28.963	-
Cotas subordinadas junior	1.892,304 cotas	2.435	-
Cotas subordinadas incrementais	6.640,539 cotas	6.723	-
Cotas seniores	24.694,932 cotas	-	23.139
Cotas subordinadas	6.571,617 cotas	-	6.576
Amortização de cotas			
Cotas seniores I		(10.000)	-
Cotas subordinadas junior		(5.100)	-
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício/período		81.316	33.679
Resultado do exercício/período			
Receitas			
		18.116	2.173
Rendas de operações de crédito		19.215	1.682
Rendas de títulos e valores mobiliários		2.820	491
Reversão da provisão para devedores inadimplentes		81	-
Despesas			
		(1.241)	(436)
Provisão para devedores inadimplentes		-	(173)
Taxa de administração		(1.306)	(182)
Despesas administrativas		(1.033)	(99)
Resultado do exercício/período		15.813	1.717
Patrimônio líquido do final do exercício/período		97.131	35.396
Cotas seniores I	47.502,561 cotas a R\$ 1.002,100407	47.602	-
Cotas seniores II	28.320,917 cotas a R\$ 1.007,372972	30.229	-
Cotas subordinadas junior	8.663,881 cotas a R\$ 1.444,932058	12.511	-
Cotas subordinadas incrementais	6.640,539 cotas a R\$ 1.052,475641	6.989	-
Cotas seniores I	26.438,932 cotas a R\$ 1.054,909882	-	27.892
Cotas subordinadas	6.771,617 cotas a R\$ 1.108,142123	-	7.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e período de 8 de agosto (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de Reais)

Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum iniciou suas atividades em 8 de agosto de 2007 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com duração por tempo indeterminado. O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em vigor.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade do Fundo; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos em Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Créditos, observados os Critérios de Elegibilidade.

Os direitos de crédito são individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de crédito (os "Títulos de Crédito"), por contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a. Moeda corrente nacional;
- b. Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c. Títulos de emissão do Bacen;
- d. Operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- e. Certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

A gestão da carteira é realizada pela BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Descrição das principais práticas contábeis

a. Títulos privados

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos ("curva") até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (Nota Explicativa nº 4) e quando existirem efetivas negociações no mercado.

b. Direitos creditórios a receber

i. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

ii. Direitos creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

c. Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

A Administração constitui provisão para devedores duvidosos com base em julgamento quanto ao nível de risco de cada operação em relação ao atraso apresentado. A despesa com provisão para devedores duvidosos ou a receita de sua reversão são reconhecidas no resultado do exercício.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Por definição no regulamento do Fundo, não será constituída provisão para perdas de operações sem parcelas vencidas.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento.

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusivamente e integralmente ao Fundo sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

d. Recebíveis a liquidar

Referem-se a créditos com vencimento no último dia útil do exercício, a serem liquidados no primeiro dia útil subsequente.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

a. Composição da carteira

O Fundo mantém, em sua carteira títulos privados (CCBs e CDBs), classificados como títulos para negociação, no valor total de R\$ 9.770 com vencimento até 1 ano e R\$ 5.132 com vencimento após 1 ano. Os CCBs são atualizados por taxa pré enquanto que os CDBs são atualizados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI).

Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade "com garantia", com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte somente as Instituições Autorizadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e período de 8 de agosto (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007 o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto, tendo sido contratada para avaliação a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., que atribuiu o rating A+ (estável) para as Cotas Seniores do Fundo, para as Classes Subordinadas Mezanino com classificação BBB- e Subordinadas Juniores com classificação BB divulgadas em 17 de novembro de 2008.

Direitos creditórios

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data de aquisição e Pagamento, cumulativamente, das seguintes condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos a seguir:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

I. Condições de cessão

- a. Os Direitos de Crédito devem ser representadas pelos Documentos Comprobatórios, observados os limites de concentração estabelecidos em Regulamento; e
- b. Os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

II. Critérios de Elegibilidade para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo

- a. Os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos a mais de 180 dias;
- b. Os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- c. Sua aquisição ter sido previamente aprovada pela Consultora, mediante envio ao Custodiante de aviso contendo informações sobre o devedor, o cedente, eventuais coobrigados e o Direito de Crédito, bem como sobre o cumprimento das condições de cessão estabelecidas no regulamento, com forma e conteúdo acordado com o Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

O Fundo não adquirirá Direitos de Créditos representados por *warranty*, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

a. Composição da provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações.

Contratos	Nível de risco	Parcelas			PDD	
		A vencer	Vencidas	Total	%	Valor
A vencer	A	54,644	-		0	-
Vencidos até 14 dias	A	7,524	1,834	9,358	0,5	47
Vencidos entre 15 e 30 dias	B	1,260	299	1,559	1	16
Vencidos entre 31 e 60 dias	C	194	852	1,046	3	31
Vencidos entre 61 e 90 dias	D	-	2	2	10	-
		<u>63,622</u>	<u>2,987</u>	<u>66,609</u>		<u>94</u>

8 Gerenciamento de risco

Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de a Administradora manter sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

9 Características e valorização das cotas

As cotas seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- b. Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- c. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos em regulamento;
- d. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Sênior corresponderá a 1 (um) voto;
- e. Sênior I - Meta de rentabilidade prioritária: acumulação de 130% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis; e
- f. Sênior II - Meta de rentabilidade prioritária: acumulação de 125% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis.

As cotas subordinadas mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a. Subordinam-se às cotas seniores e tem prioridade em relação às cotas subordinadas junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- c. O Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as cotas subordinadas mezanino distribuídas posteriormente terão seu valor unitário de emissão calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- d. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feitas às relacionadas no regulamento, sendo que a cada cota subordinada mezanino corresponderá a 1 (um) voto; e
- e. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de cotas subordinadas mezanino.
- f. Meta de rentabilidade prioritária: acumulação de 170% das Taxas DI, calculadas diariamente sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis.

As cotas subordinadas júnior tem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a. Subordinam-se às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores e das cotas subordinadas mezanino em circulação;
- c. Admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- d. O Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de cotas subordinadas junior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as cotas subordinadas junior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos em Regulamento;
- e. Direito de preferência na subscrição de novas cotas subordinadas junior na proporção do número de cotas subordinadas junior que possuem quando da emissão, observado em Regulamento;
- f. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- g. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de cotas subordinadas junior;

A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir novas cotas subordinadas junior, no montante indicado pela consultora, devendo informar, por meio de correio eletrônico ou fax, os então titulares de cotas subordinadas junior do número de cotas a ser emitido e consultá-los acerca de seu interesse em exercer seu direito de preferência. Uma vez informados pela Administradora os cotistas subordinados junior deverão se manifestar até as 12 horas do primeiro dia útil imediatamente subsequente, sendo que a não manifestação até o horário acima estabelecido será considerada como negativa de interesse na subscrição.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O Fundo poderá criar novas classes de cotas subordinadas mezanino, mediante a necessária alteração do Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de cotas subordinadas mezanino ser subordinada à(s) classe(s) de cotas subordinadas mezanino já existente(s); a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de cotas subordinadas junior reunidos em Assembleia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de cotas subordinadas mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação à(s) classe(s) de cotas subordinadas mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das cotas subordinadas mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de cotas e das cotas subordinadas junior reunidos em Assembleia Geral.

10 Emissões, amortização e resgate de cotas

a. Emissão

As cotas seniores, as cotas subordinadas mezanino e as cotas subordinadas junior serão emitidas por seu valor calculado respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados.

A partir da data da 1ª subscrição de cotas seniores de cada série, subordinadas mezanino e subordinadas junior seus respectivos valores unitários serão calculados todo dia útil.

b. Resgate

As cotas do Fundo somente serão resgatadas: (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das cotas seniores emitidas e em circulação e, das cotas subordinadas ou (ii) na data de liquidação do Fundo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

c. Amortização

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer classe, conforme descrito abaixo:

A realização de Amortizações Programadas de Cotas Subordinadas Mezanino está condicionada à manutenção da Razão de Garantia estabelecida em Regulamento.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de cotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os cotistas subordinados mezanino, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data essa em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível.

O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

Observada a ordem de alocação dos recursos previstos em Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidade para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores em circulação e/ou de cotas subordinadas mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de cotas subordinadas junior antes do resgate das cotas seniores e/ou das cotas subordinadas mezanino, desde que após as referidas amortizações (i) seja mantida a Razão de Garantia estabelecida, no montante equivalente ao patrimônio das cotas subordinadas junior que exceder a Relação Mínima; e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto.

Em cada data de Amortização Programada de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Cotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Cotas Subordinadas que exceder a Relação Mínima, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores de forma parcial conforme as datas de amortização programadas descritas abaixo:

Sênior I

- i. 20% (vinte por cento) do valor principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- ii. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e
- iii. 60% (sessenta por cento) na data do resgate.

Sênior II

- i. 20% (vinte por cento) do valor principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 18º mês a contar da data de emissão estabelecida, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente;
- ii. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 30º mês a contar da data de emissão estabelecida, sendo que caso essa data não seja em dia útil, no dia útil imediatamente subsequente;
- iii. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 42º mês a contar da data de emissão, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente;
- iv. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 54º mês a contar da data de emissão, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente; e

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- v. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no resgate, no dia 30 do 66º mês a contar da data de emissão, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente.

Subordinada Mezanino

- I. 20% (vinte por cento) do valor principal aportado pelo investidor, no dia 5 do 18º mês a contar da data de emissão estabelecida, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente;
- II. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 5 do 30º mês a contar da data de emissão estabelecida, sendo que caso essa data não seja em dia útil, no dia útil imediatamente subsequente;
- III. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 5 do 42º mês a contar da data de emissão, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente;
- IV. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 5 do 54º mês a contar da data de emissão, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente; e
- v. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no resgate, no dia 5 do 66º mês a contar da data de emissão, sendo que caso essa data não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Quadro de amortização

Sênior I		Subordinada Junior	
Data de amortização	Total amortizado	Data de amortização	Total amortizado
01/08/2008	<u>10.000</u>	31/10/2008	2.500
		28/11/2008	1.600
		26/12/2008	<u>1.000</u>
	<u>10.000</u>		<u>5.100</u>

d. Enquadramento à razão de garantia

Desde a data da 1ª Subscrição de cotas seniores até a última data de resgate, a Consultora Silverado Informações Cadastrais Ltda. verificará, todo dia útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das cotas seniores do Fundo (a "Razão de Garantia") é igual ou superior à Relação Mínima. A Relação Mínima será de 110% (cento e dez por cento) até que a Razão de Garantia atinja 125% (cento e vinte e cinco por cento) ou transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos a Relação Mínima passará a ser igual a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

Caso a Razão de garantia seja inferior à Relação Mínima por 10 (dez) dias úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos cotistas subordinados, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas mezanino e/ou cotas subordinadas junior; e

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- b. Os cotistas subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento de comunicação prevista em regulamento, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso a Razão de Garantia seja superior à Relação Mínima, a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das cotas subordinadas junior, do montante que exceder a Relação Mínima, mediante solicitação dos respectivos cotistas.

11 Custódia

Os títulos privados estão registrados na Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e derivativos. O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador e a guarda da documentação dos títulos dos direitos creditórios, em conformidade com o contrato de cessão, está sob a responsabilidade da Consultora Silverado Informações Cadastrais Ltda., na qualidade de fiel depositário.

12 Negociação das cotas

As cotas seniores e as cotas subordinadas do Fundo serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação, ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

13 Encargos do Fundo

Taxa de administração

Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo, uma taxa de administração de 2% ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252, sobre o valor do patrimônio Líquido do Fundo verificado no dia útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 mensais, que deverá ser paga até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de cotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo. A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora.

14 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Cota sênior	data	Valor da cota no balanço		Rentabilidade - % (*)
1ª série	31/12/2008	1.002,100407	(**)	16,37
	31/12/2007	1.054,969882		5,50
	08/08/2007	1.000,000000	(*)	-
2ª série	31/12/2008	1.067,373975		6,74
	05/08/2008	1.000,000000	(*)	-

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Cota subordinada

Junior	31/12/2008	1.444,032058	(**)	86,84
	31/12/2007	1.108,142533		10,81
	08/08/2007	1.000,000000	(*)	-
Mezanino	31/12/2008	1.052,476641		5,25
	31/12/2007	1.000,000000	(*)	

(*) Início das atividades do Fundo.

(**) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 10(c), representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas até a data final do término das amortizações das cotas seniores.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

15 Tributação

Imposto de Renda

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

Seguindo a expectativa do Administrador e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal através da Lei nº 11.033/07, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:

- I. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- II. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- III. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
- IV. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

16 Contrato de prestação de serviço

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares e a Consultora Silverado Informações Cadastrais Ltda., para a prestação dos serviços de (i) análise e seleção de potenciais Cedentes e dos respectivos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, (ii) negociação dos valores de cessão com as respectivas cedentes; (iii) cobrança de todos os Direitos integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento.

17 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que o Administrador, no período, não contratou outros serviços prestados por seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.



San Paulo, 27 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33
São Paulo - SP

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum
(Administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2028

Positive sessions

Vimos pela presente confirmar, de acordo com os melhores entendimentos, as representações abstratas, que foram feitas a V. Sas, durante o transcurso dos seus exames das demonstrações, Gerações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mobiliários Sêniorizado Maximum, administrado pela RNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., exercidas tendo em 31 de dezembro de 2008. Estas representações são feitas a fim de que V.Sas. possam emitir um parecer em as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2008, e as mutações de seu patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e período de 8 de agosto (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Gréis representações nesta carta estão relacionadas a assuntos significativos. Os assuntos são considerados significativos, independentemente de seu conteúdo, se envolvem omissões, tais as irregularidades nas informações contidas nas referidas demonstrações financeiras que, considerando-se as circunstâncias existentes, tenham a possibilidade de afetar o julgamento de terceiros interessados, que possam sofrer alterações, devido a essas omissões, tais as irregularidades.

1. É de nossa responsabilidade a apresentação e divulgação adequada da posição patrimonial e financeira e das modificações patrimoniais e financeiras nessas demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Os sistemas contábeis e de controles internos, adotados pela Administração do fundo durante o período, são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem o Fundo.
3. Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação contábil e todas as atas ou minutos de assembleia de acionistas, reuniões da diretoria, ou comitê de administração de

Figure 4.10

F. L.





BNY MELLON

SERVIÇOS FINANCEIROS

reuniões recentes, cujas atas (minutas) respectivas ainda não tenham sido preparadas. As últimas atas foram emitidas nas seguintes datas:

- Ata do Administrador de 17/07/2008;
- Ata do Administrador de 29/07/2008;
- AGC realizada no dia 22/08/2008;
- Ata do Administrador 22/09/2008;
- AGC realizada no dia 29/10/2008.

Ata do Conselho de Administração de 17/07/2008, 29/07/2008, 22/08/2008, 22/09/2008 e 29/10/2008.



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

data o valor remanescente do lançamento incorreto é de R\$ 425 mil, sendo que, nesse período de ditribuição, não haverá amortizações ou resgates de Quotas Subordinadas Junior.

Esclarecemos que a única Quota Subordinada Junior do Fundo, (i) declarou estar ciente de que na hipótese de subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior anteriormente à conclusão da Baixa do Lançamento Incorreto, o preço de integralização a ser pago pelas Quotas Subordinadas Junior então subscritas será superior aquele que seria devido, caso o processo de Baixa do Lançamento Incorreto houvesse sido concluído; (ii) renuncia ao direito de reclamar qualquer restituição ou ajuste perante o Fundo em relação ao pagamento da diferença do preço de integralização de novas Quotas Subordinadas Junior verificada em subscrições que venham a ser realizadas antes da conclusão da Baixa do Lançamento Incorreto; e (iii) declarou que não permitirá a subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior por quaisquer terceiros até que a Baixa do Lançamento Incorreto seja integralmente concluída.

6. Não acreditamos que os efeitos das diferenças são anistados são imateriais, tanto individualmente quanto agregados, para as demonstrações financeiras como um todo.
7. Além dos fatos já revelados nas demonstrações financeiras, não temos conhecimento de nenhuma:
 - a. Fraude ou outras irregularidades envolvendo membros da nossa administração ou funcionários ocupando cargos de confiança e que possam ter alguma influência sobre o sistema de controles internos;
 - b. Fraudes ou outras irregularidades envolvendo outros funcionários e cujo estado sobre as demonstrações financeiras pudesse ser relevante;
 - c. Notificações e comunicações de órgãos governamentais e de outras entidades regulamentadoras que digam respeito ao não-cumprimento parcial ou integral das exigências regulamentares e que possam ter efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras;
 - d. Não-cumprimento de contratos, leis ou regulamentações cujos efeitos devam ser revelados nas demonstrações financeiras ou constituírem base para registro de uma perda contingente;
 - e. Exigibilidades relevantes ou perdas contingentes, para as quais seria necessário o registro contábil por se referirem a uma perda incorrida no período, e cujo valor possa ser razoavelmente estimado;
 - f. Exigibilidades contingentes de valor relevante para as quais haja necessidade de divulgação, mesmo que não contabilizada de acordo com o item (i) acima, por existir, no mínimo, uma possibilidade de que um prejuízo adicional possa ocorrer;
 - g. Transações significativas que não tenham sido adequadamente contabilizadas ou divulgadas de acordo com a legislação vigente e refletidas nas demonstrações financeiras;
 - h. Prejuízos ou lucros decorrentes de compromissos de compra e venda.
8. Além dos fatos já divulgados nas demonstrações financeiras, não temos planos ou intenções que possam afetar, substancialmente, os valores contábeis ou a classificação de ativos e passividades.

BNY Mellon, N.Y., 11 de fevereiro de 2014.
Por, Presidente, BNY Mellon, N.Y., 11 de fevereiro de 2014, assinado por: [Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Página 1 de 3





9. As seguintes informações acham-se adequadamente contabilizadas, ou de outra forma reveladas, nas demonstrações financeiras:
- Transações, bem como valores a receber ou a pagar com partes relacionadas (Pessoas físicas ou jurídicas, que estejam direta ou indiretamente relacionadas com os ativos do Fundo);
 - Acordos com entidades financeiras envolvendo ações compensatórias ou outras restrições sobre ações bancárias disponíveis e linhas de crédito abertas ou outras semelhantes;
 - Acordos para recompra de ativos anteriormente vendidos;
 - As relações significativas de propriedade em comum ou de controle de gestão que requerem divulgação;
 - Opções ou acordos de recompra de títulos relativos a garantias;
 - As operações relacionadas a instrumentos financeiros (incluindo derivativos) estão adequadamente contabilizadas e divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, incluindo informações quanto à política de utilização, objetivos, estratégias, valor de mercado, riscos relacionados e garantias.
10. Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação patrimonial e financeira do Fundo e influir significativamente na sua avaliação como empreendimento em continuidade.
11. Confirmamos por meio desta que o escritório SPALDING ADVOCACIA EMPRESARIAL compõe 100% dos advogados que o Fundo mantém ou mantém qualquer tipo de transação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou minudações que existam sob cuidados de outros advogados além o mencionado acima.
12. Temos cunhada com todos os requisitos contábeis que poderiam ter um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras em caso de descumprimento.
13. O Administrador do fundo possui documentação e títulos de propriedade para todos os seus ativos e não temos conhecimento de hipotecas, penhoras ou garantias sobre tais ativos, além daquelas já reveladas nas demonstrações financeiras.
14. Não temos conhecimento de eventos subsequentes à data do balanço que poderiam requerer ajustes ou divulgações às demonstrações financeiras.
15. Deutsche Bank - Banco Alemão, na qualidade de terceiro contratado pelo administrador para prestar os serviços de custódia e controladora, e o seu contador são responsáveis exclusivamente pelas representações e informações contidas nesta carta relacionadas à prestação desses serviços, os quais são realizados com base em informações anteriormente provadas pelo administrador do fundo.


BNY Mellon Serviços Financeiros (ITDA) S.A.
Rua Francisco de Moraes, 213 - 12º andar - CEP 04531-900 - São Paulo, SP - CNPJ 06.908.100/0001-00
CNPJ 06.908.100/0001-00
CNPJ 06.908.100/0001-00

Página 4 de 5





O Deutsche Bank - Banco Alemão e o corretor não são responsáveis pelas seguintes fatos, mas são limitados a eles:

- a. precificação dos ativos que formalizada pelo administrador do fundo;
 - b. operações realizadas pelo administrador, em nome do fundo, eventualmente não comunicadas ao Deutsche Bank - Banco Alemão, e, por consequência, não registradas nas demonstrações financeiras do fundo;
 - c. operações realizadas em desacordo com as normas vigentes;
 - d. qualquer irregularidade existente no fundo decorrente de atos praticados pelo administrador ou por terceiros.
- B. Os valores incluídos nas demonstrações financeiras, objeto dos exames de auditoria efetuados por VSA, correspondem aos dos livros comerciais do Fundo, os quais podem ser identificados como segue:

	R\$ mil
Total do Patrimônio Líquido	97.331
Resultado do Exercício	13.818

Autorizações:


BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Marco Mits Azevedo
 Procurador


BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Ricardo Luiz B. Mendes
 Diretor


 Custodiante


 Contador (nome e nº do registro do CBO)

Diretor Geral de Gestão de Recursos
Carla Lobo - CRC 22.214/0-1
CPF 046.027.253-88

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 Av. Presidente Wilson, 100 - 11º andar - Centro - São Paulo - SP - 05011-900
 CNPJ 06.940.588/0001-00
 www.bnymellon.com.br
 (11) 3045-1000

Página 3 de 5



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DO FUNDO RELATIVOS AOS PERÍODOS ENCERRADOS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



FIDC MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM

RELATÓRIO TRIMESTRAL ENCERRAMENTO – SETEMBRO/2009

FIDC MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM
RELATÓRIO TRIMESTRAL – ENCERRAMENTO – SETEMBRO/2009

- 1 – Análise de Investimento
- 2 – Análise de Compliance com a Legislação e diversificação da carteira
- 3 – Taxas utilizadas nas Operações
- 4 – Verificação do lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo



FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
Relatório Trimestral – Encerramento Setembro/2009

1) ANÁLISE DE INVESTIMENTO

- ✓ Durante o período de Julho a Setembro de 2009, o FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM apresentou uma performance dentro das nossas expectativas de médio prazo.

2) ANÁLISE DE COMPLIANCE COM A LEGISLAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

- ✓ O Fundo em epígrafe manteve, durante todo o trimestre, sua carteira aplicada em direitos creditórios e cota de Fundo de Investimento Renda Fixa respeitando, diariamente, os limites mínimos e máximos estabelecidos em seu regulamento.
- ✓ A análise de Compliance para o trimestre supracitado identificou que a carteira encontrava-se enquadrada com relação aos limites de composição e diversificação de portfólio estabelecidos no Regulamento e na Instrução Normativa nº 356, consolidada pela Instrução Normativa nº 393 da Comissão de Valores Mobiliários.

3) TAXAS UTILIZADAS NAS OPERAÇÕES

- ✓ O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor.
- ✓ Dada a natureza dos direitos creditórios, estes estão precificados conforme a sua curva de aquisição. Assim, como a parcela de juros da série de pagamento de um contrato de compra e venda de direitos creditórios pode variar de acordo com o período, a taxa utilizada pode também variar. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o manual de precificação da Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

4) VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS QUE INTEGRAM A CARTEIRA DO FUNDO

- ✓ O custodiante verifica trimestralmente o lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo através do procedimento descrito no arquivo anexo:



Adobe Acrobat 7.0
Document

- ✓ Segue o resultado da referida verificação.



Adobe Acrobat
Document

Parâmetros indicados para determinar a amostra dos recebíveis:

1. O Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados;
2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:
 - 2.1 - Obtenção de base de dados analítica por recebível;
 - 2.2 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
 - 2.3 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
 - 2.4 - Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
 - 2.5 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
 - 2.6 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
 - 2.7 - Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.
3. para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Deutsche Bank



São Paulo, 04 de novembro de 2009.

A
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
20030-905

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900
São Paulo SP Brasil 04538-132

Tel 55 11 2113-5000

Tel direto 55 11 2113-5907
Fax direto 55 11 2113-5170

At: Sr. Wilson Fialdini

Ref. Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios
do FIDC Multisetorial Silverado Maximum.

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") relativo ao 3º trimestre de 2009, datado de 19 de outubro de 2009, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de custodiante ("Custodiante") do FIDC Multisetorial Silverado Maximum ("Fundo"), tece as seguintes considerações:

A) Considerando a metodologia para verificação do lastro dos direitos creditórios definida previamente, o procedimento adotado visa evidenciar: (i) que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados; (ii) que as características dos direitos creditórios são fiéis aos respectivos registros eletrônicos.

Com base na amostra selecionada, foi efetuado um confronto entre as informações contidas em nossa base de dados e as respectivas duplicatas, contemplando as seguintes informações:

- Nome e CNPJ do sacado;
- Nome e CNPJ do cedente;
- Data de vencimento;
- Valor da duplicata.

Não foram observadas inconsistências na realização do procedimento descrito.

B) Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios.

A aplicação desse procedimento visa evidenciar que há documentação de identificação física do sacado/ cedente.

Fale com a Ouvidoria: 0800 725 2113
deutsche-bank-ouvidoria@db.com
www.deutsche-bank.com.br

Com base na amostra selecionada, foram verificados os seguintes documentos acessórios relacionados aos direitos creditórios:

Relacionados ao cadastro dos cedentes:

- Ficha cadastral
- Contrato Social
- CNPJ
- Faturamento
- Serasa
- Balanço Patrimonial
- Comprovante de estabelecimento
- RG e CPF dos sócios
- Comprovante de residência dos sócios
- Procuração
- Cartão de assinatura
- Relações comerciais

Para evidenciar a existência da documentação utilizada para cadastro e avaliação periódica dos cedentes pela Silverado, foram selecionados 4 (quatro) cedentes contidos na amostra, a fim de efetuar uma revisão dos documentos arquivados.

A seguir a relação dos Cedentes verificados:

- Hamon do Brasil Ltda
- Metallince Ind e Com Ltda
- Qualix Serviços Ambientais Ltda
- Saf Genesys Ind e Com de Eletroeletrônicos Ltda

Não foram observadas inconsistências na realização do procedimento descrito.

Relacionados à análise de crédito dos sacados:

Não foram obtidas quaisquer evidências com relação aos documentos relacionados à análise dos sacados.

Atenciosamente,



DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO
Ririldo Nascimento
Executivo de Custódia

Valquiria Batagioti Matsui
Domestic Custody Services

Fale com a Ouvidoria : 0800 725 2113
deutsche.bank.ouvidoria@db.com
www.deutsche-bank.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

RELATÓRIO TRIMESTRAL ENCERRAMENTO – JUNHO/2009

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
RELATÓRIO TRIMESTRAL – ENCERRAMENTO – JUNHO/2009

- 1 – Análise de Investimento
- 2 – Análise de Compliance com a Legislação e diversificação da carteira
- 3 – Taxas utilizadas nas Operações
- 4 – Verificação do lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo



FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
Relatório Trimestral – Encerramento Junho/2009

1) ANÁLISE DE INVESTIMENTO

- ✓ Durante o período de Abril a Junho de 2009, o FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM apresentou uma performance dentro das nossas expectativas de médio prazo.

2) ANÁLISE DE COMPLIANCE COM A LEGISLAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

- ✓ O Fundo em epígrafe manteve, durante todo o trimestre, sua carteira aplicada em direitos creditórios e cota de Fundo de Investimento Renda Fixa respeitando, diariamente, os limites mínimos e máximos estabelecidos em seu regulamento.
- ✓ A análise de Compliance para o trimestre supracitado identificou que a carteira encontrava-se enquadrada com relação aos limites de composição e diversificação de portfólio estabelecidos no Regulamento e na Instrução Normativa nº 356, consolidada pela Instrução Normativa nº 393 da Comissão de Valores Mobiliários.

3) TAXAS UTILIZADAS NAS OPERAÇÕES

- ✓ O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor.
- ✓ Dada a natureza dos direitos creditórios, estes estão precificados conforme a sua curva de aquisição. Assim, como a parcela de juros da série de pagamento de um contrato de compra e venda de direitos creditórios pode variar de acordo com o período, a taxa utilizada pode também variar. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o manual de precificação da Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.



4) VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS QUE INTEGRAM A CARTEIRA DO FUNDO

- ✓ O custodiante verifica trimestralmente o lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo através do procedimento descrito no arquivo anexo:



- ✓ Segue o resultado da referida verificação.



Parâmetros indicados para determinar a amostra dos recebíveis:

1. O Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados;
2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:
 - 2.1 - Obtenção de base de dados analítica por recebível;
 - 2.2 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
 - 2.3 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
 - 2.4 - Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
 - 2.5 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
 - 2.6 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
 - 2.7 - Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.
3. para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Deutsche Bank



São Paulo, 05 de agosto de 2009.

A
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
20030-905

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900
São Paulo SP Brasil 04538-132

Tel 55 11 2113-5000

Tel direto 55 11 2113-5907
Fax direto 55 11 2113-5170

At.: Sr. Wilson Fialdini

Ref: Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios
do FIDC Multisetorial Silverado Maximum.

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") relativo ao 2º trimestre de 2009, datado de 16 de julho de 2009, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de custodiante ("Custodiante") do FIDC Multisetorial Silverado Maximum ("Fundo"), tece as seguintes considerações:

Considerando a metodologia para verificação do lastro dos direitos creditórios definida previamente pelo Custodiante, o procedimento adotado visa evidenciar: (i) que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados; (ii) que as características dos direitos creditórios são fiéis aos respectivos registros eletrônicos.

Com base na amostra selecionada, foi efetuado um confronto entre as informações contidas na base de dados disponibilizada pelo Custodiante e as respectivas duplicatas, contemplando as seguintes informações:

- Nome e CNPJ do sacado;
- Data de vencimento;
- Valor da duplicata.

Não foram observadas inconsistências na realização do procedimento descrito.
Atenciosamente,



DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO



Ricardo Nascimento
Gerente de Custódia

Tatiana Baragoli Nasser
Gerente Operações

Fale com a Ouvidoria - 0800 725 2113
deutsche-bank.ouvidoria@db.com
www.deutsche-bank.com.br

ANEXO VIII

HISTÓRICO DE INADIMPLEMENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INADIMPLEMENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

TABELA 01 - HISTÓRICO DE INADIMPLEMENTO DO FUNDO																
	TRIMESTRE FIMDO EM 30/09/2007		TRIMESTRE FIMDO EM 31/12/2007		TRIMESTRE FIMDO EM 31/03/2008		TRIMESTRE FIMDO EM 30/06/2008		TRIMESTRE FIMDO EM 31/09/2008		TRIMESTRE FIMDO EM 31/12/2008		TRIMESTRE FIMDO EM 31/03/2009		TRIMESTRE FIMDO EM 31/03/2009	
	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo
Creditos Vencidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 30 dias	-	-	1.046.270,75	2,99%	3.279.210,81	0,89%	3.674.385,90	5,77%	1.634.643,08	2,20	1.866.401,43	1,92	825.376,77	0,79	1.039.176,58	0,84
De 31 a 60 dias	-	-	-	0,88%	-	0,11%	-	0,09%	800.412,74	1,08	832.657,17	0,88	357.000,00	0,34	21.000,00	0,02
De 61 a 90 dias	-	-	-	n.04%	38.581,47	0,14%	372.625,02	0,04%	-	-	-	-	-	-	356,97	0,0001
De 91 a 120 dias	-	-	2.349.874,33	0,69%	66.646,08	0,04%	25.619,96	-	-	-	-	-	-	-	37.000,00	0,03
De 121 a 150 dias	-	-	32.331,95	-	20.575,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontuacao Liquidada do Fundo	23.520.222,04	-	35.396.193,48	-	47.564.406,20	-	63.072.697,63	-	74.255.837,74	-	97.331.301,33	-	104.527.236,94	-	123.991.056,05	-
															122.336.156,89	

TABELA 02 - PRÉ-PAGAMENTOS DE DIREITOS DE CRÉDITO												
	TRIMESTRE FIMDO EM 30/09/2007	TRIMESTRE FIMDO EM 31/12/2007	TRIMESTRE FIMDO EM 31/03/2008	TRIMESTRE FIMDO EM 30/06/2008	TRIMESTRE FIMDO EM 31/09/2008	TRIMESTRE FIMDO EM 31/12/2008	TRIMESTRE FIMDO EM 31/03/2009	TRIMESTRE FIMDO EM 31/06/2009	TRIMESTRE FIMDO EM 31/09/2009	TRIMESTRE FIMDO EM 31/12/2009	TRIMESTRE FIMDO EM 31/03/2010	TRIMESTRE FIMDO EM 31/06/2010
	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo	R\$ (M)	% do PL do Fundo
Antecipação de Pagamento												
Até 30 dias	75.170,79	0,32	6.773,95	1,91	720.229,45	1,91	6.347.312,40	9,97	762.208,43	1,03	4.827.928,07	4,96
De 31 a 60 dias	11.125,00	0,0%	33.773,41	0,10	-	-	647.395,60	1,49	74.619,00	0,10	356.933,90	0,37
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	-	-	31.829,68	0,05	-	-	71.089,40	0,08
De 91 a 120 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontuação Liquidada do Fundo	93.295.572,04	-	34.304.193,48	-	17.564.406,20	-	63.072.697,63	-	74.255.837,74	-	97.331.301,33	-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IX

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
(*Fundo*)
C.N.P.J./M.F. nº 08.845.638/0001-64**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

4º RTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 04/12/2009
AS 11:30, 11º andar, Rua Presidente Wilson, 231, Rio de Janeiro, RJ, 20030-900.

I- DATA, HORA E LOCAL: Aos 04 dias do mês de dezembro do ano de 2009, às 11:30 horas, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar.

II- CONVOCAÇÃO: Realizada por meio de publicação realizada na edição nacional do jornal "Valor Econômico", no dia 24 de novembro de 2009, nos termos do artigo 60 do Regulamento.

III- PRESENÇA: Presentes os Quotistas em número legal, cujas assinaturas encontram-se apostas no Livro de Presença de Quotistas.

IV- COMPOSIÇÃO DA MESA: Luiza Sabóia - Presidente; Thiago Amar - Secretário.

V- ORDEM DO DIA: (a) Alteração ao Artigo 8º, Parágrafo 2º do Regulamento para incluir a possibilidade de extrapolção do limite de concentração em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brAAA" emitida pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que (i) o total de Direitos de Crédito devidos pelo Fundo contra tal Devedor possa representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito devidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor); (b) Alteração ao Artigo 8º, Parágrafo 2º do Regulamento para incluir a possibilidade de extrapolção do limite de concentração em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brA" emitida pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que: (i) o total de Direitos de Crédito devidos pelo Fundo contra tal Devedor poderá representar até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito devidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou





indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor); (c) Alteração do Regulamento para incluir a possibilidade de extrapolação do limite de concentração em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente analisado e aprovado pela Standard & Poor's Rating Services, sendo que o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitado ao percentual que seja aprovado pela Standard & Poor's Rating Services (não sendo tal Devedor considerado no limite estabelecido no Artigo 8º, Parágrafo 2º, alínea "b" do Regulamento, a ser alterado conforme descrito no item "e" a seguir); (d) Alteração ao Artigo 8º, Parágrafo 2º, alínea "b" do Regulamento para alterar o limite da somatória dos quatro maiores devedores do Fundo de 20% (vinte por cento) para 25% (vinte e cinco por cento), de modo que o Regulamento do Fundo possa prever a possibilidade de extrapolação dos limites de concentração estabelecidos no Artigo 8º, mantendo-se inalteradas as demais disposições estabelecidas no dispositivo em questão; (e) Alteração do Regulamento para (i) criar uma nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino, a qual receberá o nome de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, e será subordinada às Quotas Subordinadas Mezanino de Classes A e B; e (ii) estabelecer relação mínima a ser observada entre o valor das Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C e o Patrimônio Líquido do Fundo, de modo que o valor total das Quotas Juniores represente, no mínimo, 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; (f) Alteração do Regulamento para estabelecer a relação mínima a ser observada entre o valor das Quotas Subordinadas Mezanino das Classes A e B e o Patrimônio Líquido do Fundo, de modo que a somatória das Quotas Mezanino Classe C e das Quotas Juniores representem, no mínimo, 10% do Patrimônio Líquido do Fundo. A relação mínima estabelecida no Regulamento para as Quotas Seniores não será objeto de alteração; (g) Realização de outras alterações do Regulamento que se façam necessárias exclusivamente em função das alterações acima descritas; e (h) Consolidação do Regulamento com as alterações acima mencionadas, conforme aprovadas.

VI- DELIBERAÇÕES

Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, os quotistas deliberaram, por unanimidade dos votos presentes e sem quaisquer restrições:

(a) Alterar o Parágrafo 2º, do Artigo 8º do Regulamento para:

- (i) incluir nova alínea "a" estabelecendo a possibilidade de extrapolação do limite de concentração em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brAAA" emitida pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor possa representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito





devidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);

- (ii) incluir nova alínea "b", estabelecendo a possibilidade de extrapolação do limite de concentração em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "baA" emitida pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que: (i) o total de Direitos de Crédito devidos pelo Fundo contra tal Devedor poderá representar até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito devidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);
- (iii) renumerar a atual alínea "a", passando a mesma a ser designada como alínea "c" do mesmo dispositivo;
- (iv) incluir nova alínea "d" estabelecendo a possibilidade de extrapolação do limite de concentração em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente analisado e aprovado pela Standard & Poor's Rating Services, sendo que o total de Direitos de Crédito devidos pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitado ao percentual que seja aprovado pela Standard & Poor's Rating Services (não sendo tal Devedor considerado no limite estabelecido na alínea "b" do Parágrafo 2º, do Artigo 8º do Regulamento, a ser alterado conforme descrito no item "v" a seguir);
- (v) alterar o Parágrafo 2º, do Artigo 8, do Regulamento para (i) renumerar a atual alínea "b", passando a mesma a ser designada como alínea "e" do mesmo dispositivo; e (ii) alterar o limite da somatória dos quatro maiores devedores do Fundo de 20% (vinte por cento) para 25% (vinte e cinco por cento), mantendo-se inalteradas as demais disposições estabelecidas no dispositivo em questão;
- (vi) face às alterações ao Parágrafo 2º, do Artigo 8º do Regulamento acima descritas, o referido dispositivo passa a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 8"





(-)

Parágrafo 2º Exceção feita aos limites de concentração estabelecidos na alínea "e" do caput deste Artigo, os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste Artigo 8º poderão ser extrapolados em relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- a) em relação a devedores que possuem classificação de risco igual ou superior a "InC.A.A" atribuída pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que (i) o total de Dívidas de Crédito devedor pelo Fundo contra tal Devedor possa representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Dívidas de Crédito devedor pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de obrigadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor consideradas conjuntamente, poderá representar até 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- b) em relação a Devedores que possuem classificação de risco igual ou superior a "InA" atribuída pela Standard & Poor's Rating Services, hipótese em que (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de obrigadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor consideradas conjuntamente, poderá representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- c) em relação a devedores que possuem classificação de risco igual ou superior a "InB" atribuída pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que (i) o total de Dívidas de Crédito devedor pelo Fundo contra tal Devedor poderá representar até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Dívidas de Crédito devedor pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de obrigadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor consideradas conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor);
- d) em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente analisado e aprovado pela Standard & Poor's Rating Services, sendo que o total de Dívidas de Crédito devedor pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitando-se percentual que seja aprovado pela Standard & Poor's Rating Services; e
- e) desde que (i) a soma dos limites de tais pessoas não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) em se tratando de devedores, a soma dos Dívidas de Crédito





crédito pelos quatro títulos Devidores de Dívidas de Crédito não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo sendo que a maior concentração de um Devidor, considerando individualmente, não ultrapasse 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (iii) a Duração dos títulos de crédito das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iv) em se tratando de Devidor, este não tenha interesse em atrasar nos pagamentos por de devedor ao Fundo, no máximo 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na contagem dos limites a que se refere o item "i" acima, as operações relativas às pessoas mencionadas no alínea "a" a "d" deste Parágrafo.

$$D = \frac{C_1 \times d_1 + (C_2 \times d_2) + (C_3 \times d_3)}{C_1 + C_2 + C_3}$$

Sendo:

D = Duration;

C = Valor presente do título de crédito em na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição;

d = Número de dias restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

- (b) Alterar o Regulamento para criar uma nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino, a qual receberá o nome de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, e será subordinada às Quotas Subordinadas Mezanino de Classes A e B, sendo similar a tais classes quanto às demais características. Em face às alterações ora deliberadas o Artigo 32 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 32 O Fundo criará quatro classes de Quotas Subordinadas que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo: (i) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe A; (ii) até 10.000 (dez mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe B; (iii) até 10.000 (dez mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e (iv) até 20.000 (vinte mil) Quotas Subordinadas Juroir.

Parágrafo 1.º O número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C (conjuntamente denominadas "Quotas Subordinadas Mezanino") e de Quotas Subordinadas Juroir poderá ser aumentado mediante deliberação de titulares da maioria das Quotas Subordinadas Juroir em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juroir das presentes, realizada nos termos do Artigo 62, Parágrafo 3 deste Regulamento."





Parágrafo 2º A realização de oferta pública de Quotas Subordinadas Mesário dependerá de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instrução da Comissão.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas Mesário Classe A e as Quotas Subordinadas Mesário Classe B têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Sênior e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Mesário Classe C e às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior em Circulação, aduzindo-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Dinheiro Creditício;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mesário Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mesário Classe B será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mesário distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de deflação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observado o critério deflacionado no Artigo 37.A deste Regulamento;
- (d) direito de votar sobre e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceto as relativas às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mesário corresponderá 1 (um) voto e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os holders de Quotas Subordinadas Mesário Classe A e de Quotas Subordinadas Mesário Classe B.

Parágrafo 4º As Quotas Subordinadas Mesário Classe C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Sênior, às Quotas Subordinadas Mesário Classe A e às Quotas Subordinadas Mesário Classe B e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, Quotas Subordinadas Mesário Classe A e das Quotas Subordinadas Mesário Classe B em Circulação, aduzindo-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Dinheiro Creditício;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mesário Classe





C sera de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas proporcionalmente serão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-B deste Regulamento;

- (d) *direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceto feitas as relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º; sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino correspondem 1 (um) voto;*
 - (f) *é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C;"*
- (c) Alterar o Artigo 37-A do Regulamento para restringir sua aplicação às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e incluir o Artigo 37-B, o qual estabelecerá a forma de cálculo do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C. Em face às alterações ora deliberadas os referidos artigos passam a vigor com as seguintes redações, respectivamente:

"Artigo 37-A A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor das seguintes valores:

- (a) *o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores calculado nos termos do Artigo 37 deste Regulamento, dividido pela soma total do número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A em Circulação e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação;* ou
- (b) *o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, conforme aplicável, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º a seguir;*

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, definidos no caput deste Artigo, têm como finalidade definir o respectivo valor de integralização de cada uma de tais classes de Quotas Subordinadas Mezanino;

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B não serão, no que tange à amortização ou resgate de suas quotas, a ser remunerados superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o caput deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo;





de remuneração possível para cada uma de suas classes de Quotas Subordinadas Mesário.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (ii) do caput deste Artigo às Quotas Subordinadas Mesário da Classe em questão, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Mesário Classe C e às Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mesário Classe A, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mesário Classe A, seu Valor Unitário de Emissão; ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mesário Classe A, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mesário Classe A estabelecida em seu Suplemento, sendo certo que, nos Dias de Amortização, após os pagamentos de amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mesário Classe A será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas. Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mesário Classe B, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mesário Classe B, seu Valor Unitário de Emissão; ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mesário Classe B, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mesário Classe B estabelecida em seu Suplemento, sendo certo que, nos Dias de Amortização, após os pagamentos de amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mesário Classe B será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.”

Artigo 37-B A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mesário Classe C, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com o menor das seguintes regras:

- (c) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Sênior, das Quotas Subordinadas Mesário Classe A e das Quotas Subordinadas Mesário Classe B, calculado nos termos do Artigo 37 e do Artigo 37-A deste Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mesário Classe C em Circulação; ou
- (d) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mesário Classe C, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º a seguir.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mesário Classe C, definidos no caput deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização da classe de Quotas Subordinadas Mesário Classe C.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de Quotas Subordinadas Mesário Classe C não terão juízo, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a ser a remuneração





superior ao valor de sua quotas, calculado conforme o supracitado Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada uma das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C;

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados decorrentes no item (b) do supracitado Artigo às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o eventual excedente decorrente da valorização do patrimônio do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Júnior;

Parágrafo 4º Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C estabelecidas em sua Suplementar, sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C será debitado do montante efetivamente pago a título de amortização dessas;

- (d) Alterar o Artigo 34 e o caput do Artigo 44 do Regulamento para incluir a menção ao Artigo 37-B. Em face às alterações ora deliberadas os referidos artigos passam a vigor com as seguintes redações, respectivamente:

"Artigo 34 - As Quotas Sênior, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Júnior serão avaliadas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37, 38, 37-A e 37-B deste Regulamento, respectivamente, na data em que os mesmos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que tenha a finalidade, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação;

Artigo 44 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, o Gestor, instruído pela Administração, seguindo orientação da Comissão, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior; (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em suas respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate; e (iii) aos titulares das Quotas Subordinadas Júnior nas hipóteses previstas no Artigo 43 e no Artigo 32 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme o Artigo 37, o Artigo 37-A, o Artigo 37-B e o Artigo 38 deste Regulamento, conforme o caso;

- (e) Alterar o Artigo 50 do Regulamento para (i) estabelecer a relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Subordinadas Mezanino das Classes A e B, de modo que a soma das Quotas Mezanino Classe C e das Quotas Júnior representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii)





BNY MELLON
ASSET SERVICING



estabelecer a relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Subordinadas Mezanino da Classe C, de modo que as Quotas Juniores representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A relação mínima estabelecida no Regulamento para as Quotas Seniores não será objeto de alteração. Face às alterações acima descritas o Artigo 50 do Regulamento passa a vigor com a seguinte redação:

Artigo 50 A Consolida significará, todo Dia Útil, (i) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última data de resgate de Quotas Seniores, a Consolida significará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a "Razão de Garantia das Quotas Seniores") é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) (a "Relação Mínima das Quotas Seniores"); (ii) a partir de 04 de dezembro de 2009, até a última data de resgate de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a soma dos valores totais das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B (a "Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B") é igual ou superior a 111% (cento e onze por cento) (a "Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B"); e (iii) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C até a última data de resgate de Subordinadas Mezanino Classe C, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a soma dos valores totais das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C (a "Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C") é igual ou superior a 105,25% (cento e cinco e vinte e cinco centésimos por cento) (a "Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C").

Parágrafo Único Para efeitos do presente Regulamento a Razão de Garantia das Quotas Seniores, a Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B e a Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Razões de Garantia (as "Razões de Garantia"); e a Relação Mínima das Quotas Seniores, a Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B e a Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Relações Mínimas (as "Relações Mínimas").

- (f) Alterar os Artigos 51 e 52 do Regulamento para adequá-los às alterações realizadas no Artigo 50 do Regulamento, descritas no item "c" desta ata, passando os referidos dispositivos a vigor com as seguintes redações, respectivamente:

Artigo 51 Caso qualquer das Razões de Garantia seja inferior a qualquer das Relações Mínimas por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotadas as seguintes providências:





- a) A Consultora informará imediatamente a Administração, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia exatidão se descobrir, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o resgate do Fundo à Razão de Garantia em questão, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas Menores e/ou Quotas Subordinadas Juros, conforme aplicável; e
- b) Os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia exatidão se descobrir deverão subscritar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista no alínea "a" deste parágrafo, novas Quotas Subordinadas quanto sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia em questão.

Parágrafo Único. Caso os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia exatidão se descobrir não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do caput deste Artigo, a Administração deverá adotar as providências do Artigo 53 deste Regulamento.

Artigo 52. Caso a Razão de Garantia seja superior às Relações Mínimas (o "Excesso de Cobertura"), a Administração poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das Quotas Subordinadas Juros, de maneira que exceder as Relações Mínimas, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidas as seguintes condições:

- i) o Fundo tenha liquidado todas as suas obrigações e despesas vencidas, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Amortização ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos estabelecidos em Atividade Geral.

Parágrafo 1º. Para fins do previsto no caput deste Artigo, a Administração deverá comunicar em 01 (um) Dia Útil após o recebimento de notificação a ela enviada pela Consultora nos termos da alínea "a" do Artigo 51 acima, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas Juros, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada Juros, devendo o pagamento da amortização ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

Parágrafo 2º. O procedimento estabelecido no Parágrafo 1º acima não será aplicável em relação às amortizações parciais realizadas nos termos Artigo 43, Parágrafo Único.

Parágrafo 3º. O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas Juros em circulação.





Parágrafo 4º Até que o valor de principal das Quotas Subordinadas Junior seja integralmente amortizado, todos os valores pagos pelo Fundo aos titulares de Quotas Subordinadas Junior o serão a título de amortização de principal."

- (g) Alterar o Artigo 40 do Regulamento para: (i) adequar seu Parágrafo 1º às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item "c" desta ata, de modo a contemplar a manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores nas hipóteses de Amortizações Programada de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B; (ii) inserir novo Parágrafo 2º de modo a contemplar a manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Classes A e B, nas hipóteses de Amortizações Programada de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C; (iii) renumerar o seu atual Parágrafo 2º, passando o mesmo a ser designado Parágrafo 3º e adequá-lo às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item "c" desta ata; e (iv) renumerar o seu atual Parágrafo 3º, passando o mesmo a ser designado Parágrafo 4º. Face às alterações descritas acima, o Artigo 40 do Regulamento passa a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 40 Sem prejuízo do previsto no Artigo 41 a seguir, o Fundo poderá realizar Amortização Programada de qualquer série de Quotas Seniores a ser criada, bem como de Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 1º A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores, conforme o estabelecido no Artigo 50 deste Regulamento e (ii) à existência de disponibilidade do Fundo para tanto.

Parágrafo 2º A realização de Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, conforme o estabelecido no Artigo 50 deste Regulamento e (ii) à existência de disponibilidade do Fundo para tanto.

Parágrafo 3º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre as Quotas Subordinadas Mezanino da Classe em questão, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data esta em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se permita ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.





Parágrafo 4º As Amortizações Programadas de Quotas Sêniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotas; e (ii) voto pela Gestão das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização das pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abster-se de realizar os pagamentos.

- (b) Alterar o Artigo 43 do Regulamento para adequá-lo às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item "c" desta ata, de modo a contemplar a existência de mais de uma Relação Mínima a ser observada, passando o referido dispositivo a vigor com a seguinte redação:

Artigo 43 É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de Quotas Subordinadas Junior antes do resgate das Quotas Sêniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas Junior que exceder as Relações Mínimas, desde que após a referida amortização: (i) sejam mantidas as Razões de Garantia estabelecidas no Capítulo XIX deste Regulamento, e (ii) o Fundo tenha disponibilidade para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo 1º Em cada data de Amortização Programada de Quotas Sêniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder as Relações Mínimas, desde que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

- (i) Alterar o Artigo 47 do Regulamento para adequá-lo às alterações realizadas ao Artigo 50 do Regulamento, descritas no item "c" desta ata, incluindo nova alínea "c" de modo a contemplar as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C na ordem de alocação de recursos do Fundo, e renumerando as alíneas previamente existentes, conforme aplicável. Face à alteração acima descrita, o referido dispositivo passa a vigor com a seguinte redação:

Artigo 47 Diariamente, a partir da Data de 1ª Subscrição de Quotas Sêniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, o Administrador, conforme orientação da Caravela, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigências do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento das Exatras do Fundo;





BNY MELLON
ASSET SERVICING



- (f) *provisionamento de massa equalizadora ao momento estimal da Encargos do Fundo, a serem incluída no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;*
 - (g) *destinação, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescida dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do registro ou amortização da série de Quotas Seniores específicas;*
 - (h) *destinação, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, dos valores aportados ao Fundo, acrescida dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, por meio do registro ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B;*
 - (i) *destinação, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, dos valores aportados ao Fundo, acrescida dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, por meio do registro ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C;*
 - (j) *pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao registro das Quotas Subordinadas Juroc."*
- (j) Alterar a alínea "e" do Artigo 53 do Regulamento para adequá-la às alterações realizadas no Artigo 50 do Regulamento, descritas no item "c" desta ata, de modo que sua redação passe a contemplar todas as Razões de Garantia. Face à alteração acima descrita, o referido dispositivo passa a vigor com a seguinte redação:
- "Artigo 53 (...) "
- (f) *caso as Razões de Garantia não sejam atendidas dentro do prazo estabelecido para o reequilíbrio nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;*
- (...) "
- (k) Alterar o Parágrafo 3º do Artigo 15 do Regulamento, para (i) incluir nova alínea "f", para dispor sobre os riscos decorrentes da subordinação das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C às demais classes de Quotas Subordinadas Mezanino atualmente existentes; e (ii) reenumerar a atual alínea "f", passando a mesma a ser designada alínea "g", e adequar sua redação às alterações realizadas no Artigo 50 e no Artigo 40 do Regulamento, descritas respectivamente





nos itens "c" e "e" desta ata. Face às alterações acima descritas, as alíneas "a" e "b" do Parágrafo 3º do Artigo 15 do Regulamento passam a vigor, respectivamente, com as seguintes redações:

"Artigo 15 (--)

Parágrafo 1º Risco de Liquidez:

(--)

(f) As Quotas Subordinadas Mesário Classe C se Subordinam às Quotas Sênior, às Quotas Subordinadas Mesário Classe A e às Quotas Subordinadas Mesário Classe B, e ao Aterramento das Razões de Garantia Para Efeito de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mesário Classe C devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Sênior, às Quotas Subordinadas Mesário Classe A e às Quotas Subordinadas Mesário Classe B para efeito de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mesário Classe C estão condicionados ainda à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Sênior e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mesário Classes A e B, bem como à existência de disponibilidade do Fundo para sua realização, conforme estabelecido no artigo 40 a seguir. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como as Ativas Financeiras, a Administração, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, entendem-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mesário Classe C ocorram nos dados originalmente previstos, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administração, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(g) As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mesário e ao Aterramento das Razões de Garantia Para Efeito de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Sênior, às Quotas Subordinadas Mesário para efeito de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mesário estão condicionados ainda à manutenção das Razões de Garantia, conforme estabelecido no Artigo 40, e à existência de disponibilidade do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como as Ativas Financeiras, a Administração, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, entendem-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorram nos dados originalmente previstos, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administração, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza."





BNY MELLON
ASSET SERVICING



- (i) Alterar o Anexo I do Regulamento do Fundo para (i) alterar a definição de Amortização Programada, de modo a contemplar também as amortizações programadas de Quotas Subordinadas Mezanino, (ii) incluir as definições de: (a) Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, (b) Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B, (c) Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C, (d) Razão de Garantia das Quotas Seniores, (e) Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B, (f) Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C, (g) Relação Mínima das Quotas Seniores, (h) Quotas Subordinadas Mezanino Classe A Em Circulação, (i) Quotas Subordinadas Mezanino Classe B Em Circulação; e (j) Quotas Subordinadas Mezanino Classe C Em Circulação; e (iii) alterar as definições de Razão de Garantia e Relação Mínima, passando as mesmas a serem designadas, respectivamente, "Razões de Garantia" e "Relações Mínimas". Face às alterações acima, referidas definições passam a vigor, respectivamente, com as seguintes redações:

<u>Amortização Programada</u>	é (i) a amortização parcial das Quotas Seniores prevista pelo Fundo nos <u>Dados de Amortização Programada</u> , conforme previsto no Suplemento de respetiva série; e (ii) a amortização parcial das Quotas Subordinadas Mezanino, observado o estabelecido no Artigo 40 do Regulamento;
<u>"Quotas Subordinadas Mezanino Classe A Em Circulação"</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe A resgatadas;"
<u>"Quotas Subordinadas Mezanino Classe B Em Circulação"</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B resgatadas;"
<u>"Quotas Subordinadas Mezanino Classe C"</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, emitidas pelo Fundo;"
<u>"Quotas Subordinadas Mezanino Classe C Em Circulação"</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C resgatadas;"
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C</u>	<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C</u>
<u>Razões de Garantia</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;





Relação de Garantia das Quotas tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;

Serições:

Relação Mútua das Quotas tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;

Mutuos Classos A e B:

Relação Mútua das Quotas tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;

Mutuos Classos C:

Relação Mútua das Quotas tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;

Serições:

Relações Mútuas: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Regulamento;

(m) Consolidar o Regulamento com as alterações acima mencionadas, o qual passa a vigorar com a redação do Anexo I à presente Ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral de Quotistas, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2009.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Atestado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 7.91.512 do LMO B.L.C.S.
O QUE CERTIFICO. RJ, 04 DEZ 2009


4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS. RJ
Elaine Angélica de Silva
Escriturante Autorizada

Certifico e dou fé que a presente é cópia
fidel da lavrada em livro próprio.


Thiago Aguiar
Secretário


4º OFÍCIO


OFÍCIO de Registro de Títulos e Doc.
Av. Rio Branco, 105/1702
REGISTRADO SOB Nº 801896
RIO DE JANEIRO RJ, 04/12/2009


Jairo V. Rodrigues Carmo
Titular
André A. L. Rodrigues Carmo
Mônica R. Costa
Isabelle Maura de Silver
Elaine Angélica de Silva
Edvaldo Azeiteiro Pereira
Escriturantes 17





REUNIÃO DE TITULARES E DOCUMENTOS
Nº 01/2009 - RJ
ANEXO III DO CONVENIO ADOPTADO

**ANEXO I DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

REGULAMENTO CONSOLIDADO





REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DOCUMENTOS ARGENTINA

96

REGULAMENTO

DO

"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM"

Dado de

04 de dezembro de 2009





BNY MELLON
ASSET SERVICING

RENDIMENTO DE TÍTULOS DE CRÉDITO
4º QUARTO - RJ
FUNDOS MULTISSECTORIAIS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	4
CAPÍTULO II - OBJETO	4
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	5
CAPÍTULO V - CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	12
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	14
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	14
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	23
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	27
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	27
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	31
CAPÍTULO XII - QUOTAS	31
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	36
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	39
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	42
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	43
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	43
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	44
CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	45
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	47
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	49
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL	50
CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	54
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	55
ANEXO I - DEFINIÇÕES	57
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO	68
ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO	72
ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO	75
ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO MAXIMUM	77





BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRO DE FUNDOS E INVESTIMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
2012 AGOSTO/AGOSTO 2012

ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	79
ANEXO VII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	80
ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO	81
ANEXO IX - OBRIGAÇÃO DE RECOMPRA A SER ESTABELECIDA NOS CONTRATOS DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO POR MEIO DOS QUAIS O FUNDO ADQUIRA DIREITOS DE CRÉDITO	82
ANEXO X - HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO QUE DEVERÃO CONSTAR DE CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO ADQUIRIDAS PELO FUNDO	83
ANEXO XI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE B	85
ANEXO XII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	86
ANEXO XIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE C	87





ANEXO DE INFORMAÇÕES
4º OFÍCIO - RJ
RUA DO COMÉRCIO, 100 - CENTRO - RIO DE JANEIRO

REGULAMENTO
DO
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM"

O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM", disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o "CMN"), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliários (a "Instrução CVM 356" e a "CVM", respectivamente), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente regulamento (o "Regulamento").

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Artigo 1.º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com duração por tempo indeterminado, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, conforme definido a seguir, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II - OBJETO

Artigo 2.º O Fundo é uma comunidade de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Único Os direitos de crédito são individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures ou notas promissórias comerciais (os "Títulos de Crédito"), por contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipoteca, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores (os "Direitos de Crédito").

CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO





INSTRUMENTO DE FIDUCIÁRIA (CONDOMÍNIO)
Nº 01/2010 - RJ
RECEBÍVEL DE FIDUCIÁRIA (CONDOMÍNIO)

Artigo 3º As Quotas do Fundo serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento (a "Política de Investimento e Composição da Carteira").

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e os Cedentes, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 3º A definição e implementação da política de concessão dos créditos descrita no Anexo III do presente Regulamento, a análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a avaliação da validade dos Títulos de Crédito e da capacidade econômica dos Cedentes e dos Devedores, caberão exclusivamente à Consultora, a ser contratada pela Administradora em nome do Fundo especificamente para esse fim. Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 4º Além do enquadramento nos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V a seguir, a Consultora somente considerará passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito cuja aquisição, caso regularmente adimplidos, inclusive considerando-se a hipótese de pré-pagamento com desconto quando esta esteja prevista expressamente no Direito de Crédito previamente à sua aquisição pelo Fundo, propicie ao Fundo taxa de retorno maior ou igual à Taxa Mínima de Retorno, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TMR = 1,7 \times \text{Taxa DI}$$

Sendos:





TMR = Taxa Mínima de Retorno

Notícia de Fatura e Documentos
FUNDADO: RJ
Proteção aos dados pessoais: RGPD/2016/679

Parágrafo 5º Uma vez definidos pela Consultora os Direitos de Crédito que esta entenda passíveis de aquisição pelo Fundo, a Consultora deverá fornecer ao Custodiante a relação dos referidos Direitos de Crédito, acompanhada de declaração de que os Direitos de Crédito constantes da referida relação atendem aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento.

Parágrafo 6º Não obstante caber à Consultora a indicação e a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento.

Parágrafo 7º Não obstante a diligência da Administradora, da Consultora, da Gestora e do Custodiante em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, a Administradora, a Consultora, a Gestora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento ou não dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Quotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Parágrafo 8º Uma vez adquiridos os Direitos de Crédito, não será admitida a renegociação e/ou refinanciamento dos mesmos, exceção feita às hipóteses de renegociação e/ou refinanciamento decorrentes de inadimplemento dos Direitos Creditórios, a serem conduzidas pela Consultora nos termos da Política de Cobrança do Fundo, estabelecida no Anexo V deste Regulamento. Considera-se renegociação e/ou refinanciamento alterações nas condições dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, incluindo, mas não se limitando a alterações do cronograma de pagamento dos mesmos, ou modificação de taxa de desconto considerada no cálculo do preço de aquisição dos Direitos de Crédito. A renegociação ou refinanciamento poderá contar com a participação do Cedente caso o Direito de Crédito tenha sido adquirido com cobrança deste, hipótese em que a Consultora poderá, em nome do Fundo, exigir do Cedente o pagamento e o cumprimento dos termos da eventual renegociação ou refinanciamento.

Parágrafo 9º Sem prejuízo do estabelecido no Parágrafo 8º acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus devedores, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Não será admitida a concessão de descontos para pré-pagamento de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Direitos de Crédito quando de sua aquisição. Na hipótese de aquisição de um Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pré-pagamento, a Consultora será responsável pelas tratativas com o respectivo Devedor do Direito de Crédito em questão para a definição da data de pré-pagamento e do montante a ser recebido pelo





REGULAMENTO DE FUNDOS E DOCUMENTOS
Nº 04/2020-114
Assinado por: [assinatura] em 11/03/2020

Fundo: Os montantes que eventualmente venham a ser objeto de pré-pagamento serão recebidos pelo Custodiante em nome do Fundo.

Artigo 5º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observado os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V.

Parágrafo Único Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do caput deste Artigo 5º, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Artigo 6º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do BACEN;
- d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- e) certificados e recibos de depósito bancário com liquidez diária e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). A exigência de que os certificados e recibos de depósito bancário possuam liquidez diária não será aplicável em relação a certificados e recibos de depósito bancário adquiridos pelo Fundo até 02 de julho de 2009, data na qual referida exigência passou a integrar o presente Regulamento.

Parágrafo Único Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá alocar no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais títulos. Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

Artigo 7º Considerando que em vista (a) da composição da carteira do Fundo e (b) do fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 37 deste Regulamento, poderá ocorrer o descolamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores, a Gestora poderá realizar operações de derivativos de renda fixa,





BNY MELLON
ASSET SERVICING

RESOLUÇÃO DE CONSELHO ADMINISTRATIVO
Nº 000/2010-01
DE 14 DE ABRIL DE 2010

exclusivamente na modalidade "com garantia", nos mercados de bolsa de mercadorias e futuros e de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detida à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Parágrafo Único Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margem de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores liquidados das operações, deverão ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 8º Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora e a Consultora deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Artigo 8º e no Contrato de Cessão:

- a) o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, observado o disposto especificamente nas alíneas abaixo;
- b) o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O limite ora estabelecido não se aplica à títulos de emissão do Governo Federal;
- c) o total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- d) o total de cédulas de crédito bancário adquiridas pelo Fundo deverá observar o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que: (i) um mesmo Devedor de cédulas de crédito bancário poderá representar apenas 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) a somatória do valor das cédulas de crédito bancário e dos demais Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelos 05 maiores Cedentes deverá representar seja de no máximo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em cada data de verificação. O limite de concentração por Devedor ora estabelecido poderá ser extrapolado exclusivamente nos termos da alínea "a" do Parágrafo 2º deste Artigo. Para efeitos do cálculo do limite estabelecido no item "ii" acima: (i) os Direitos de Crédito a que se refere a alínea "a" do Parágrafo 2º deste Artigo não deverão ser considerados; e (ii) entende-se por "maiores Cedentes", os Cedentes com maior volume de Direitos de Crédito cedidos que integrem a carteira do Fundo na data de verificação em questão; e





Atividade de Crédito de Investimento
4º 21/03/2018
Atividade de Crédito de Investimento

- e) o total de Direitos de Crédito representados por cheques adquiridos pelo Fundo deverá observar o limite máximo de 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que um mesmo Devedor de cheques poderá representar apenas 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não estando os limites ora estabelecidos sujeitos à extrapolação prevista no Parágrafo 2º a seguir.

Parágrafo 1º O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 2º Exceção feita aos limites de concentração estabelecidos na alínea "e" do caput deste Artigo, os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste Artigo 8º poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- a) em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brAAA" emitida pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor possa representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- b) em relação a Devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brAA" emitida pela Standard & Poor's Service Ratings, hipótese em que: (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor;
- c) em relação a devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brA" emitida pela Standard & Poor's Rating Services, de modo que: (i) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal Devedor poderá representar até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra o controlador, de sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Devedor e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 3% (cinco por cento) do patrimônio





REGRAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
4º OFÍCIO - RJ
REGRAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissões de tal Devedor);

- d) em relação a um determinado Devedor, desde que tal Devedor seja previamente analisado e aprovado pela Standard & Poor's Rating Services, sendo que o total de Direitos de Crédito detidos pelo Fundo contra tal um Devedor poderá representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, limitado ao percentual que seja aprovado pela Standard & Poor's Rating Services; e
- e) desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) em se tratando de devedores, a somatória dos Direitos de Crédito cedidos pelos quatro maiores Devedores de Direitos de Crédito não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo sendo que a maior concentração de um Devedor, considerado individualmente, não ultrapasse 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (iii) a Duration dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iv) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na somatória dos limites a que se refere o item "i" acima, as operações relativas às pessoas mencionadas nas alíneas "a" a "d" deste Parágrafo.

$$D = \frac{(C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_3 \times d_3)}{C_1 + C_2 + C_3}$$

Sendor:

D = Duration

C = Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição.

d = Número de dias restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

Parágrafo 3º O total de cobrança assumido por um único Cedente poderá representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 4º O prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito deverá obrigatoriamente obedecer aos percentuais descritos a seguir:

Prazo Médio	Percentual do Patrimônio Líquido do Fundo
Até 90 dias	Até 100%
Até 120 dias	Até 80%
Até 150 dias	Até 60%





Até 180 dias	Até 50%
Até 01 ano	Até 10%
Até 02 anos	Até 5%
Até 03 anos	Até 2,5%

Parágrafo 5º Sem prejuízo dos percentuais estabelecidos no Parágrafo 4º acima:

- o prazo médio ponderado da carteira de Direitos Creditórios não deverá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias úteis, devendo eventuais extrapolações de tal prazo médio serem sanadas em até 05 (cinco) dias úteis contados de sua constatação pela Consultora; e
- a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo deverá observar a proporção entre o valor deste e as datas programadas para pagamento de amortizações e resgates das Quotas, de modo que a parcela dos recursos no montante equivalente à cada uma das Datas de Amortização Programadas e Datas de Resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, seja alocada em (i) Direitos de Crédito ou (ii) Ativos Financeiros que não gozem de liquidez diária com data de vencimento anterior à Data de Amortização Programada e/ou Data de Resgate em questão, permitindo a formação da Reserva de Amortização e Resgate a ela relativa, nos termos do Artigo 43-A deste Regulamento.

Parágrafo 6º Os contratos de cessão de Direitos de Crédito por meio dos quais o Fundo adquira Direitos de Crédito a partir de 02 de julho de 2009, deverão conter cláusula que estabeleça a obrigação do Cedente de recomprar os Direitos de Crédito por ele cedidos caso se verifique a ocorrência das hipóteses estabelecidas no Anexo IX deste Regulamento.

Parágrafo 7º As disposições estabelecidas na alínea "d" do caput deste Artigo não serão aplicáveis em relação a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas até 02 de julho de 2009, data na qual referidas disposições passaram a integrar o presente Regulamento. As disposições estabelecidas no item "ii" da alínea "b" do Parágrafo 2º deste Artigo não serão aplicáveis em relação aos Direitos de Crédito adquiridos até 02 de julho de 2009, não devendo referidos Direitos de Crédito serem computados no cálculo do limite em questão.

Artigo 9º Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 10º As aplicações no Fundo não contam com garantia (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) da Consultora; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1ª OFICINA - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ACERTADO

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 11 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data de aquisição e Pagamento, cumulativamente, das seguintes condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos a seguir:

Parágrafo 1º São condições para a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo (as “Condições de Cessão”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados pelos Documentos Comprobatórios, observados os limites de concentração estabelecidos no Artigo 8º deste Regulamento;
- (b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de amendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores;
- (c) que a aquisição de um determinado Direito de Crédito não resulte na extrapolção dos limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos no Artigo 8º deste Regulamento;
- (d) os Direitos de Crédito deverão ter seu vencimento final em até 30 (trinta) dias de antecedência em relação à última Data de Resgate de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Menorino do Fundo, sendo que, em se tratando de Direitos de Crédito representados por duplicatas com valor superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a Consultora deverá confirmar a data de vencimento e existência dos Direitos de Crédito em questão junto aos respectivos Devedores previamente à aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;
- (e) os Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário deverão:
 - (i) contar com garantia real de no mínimo 120% (cento e vinte por cento) do valor do Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo. Caso a garantia a ser outorgada seja penhor ou cessão fiduciária de Direitos de Crédito: (a) referida garantia deverá contemplar mecanismo que estabeleça a passagem de, no mínimo, o menor dentre os seguintes valores por conta-corrente bancária de titularidade da Cedente ou do Fundo, constituída exclusivamente para o recebimento de valores e fluxo de garantias relativos à operações de cessão contratadas entre o Cedente em questão e o Fundo, a qual somente poderá ser movimentada, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo contrato de administração de conta-corrente: (x) 30% (trinta por cento) do valor do saldo devedor dos Direitos de Crédito em qualquer data de verificação que venha a ser estabelecida no instrumento de garantia em questão; ou (y) o valor estimado dos valores devidos a título





REGISTRO DE DÍVIDAS E CANCELAMENTO
4º QUARTIL - RJ
Cidade do Rio de Janeiro, 15 de maio de 2009.

de amortização de principal e pagamento de juros devidos nos 02 (dois) meses imediatamente subsequentes à data de verificação em questão;

- (ii) apresentar prazo médio menor ou igual a 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo; e
- (iii) contar com cláusula de vencimento antecipado que estabeleça que as Cédulas de Crédito Bancário poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis caso se verifique a ocorrência das hipóteses previstas no Anexo X deste Regulamento.

Parágrafo 2º Os critérios de elegibilidade para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo são (os "Critérios de Elegibilidade"):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos a mais de 30 dias;
- (b) os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- (c) sua aquisição ter sido previamente aprovada pela Consultoria, mediante envio ao Custodiante de aviso contendo informações sobre o devedor, o cedente, eventuais coobrigados e o Direito de Crédito, bem como sobre o cumprimento das Condições de Cessão estabelecidas no Parágrafo 1º acima, com forma e conteúdo acordado com o Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 3º O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito representados por warrants, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, aos quais se refere o Parágrafo 8º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

Parágrafo 4º As disposições estabelecidas na alínea "e" do Parágrafo Primeiro deste Artigo não serão aplicáveis em relação a Cédulas de Crédito Bancário adquiridas até 02 de julho de 2009, data na qual referidas disposições passaram a integrar o presente Regulamento.

Artigo 12 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações a eles inerentes, observados:

- a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;



- d) a política de investimento e composição da carteira definida no Capítulo IV deste Regulamento;

Artigo 13 Cada uma dos Cedentes é responsável pela originação, consistência e correta formalização dos Títulos de Crédito cedidos, bem como pela liquidez e certeza dos Direitos de Crédito a eles referentes, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único - Na hipótese de o Fundo adquirir Direitos de Crédito em relação aos quais os Cedentes se coobriguem com os Devedores, estes serão também responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos, respondendo como devedoras solidárias dos Devedores dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 14 Os Cedentes deverão observar a política de concessão de créditos estabelecida no Anexo III do presente Regulamento, na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo.

CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO

Artigo 15. Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que nessa hipótese a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, os Direitos de Crédito e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parícutas 1.º Rincón de Mercaderes

- (g) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.





REGISTRO DE ATIVOS SUBORDINADOS
DO FUNDO
DO FUNDO DE INVESTIMENTO

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origem e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito.

- (b) Risco de Descasamento entre as Taxas de atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade Prioritárias atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Risco de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Devedores em honrar seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial





Resolução da FIA e do BCB nº 2.510/04
Art. 2º, inciso III
Resolução do CVM nº 390/03

ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

- (b) Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Parágrafo 3º Riscos de Liquidez:

- (a) Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- (c) Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.





INSTRUMENTO DE CREDITO E RESGATE
4º (QUARTO) - RJ
ANEXO AO CONTRATO DE CREDITO

- (d) Amortização e Resgate Condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) As Quotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Quotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (f) As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C se Subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, e ao Atendimento das Razões de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C estão condicionadas ainda à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas





REGRAMENTO DE FUNDO DE INVESTIMENTO
FII - FICFI - RJ
REGRAMENTO DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Subordinadas Mezanino Classes A e B, bem como à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, conforme estabelecido no artigo 40 a seguir. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (g) As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento das Razões de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção das Razões de Garantia, conforme estabelecido no Artigo 40, e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Riscos Operacionais:

- (a) Falhas de Procedimentos: Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Documentos Comprobatórios: Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 27 deste Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas





Relatório de Titularidade de Direitos de Crédito
1º Trimestre - RJ
Relatório de Titularidade de Direitos de Crédito

decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

- (c) Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo.
Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento, cujo saldo será monitorado diariamente pela Consultora.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, mediante instruções da Consultora, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo e com o monitoramento da Consultora, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento sob o monitoramento e instruções da Consultora. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora aos Devedores. Não há garantia de que os





Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (d) **Risco de Sistema:** Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Parágrafo 5º - Outros Riscos:

- (a) **Risco de Instrumentos Derivativos:** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um " hedge " perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) **Risco de Descontinuidade:** A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.





Procedimento Interno de Documentação
nº 01-032-02
versão 01 - 01/01/2014

Quanto ao risco dos Cedentes, destacam-se:

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipoteca, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar riscos questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ter proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (c) **Riscos e custos de cobrança.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- (d) **Limitação do Gerenciamento de Riscos.** A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
17-01942-84
Arquivo nº 2019/00012-2

Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

- (e) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (f) **Risco Decorrente da Falta de Registro dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão.** As vias originais de cada Contrato de Cessão e cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que (i) a operação registrada prevaleça caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros; e (ii) se afastem dúvidas quanto à data e condições em que a cessão foi contratada em caso de ingresso do Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo (i) em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário; e (ii) em caso de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, nos quais a validade da cessão dos Direitos de Crédito venha a ser questionada. Assim, nas hipóteses de (i) o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário; ou (ii) de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, a não realização do registro poderá dificultar, respectivamente, (a) a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário e (b) a comprovação da validade da cessão perante terceiros, prejudicando assim o processo de recebimento e de cobrança dos Direitos de Crédito em questão e afetando adversamente o resultado do Fundo.
- (g) **Inexistência de Garantia de Rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Gestora, pela Consultora, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.





Relatório de Titulos e Valores Mobiliários
em Geral - B.V.
Anexo ao Relatório de Avaliação

- (h) **Outros Riscos.** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando à criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA

Artigo 16 O Fundo será administrado por **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a "Administradora").

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos limites dos Quotistas.

Artigo 17 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes e observada a delegação de poderes à Gestora, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º As atribuições da Administradora são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356 e suas posteriores alterações, e toda e qualquer outra obrigação da Administradora prevista na Instrução CVM 356.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior e na legislação e regulamentação aplicáveis ao Fundo, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
 - i. a substituição do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora ou do Custodiante e/ou sua própria substituição;
 - ii. a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e





Autentica-se esta cópia eletrônica
em 01/10/2018 às 14h
www.bny.com.br/autenticar

- (b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (c) informar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial dos Agentes de Recebimento, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º Nas hipóteses previstas na alínea (a) do Parágrafo 2º deste Artigo 17 os Quotistas serão considerados devidamente notificados caso tenham sido convocados, nos termos do Artigo 60 abaixo, para deliberar em Assembleia Geral sobre os temas previstos na referida alínea (a).

Parágrafo 4º É vedado à instituição Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título.
 - i. As vedações de que tratam os itens (a) a (c) deste Parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.
 - ii. Excetuam-se do disposto no item anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do fundo.

Parágrafo 5º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margem de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;





Resolução de Conselho de Administração
nº 000023/13
emitida em conformidade com o artigo 2º

- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo;
- (l) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Artigo 18 Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas neste Regulamento, uma Taxa de Administração de 2 % (dois por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 (dezenove mil reais) mensais.





Resolução de Criação de Fundo
nº 001/2010 - RJ
Assinado eletronicamente em 22/03/2010

Parágrafo 1º A remuneração de que trata este Artigo 18 será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 abaixo.

Artigo 19 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.





Resolução de 17/04/2014
4º QUINQUÊNIO
Ano 10 de existência do BNY Mellon

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 Mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, por meio eletrônico, através de carta endereçada a cada Quotista ou mediante publicação de aviso no Periódico utilizado para divulgar as informações referentes ao Fundo (a "Comunicação de Renúncia"), a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXI a seguir.

Artigo 21 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até 90 (noventa) dias da data da Comunicação de Renúncia, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 1º A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento. O prazo de 30 (trinta) dias estabelecido neste Parágrafo, poderá ser ultrapassado, conforme o caso, limitado ao prazo de 90 (noventa) dias contados da Comunicação de Renúncia, conforme o disposto no apá deste Artigo 21.

Parágrafo 2º Caso, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 62 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 60 deste Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

Artigo 22 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade da própria Administradora.

CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 23 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela **BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de





Resolução do Conselho de Administração
nº 010/2018 - RJ
assinada pelo Presidente da Administração

Medeiros, nº 633, 401, 402 e 403, inscrita no CNPJ sob o nº 08.896.477/0001-09 (a "Gestora"), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º A partir da qualificação da Consultora perante a CVM para atuar como gestora de carteira nos termos da regulamentação vigente, caberá à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observado o disposto no Artigos 6º e no Artigo 8º deste Regulamento. Nessa hipótese, a Consultora poderá, observado o disposto no parágrafo 2º deste Artigo, a qualquer tempo substituir integralmente a Gestora designada no caput deste Artigo passando a exercer também as funções desta.

Parágrafo 2º A efetivação da substituição da atual Gestora pela Consultora nos termos do Parágrafo 1º acima, dependerá, necessariamente: (i) de deliberação em Assembleia Geral de Quotistas; (ii) de alteração do Regulamento do Fundo e (iii) de publicação de fato relevante.

Artigo 24 O Fundo contratou a Consultoria SILVERADO SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 07.721.591/0001-35, com sede na Avenida Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (a "Consultora"), contratada nos termos do inciso I do Artigo 39 da Instrução CVM 356, para a prestação dos serviços de (i) análise e seleção de potenciais Cedentes e dos respectivos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, conforme previstos no Capítulo V deste Regulamento; (ii) negociação dos valores de cessão com as respectivas Cedentes; (iii) cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria.

Parágrafo 1º Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de renúncia da Consultora, a Administradora ficará obrigada, em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação acerca da renúncia da Consultora, convocar Assembleia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, sendo tal convocação também facultada aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas.

Parágrafo 3º Não obstante a entrega da notificação de renúncia, a Consultora deverá permanecer no exercício de suas funções (i) até sua efetiva substituição, ou (ii) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da notificação de renúncia, dos dois o que ocorrer primeiro.

Artigo 25 Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas neste Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º





ANEXO DE FIDELIDADE DOCUMENTAL
Nº 01000-82
Assinatura eletrônica de validação

(quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

Artigo 26 Os Direitos de Crédito somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia análise e seleção pela Consultora e a verificação de seu enquadramento nos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 1º Sem prejuízo das demais responsabilidades do Custodiante nos termos da regulamentação aplicável, os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda da Consultora.

Parágrafo 2º Nos termos do Contrato de Consultoria, o Fundo outorgou à Consultora todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos no anexo do Artigo 24.

Parágrafo 3º A Consultora não é responsável, a qualquer tempo, pela existência ou pagamento dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.

Artigo 27 O Fundo contratou o **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição financeira regularmente autorizada pelo BACEN e credenciada perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria ao Fundo ("Custodiante" ou "Agente Escriturador", conforme o caso), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

Parágrafo 1º Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos deste Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, dos contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastreiam os Direitos de Crédito (os "Documentos Comprobatórios").

Parágrafo 2º O Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Documentos Comprobatórios e dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Devedores descritos a seguir. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas, será permitido ao Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

Parágrafo 3º Como parâmetro para a definição da amostragem das auditorias periódicas a que se refere o parágrafo 2º acima, o Custodiante utilizar-se-á de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à diversificação de





Resolução de Conselho de Administração
nº 01/2012 - RJ
Data de aprovação: 11/02/2012

clientes, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\frac{e^2}{S_0}} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendor:

- e Erro Estimado
- A Tamanho da Amostra
- N População Total
- n_0 Fator Amstral

Parágrafo 4º O Fundo, com a intervenção e ausência da Administradora e do Custodiante, aceita a contratação da Consultora para, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo XI, adotar as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os respectivos Devedores que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Devedores, e reembolsar a Consultora de toda e qualquer despesa, efetiva e comprovadamente ocorrida na defesa dos interesses do Fundo, observado o disposto no Artigo 57, nos termos do Contrato de Cobrança. Em hipótese alguma será a Administradora responsável pelo pagamento ou reembolso à Consultora de quaisquer despesas porventura não alocadas ao Fundo.

Artigo 28 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, sociedade devidamente cadastrada na CVM (o "Auditor Independente").

Parágrafo Único O Auditor Independente realizará procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por amostragem: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora, à Gestora, ao Custodiante e à Consultora relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

Artigo 29 Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA, sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (a "Agência de Classificação de Risco").





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFICINA - RJ
ANEXO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 30 Observados os termos e as condições da legislação aplicável, os Devedores efetuarão o pagamento da totalidade dos valores decorrentes dos Títulos de Crédito, cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo, por meio de depósito único em uma das Contas de Recebimento, na forma do Contrato de Cessão e dos Contratos de Agente de Recebimento, conforme informado pela Consultora aos Devedores.

Parágrafo 1º Observado o disposto neste Artigo e nos Contratos de Agente de Recebimento, os Agentes de Recebimento deverão proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento sob monitoramento e de acordo com instruções da Consultora, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados. Os Agentes de Recebimento deverão transferir para a Conta do Fundo, em até 01 (um) Dia Útil do seu recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo depositados pelos Devedores nas respectivas Contas de Recebimento, observado o disposto nos Contratos de Agente de Recebimento.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Cedentes virem a receber valores referentes a qualquer pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos ao Fundo, os Cedentes deverão transferir ao Fundo o montante porventura recebido, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores e informar a Consultora acerca da transferência, sob pena de em não o fazendo, ficarem impedidos de realizar cessões ao Fundo. Uma vez informada, a Consultora deverá transmitir a informação ao custodiante até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento da informação.

Parágrafo 3º Além das disposições deste Artigo, a Consultora será responsável, nos termos do Contrato de Consultoria e da Política de Cobrança descrita no Anexo V deste Regulamento, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Devedores estejam inadimplentes, na qualidade de mandatária do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pelo Fundo.

Parágrafo 4º Não obstante o disposto no Parágrafo 1º acima, a Consultora não será responsável pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

CAPÍTULO XII - QUOTAS

Artigo 31 A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1ª SEÇÃO - EJ
ANEXO 1 - 10/01/2014 - 10/01/2014

- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- (c) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º Cada emissão de série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo IV a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Máximo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores. Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV ao presente Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Quotistas para tanto.

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 37 a seguir.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) Valor Unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feitas às relacionadas no Artigo 62, Parágrafos 3º e 4º, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Parágrafo 5º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 1.000 (mil) Quotas Seniores.





REGISTRO DE CREDENCIAMENTO
1º OFÍCIO - RJ
12/04/2019 10:00:00

Artigo 32 O Fundo emitirá quatro classes de Quotas Subordinadas que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo: (i) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe A; (ii) até 10.000 (dez mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe B; (iii) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e (iv) até 20.000 (vinte mil) Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 1º O número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C (conjuntamente denominadas "Quotas Subordinadas Mezanino") e de Quotas Subordinadas Junior poderá ser aumentado mediante deliberação de titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, realizada nos termos do Artigo 62, Parágrafo 3º deste Regulamento.

Parágrafo 2º A realização de oferta pública de Quotas Subordinadas Mezanino dependerá de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instruções da Consultoria.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-A deste Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto;
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B.





ANEXO II - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO
DO INSTRUMENTO DE CREDITO
DO FUNDADO DE INVESTIMENTO

Parágrafo 4º As Quotas Subordinadas Mezanino Classe C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e às Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fim de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-B deste Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Parágrafo 5º As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação;
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Junior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo





REGULAMENTO DE FUNDO E DOCUMENTOS
4º QUOTAS - RJ
REDAÇÃO: 10/01/2010 10:00:00

38 deste Regulamento;

- (e) direito de preferência na subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior na proporção do número de Quotas Subordinadas Junior que possuem quando da emissão, observado o disposto no Parágrafo 5º a seguir;
- (f) limite de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 6º A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir novas Quotas Subordinadas Junior, no montante indicado pela Consultora, devendo informar, por meio de correio eletrônico ou fax, os então titulares de Quotas Subordinadas Junior do número de Quotas a ser emitido e consultá-los acerca de seu interesse em exercer seu direito de preferência estabelecido na alínea "e" acima. Uma vez informados pela Administradora os Quotistas Subordinados Junior deverão se manifestar até às 12:00 hs. do primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, sendo que a não manifestação até o horário acima estabelecido será considerada como negativa de interesse na subscrição.

Parágrafo 7º O Fundo poderá criar novas classes de Quotas Subordinadas Mezanino, mediante a necessária alteração deste Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ser subordinada ou *pari passu* às classes de Quotas Subordinadas Mezanino já existentes, a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação às classes de Quotas Subordinadas Mezanino já existentes, a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de Quotas e das Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral.

Parágrafo 8º Cada emissão de classe de Quotas Subordinadas Mezanino pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva classe, na forma do Anexo VIII a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à classe em questão: (i) quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe de Quotas Subordinadas Mezanino. Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos de Quotas Subordinadas Mezanino, cuja emissão tenha sido autorizada na forma do Parágrafo 7º acima, elaborados nos termos do Anexo VIII ao presente Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Quotistas para tanto.





Artigo 33 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único As Quotas serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 34 As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37, 38, 37-A e 37-B deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 35 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no respectivo Suplemento de distribuição, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento. No ato de subscrição de Quotas Subordinadas Junior, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 36 Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

Artigo 37 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores (conforme definido no Parágrafo 4º a seguir).





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR GERAL
MARCOS ANTONIO DE MOURA
PROCURADOR GERAL

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *opere* deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o *opere* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *opere* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Remabilidade Prioritária das Quotas Seniores da série estabelecida em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 37-A A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores calculado nos termos do Artigo 37 deste Regulamento, dividido pela soma do número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A em Circulação e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, conforme aplicável, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º a seguir.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, definidos no *opere* deste Artigo, têm como finalidade definir o respectivo valor de integralização de cada uma de tais classes de Quotas Subordinadas Mezanino.





Ata da Reunião Extraordinária da Assembleia Geral
de 07/05/2024 - RJ
Presidência: Sr. Carlos Eduardo de Almeida

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o caput deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada uma de tais classes de Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do caput deste Artigo às Quotas Subordinadas Mezanino da Classe em questão, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C e às Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas. Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.

Artigo 37-B A partir da Data da 1ª Subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, calculados nos termos do Artigo 37 e do Artigo 37-A deste Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, calculado conforme o disposto no Parágrafo 4º a seguir.





Administradora de Fundos e Participações
S.A. (ARFPA) - RJ
CNPJ nº 07.040.450/0001-00

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, definidos no caput deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização da classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C não fazem jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o caput deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada uma das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do caput deste Artigo às Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Com relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, seu Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C estabelecidas em seu Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização dessas.

Artigo 38 A emissão da primeira série de Quotas Subordinadas Junior ocorrerá na mesma data de emissão da primeira série de Quotas Seniores.

Parágrafo Único A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 39 As Quotas Seniores de cada série, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único A ocorrência de feriado na cidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer resgate ou amortização, devendo as mesmas ser pagas nas datas





PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DOCUMENTO
Nº 001/2010 - RJ
ANEXO AO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO

originalmente previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente.

Artigo 40 Sem prejuízo do previsto no Artigo 41 a seguir, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, bem como de Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 1º A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores, conforme o estabelecido no Artigo 50 deste Regulamento e (ii) à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Parágrafo 2º A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C está condicionada (i) à manutenção da Razão de Garantia das Quotas Seniores e da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, conforme o estabelecido no Artigo 50 deste Regulamento e (ii) à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Parágrafo 3º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os Quotistas Subordinados Mezanino da Classe em questão, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data esta em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

Parágrafo 4º As Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

Artigo 41 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação e/ou de uma ou mais classes de Quotas Subordinadas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 40 acima.





ESTADO DE SÃO PAULO
4º OFÍCIO - RJ
RÉGIO AL. DE JANEIRO ANEXO

Artigo 42. Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate e Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série, ou das Quotas Subordinadas Mezanino deverão observar os quorums específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

Artigo 43. É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de Quotas Subordinadas Junior antes do resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas Junior que exceder as Relações Mínimas, desde que após as referidas amortizações: (i) sejam mantidas as Razões de Garantia estabelecidas no Capítulo XIX deste Regulamento; e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo 1º Em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder as Relações Mínimas, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo 2º As amortizações de Quotas poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 62 deste Regulamento; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abstrair realimentos/juros.

Artigo 43 – A A Administradora, conforme orientação da Consultora, deverá instruir o Custodiante a constituir reserva monetária destinada ao pagamento das Amortizações Programadas ou Resgate de Quotas (a “Reserva de Amortização e Resgate”), a ser composta com as disponibilidades diárias advindas do recebimento, conforme o caso: (i) do valor de integralização de Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 15 (quinze) dias úteis anteriores a cada Data de Amortização Programada ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização e/ou do Resgate em questão;
- (b) até 7 (sete) dias úteis anteriores a cada Data de Amortização Programada ou Data de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral a ser pago por ocasião da Amortização e/ou do Resgate em questão;





BNY MELLON
ASSET SERVICING

Resolução de 11 de 01 de 2018
nº 000000 - 00
Assinado por: [assinatura]

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 57 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 45 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 46 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 47 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora, conforme orientação da Consultora, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigências do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
nº 010010-1/11
RECEBEMOS EM DEPOSITO EM 10/05/2011

rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica;

- (d) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classes A e B;
- (e) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C;
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior;

CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 48. Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante e na inexistência será precificada pela curva, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º. O Fundo terá escrituração contábil própria.

Parágrafo 2º. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Artigo 49. As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde





REGRAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
nº 01/2003 - RJ
revisão nº 01/2003 - RJ

que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acréscimos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º Não obstante o estabelecido no caput, não será constituída provisão para devedores divididos em relação aos direitos creditórios e ativos financeiros que, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, sejam classificados como "nível A" ou "nível AA".

Parágrafo 2º Não obstante o estabelecido no caput, o Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Parágrafo 3º Na hipótese de existência de Direitos de Crédito vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo, a Consultora deverá empreender seus melhores esforços para identificar potenciais compradores para tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e a Consultora deverá então reabilitar ou outorgar poderes aos Cedentes para que providenciem a reabilitação do Devedor inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

Parágrafo 5º O Custodiante deverá realizar a conciliação da posição "em ser" da carteira de Direitos de Crédito do Fundo, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Agente de Recebimento.

CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 50 A Consultora verificará, todo Dia Útil, (i) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última data de resgate de Quotas Seniores, a Consultora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a "**Razão de Garantia das Quotas Seniores**") é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) (a "**Relação Mínima das Quotas Seniores**"); (ii) a partir de 04 de dezembro de 2009, até a última data de resgate de Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a soma do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B (a "**Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B**") é igual ou superior a 111% (cento e onze por cento) (a "**Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B**"); e (iii) desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino Classe C até a última data de resgate de Subordinadas Mezanino Classe C, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e a





BNY MELLON
ASSET SERVICING

CONSELHO DE FUNDOS E PARTICIPANTES
2º PERÍODO - 03
Poderes de Administração e Fiscalização

somatória do valor total das Quotas Seniores e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B e das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C (a "Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C") é igual ou superior a 105,25% (cento e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) (a "Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C").

Parágrafo Único Para efeitos do presente Regulamento a Razão de Garantia das Quotas Seniores, a Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B e a Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Razões de Garantia (as "Razões de Garantia"), e a Relação Mínima das Quotas Seniores, a Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B e a Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C serão denominadas conjuntamente como Relações Mínimas (as "Relações Mínimas").

Artigo 31 Caso qualquer das Razões de Garantia seja inferior a qualquer das Relações Mínimas por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o reequilíbrio do Fundo à Razão de Garantia em questão, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, conforme aplicável; e
- b) Os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida deverão subscriver, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea "a" deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia em questão.

Parágrafo Único Caso os Quotistas Subordinados à classe cuja Razão de Garantia encontra-se descumprida não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do caput deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 53 deste Regulamento.

Artigo 52 Caso a Razão de Garantia seja superior às Relações Mínimas (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das Quotas Subordinadas Junior, do montante que exceder as Relações Mínimas, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembleia Geral.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO
em Ações - FIAT
Versão 01/2019 - 82

ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

Artigo 54 O Fundo não estará sujeito à liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XX, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Artigo 58 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no caput deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembleia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e





REGISTRO EM CARTELA E CANCELAMENTO DE
OUTROS TÍTULOS
CARTAS DE CANCELAMENTO DE REGISTRO

- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora determinará ao custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 6º Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Artigo 55 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 54 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 54 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezaninos, e posteriormente o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 56 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 54 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, será constituído pelos titulares das Quotas em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas devidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas, na forma do Artigo 90, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de sua constituição.

Parágrafo Único. Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em Circulação.

CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 57 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):





REGRAMENTO DE FUNDO DE INVESTIMENTO
nº 01/2012 - RJ
Versão 01/2012 - 12/2012

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único: As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 58: Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quorums de deliberação:

- (a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício





REGULAMENTO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
n.º 1/2012-13
مذكرة استثمارية

- social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
 - (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
 - (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
 - (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Artigo 31, Parágrafo 1º e do Artigo 32, Parágrafo 7º deste Regulamento;
 - (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recolhimento, da Gestora, da Consultora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
 - (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
 - (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
 - (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
 - (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 59 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, improrrogavelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV deste Regulamento.

Artigo 60 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das





BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGULAMENTO, FUNDOS E DOCUMENTOS
nº 02/2020 - RJ
MANUAL DE VOTAÇÃO DE ASSEMBLÉIA

matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 7º Na hipótese de a convocação de Assembleia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

Artigo 61 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 62 Ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas





Resolução do Conselho de Administração
1ª Sessão de 2011
matéria de competência administrativa

dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação;

Parágrafo 2º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares de Quotas que representem maioria das Quotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas dos presentes:

- (i) alteração da remuneração da Administradora;
- (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente;
- (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- (iv) as matérias previstas no Artigo 38 e no Parágrafo 2º do Artigo 31 deste Regulamento;
- (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento;
- (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e
- (vii) realização de Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal.

Parágrafo 3º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes:

- (i) aumento do número de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior estabelecidos no Artigo 32 deste Regulamento;
- (ii) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino subordinada ou *pari passu* às classes de Quotas Subordinadas Mezanino já existentes; e
- (iii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino; e
- (iv) realização de amortizações de Quotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal.





REGULAMENTO DE COTISTAS E QUOTISTAS
4º EDITION - 01/11
BANCA DE ADMINISTRAÇÃO ARBITRAL

Parágrafo 4º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Mezanino dos presentes, sendo que caso se refiram exclusivamente a uma única classe de Quotas Subordinadas Mezanino existentes, não afetando às demais classes de Quotas Subordinadas Mezanino, as deliberações deverão ser tomadas exclusivamente por titulares de Quotas da classe em questão:

- (i) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; e
- (ii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 63 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorums estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigatório a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 64 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 65 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 66 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 67 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356, alterada pela Instrução nº 393, da CVM.





REDAÇÃO DE NORMAS E DOCUMENTOS
1º ANDAR - RJ
ALUGUÉRIO DE BARRACÃO ANEXO 10

Artigo 68 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 69 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 70 A Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadora de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 71 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 72 O presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 73 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 74 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do CCSIF, conforme o Artigo 47 deste Regulamento.





BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
- DIRETO - RJ
REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Artigo 75 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 74 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 76 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Artigo 77 A Gestora adota política de exercício de direito de voto (a "Política de Voto") em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que conferem aos seus titulares o direito de voto.

Parágrafo 1º A Política de Voto da Gestora destina-se a estabelecer a participação da Gestora em todas as assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que conferem direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto.

Parágrafo 2º A versão integral da Política de Voto da Gestora encontra-se disposta no website da Gestora no endereço: www.bnymellon.com.br/sf.





ANEXO DE TÍTULOS E VALORES
47 DIÁRIOS - RJ
ANEXO DE TÍTULOS E VALORES

ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Agente Escriutador:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agentes de Recebimento:</u>	são instituições financeiras a serem contratadas pelo Fundo exclusivamente para prestar serviços de recebimento dos valores dos Direitos de Crédito a serem depositados pelos respectivos Devedores;
<u>Amortização Programada:</u>	é (i) a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série; e (ii) a amortização parcial das Quotas Subordinadas Mezanino, observado o estabelecido no Artigo 40 do Regulamento;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	é KPMG Auditores Independentes ou sua sucessora a qualquer título;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão;





BNY MELLON
ASSET SERVICING

REGRAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
nº 01010-02
REGRAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

<u>CBLC:</u>	é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Comunicação de Renúncia:</u>	é a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
<u>Consultora:</u>	é a Silverado Serviços de Informações Cadastrais Ltda, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente nº 1000703 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na agência 001, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contas de Recebimento:</u>	(i) é a conta-corrente nº 88456-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência nº 3391-0, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas pelo Agente de Recebimento no qual estejam abertas de acordo com instruções da Consultora, exclusivamente na forma estabelecida nos respectivos Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Contrato de Agente de Recebimento:</u>	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo a Consultora, e cada um dos Agentes de Recebimento. Em se tratando das Contas de Recebimento abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas





REGRAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
FUNDOS - FII
ANEXO 12 DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

	contratadas com o Fundo, os respectivos Contratos de Agente de Recebimento poderão conter diretrizes para movimentação das respectivas Contas de Recebimento exclusivamente pelo Agente de Recebimento no qual estejam abertas, de acordo com instruções da Consultora. Nessa hipótese os Contratos de Agente de Recebimento poderão conter em sua denominação referência à atividade de administração de conta-corrente vinculada;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Consultoria</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, celebrado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria e Escrituração de Quotas para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de Rating de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Crerios de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;





<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Seniores:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e de Subordinada Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Datas de Amortização das Quotas Seniores:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data da 1ª subscrição de cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada classe das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva classe;
<u>Datas de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito;
<u>Dia Útil:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na data de aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de





Normas de Ativos e Insumos
1º OFÍCIO - RJ
Versão 01/2010 - 01/2010

	hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Depósito, Contrato de Agente de Recebimentos;
<u>Duration:</u>	é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante do parágrafo 2º do Artigo 8º deste Regulamento;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembleia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestora:</u>	é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas: <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo;





Relatório de Gestão e Informações
nº 000/2013 - RJ
Versão 02 05/06/2013 08:23:00

	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Santander Banespa S.A.; • Banco BNP Paribas Brasil S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A. <p>Para efeitos deste Regulamento, o termo "afiliada" significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, direta ou indireta, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa.</p>
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003, Instrução nº 435 da CVM, de 5 de julho de 2006, Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e Instrução nº 446, de 21 de dezembro de 2006;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e/ou classe de Quotas Subordinadas Mezanino estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX e às provisões referidas no Capítulo XVIII deste Regulamento;





ANEXO V – POLÍTICA DE COBRANÇA
4º SEMESTRE 2019
Atualizado em 02/05/2019 10:02:00

<u>Período:</u>	é o jornal Valor Econômico;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, descrita no Anexo V ao Regulamento;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe A:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe A, emitidas pelo Fundo;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe B:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, emitidas pelo Fundo;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais classes;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe A em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe A emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe A resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe B em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe B resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe C:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C, emitidas pelo Fundo;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino Classe C em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino Classe C emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino Classe C resgatadas;





BNY MELLON
ASSET SERVICING

Regulamento FUNDOS DE INVESTIMENTO
em 02/03/2018
BNY Mellon ASSET SERVICING

<u>Quotas Subordinadas Junior em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Junior emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Junior resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Junior:</u>	são as Quotas Subordinadas Junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Subordinadas Junior, consideradas em conjunto;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotistas Seniores:</u>	são os titulares das Quotas Seniores;
<u>Quotistas Subordinados Mezanino:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino;
<u>Quotistas Subordinados Junior:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotistas Subordinados:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e Subordinadas Junior, considerados em conjunto;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classes A e B:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Mezanino Classe C:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Seniores:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razões de Garantia:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relação Mínima das Quotas Mezanino Classes A e B:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Relação Mínima das Quotas Mezanino Classe C:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;





RESOLUÇÃO DE FUNDOS E REGULAMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
REDAÇÃO DO DOCUMENTO REGULAMENTAR

<u>Relação Mínima das Quotas Seniores:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Relações Mínimas:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Reserva de Amortização e Resgate:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 43-A deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SOMAFIX</u>	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados;
<u>Suplemento:</u>	é o suplemento ao presente Regulamento, relativo a cada série de Quotas Seniores ou a cada classe de Quotas Subordinadas Mezanino, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série ou classe de Quotas em questão, conforme o caso: (i) quantidade de Quotas da série ou classe em questão, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, caso existam, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva classe ou série de Quotas a que se refira;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento;
<u>Taxa de Consultoria:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
<u>Taxa Mínima de Retorno:</u>	é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante no parágrafo 4º do Artigo 4º deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI)





ANEXO DE TERMO E CONDIÇÕES
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO Nº 022-REGIMENTO-PROTE

	<p>Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela imprensa diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;
<u>Títulos de Crédito:</u>	São duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancárias, debêntures e notas promissórias comerciais;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série;
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	significa: (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série, em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações,





AGÊNCIA DE FIDUCIÁRIA E ADMINISTRAÇÃO
4º QUARTIL - 82
AVENIDA DA INDEPENDÊNCIA, 1.400 - JARDIM

O Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Sciões.





Resolução CMV nº 356/01 e alterações
4ª edição - 4/4
NÃO É DOCUMENTO PUBLICITÁRIO

ANEXO II - TERMO DE ADESÃO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Regulamento tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e VII ("Política de Investimento e Composição da Carteira" e "Fatores de Riscos", respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;





PROPOSTA DE FUNDOS E DOCUMENTOS
4º QUARTIL - RJ
VALORES DE COTIZAÇÃO ARBITRÁRIOS

- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e a Gestora têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/01;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Valor Econômico", sendo facultado à Administradora mediante instruções da Consultora, alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- (l) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- (m) estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- (n) ter ciência de que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante, em hipótese alguma, excluídas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo e/ou resgate de Quotas;
- (o) ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- (p) reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail e/ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos e/ou gravação, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;





Assinatura e Carimbo do Documento
4º ANDAR - RJ
Rua Nelson de Barros, 100 - 20131-000 - Rio de Janeiro

- (q) reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile e/ou via e-mail, isentando desde já o Administrador de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (r) obrigá-lo a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações e/ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- (s) ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (t) obrigá-lo a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- (u) autorizar expressamente a Administradora a fornecer à Gestora cópia de toda sua documentação cadastral, bem como de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às movimentações financeiras por ele solicitadas (aplicações e resgates);
- (v) que os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (w) em se tratando de Quotas emitidas com amparo de Prospecto, haver lido e entendido o inteiro teor do referido documento.

São Paulo, [●] de [●] de 2007.

Denominação social do investidor:
Nomes e cargos dos representantes legais:
CNPJ/ME:
E-mail:

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]





Attestamos a veracidade das informações
deve ser assinado pelo representante legal
da empresa e rubricado pelo contador

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____
CPF/MF: _____





ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO

1. OBJETIVO

A presente política de crédito tem por objetivo definir níveis de aprovação e concessão de crédito por cada Cedente a seus clientes, bem como estabelecer procedimentos para análise e aprovação.

2. APLICAÇÃO

As orientações aqui contidas devem ser aplicadas na avaliação e na concessão de crédito a todos os clientes com os quais os Cedentes mantêm relações comerciais.

3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

3.1 CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DE CRÉDITO

3.1.1 LIMITES DE CRÉDITO

Os limites de crédito deverão ser expressos em moeda corrente nacional e estarão sujeitos a revisão a qualquer tempo, em caso de ocorrência de fato relevante relacionado ao Cedente e/ou a seus clientes. Os limites de crédito deverão ser reajustados sempre por ocasião de aumentos e reajustes de preços.

3.1.2 ANÁLISE DE CRÉDITO

O limite de crédito será concedido a cada cliente a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Centrais de Informações;
- b) Fornecedor;
- c) Documentações específicas do cliente (ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica, cópia de identidade e CPF/MF, quando pessoas físicas, etc.).

3.1.3 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A análise do risco de crédito para a definição dos limites deverá considerar os seguintes critérios de avaliação:

- A. Histórico dos clientes dos Cedentes.





INSTRUMENTO DE FIDUCIARIEDADE
em FIDUCIARIEDADE
de FIDUCIARIEDADE

B. Informações de *limas* de crédito, tais como SERASA e/ou Equifax, conforme o caso;

B.1. Inexistência de protestos ou cheques sem fundo ou protestos realizados nos últimos 20 anos;

B.2. Inexistência de execuções judiciais contra o cliente;

C. Consulta a certidões emitidas por Cartórios de Protestos, conforme o caso;

D. Consulta no Procon, conforme o caso;

E. Informações fornecidas por fornecedores;

F. Informações fornecidas por bancos e demonstrações financeiras;

3.1.4 SUSPENSÃO OU BLOQUEIO DE CRÉDITO

O limite de crédito concedido a um determinado cliente deverá ser imediatamente suspenso em caso se verificar a existência de:

- a) título em atraso por mais de 30 dias;
- b) encargos financeiros pendentes;
- c) cheques devolvidos/protestados; e/ou
- d) inatividade do cliente por 12 meses ou mais.

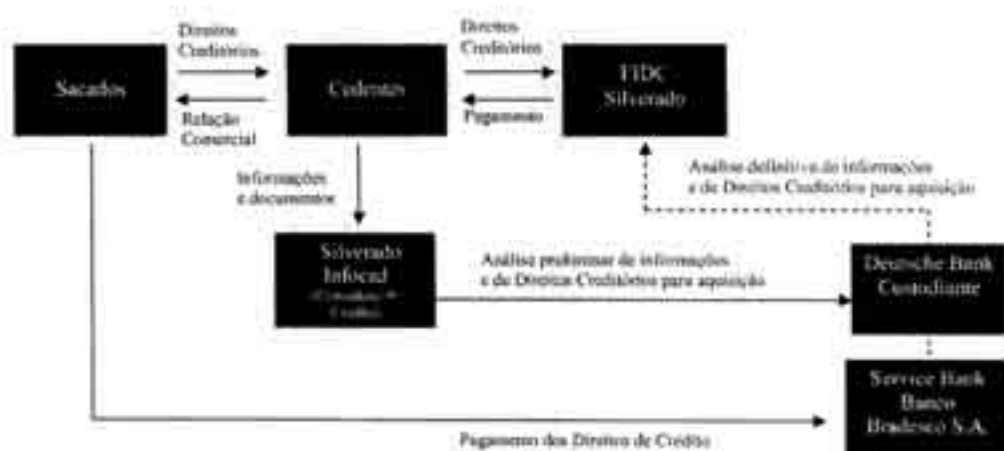
3.1.5 REABILITAÇÃO DE CRÉDITO

A reabilitação de crédito estará condicionada à realização de novo processo de análise do cliente.



4. SÍNTESE DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Resumidamente, os procedimentos de concessão de crédito podem ser esquematizados da seguinte maneira:





Registro em 07/06/2018
nº 101.010-82
Tribuna de Recurso - 04/07/2022

ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO [●] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Suplemento ao regulamento para emissão da [●] Série de Quotas Seniores da [●] Distribuição Pública de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [●];
- b) Valor Unitário de Emissão: [●];
- c) Data de Emissão: [●] de [●] de [●];
- d) Data de Resgate: dia 30 do [●] mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da [●] Série de Quotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Reembolso Prioritária: acumulação de [●] das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{1/252} - 1 \right) * [●] \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial

- e) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas Seniores será amortizada integralmente na Data de Resgate, não existindo outras amortizações programadas / terá seu principal amortizado parcialmente segundo os percentuais e datas a seguir estabelecidos:

Percentual do Principal a ser Amortizado	Data de Amortização
--	---------------------





BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ nº 07.912.237/0001-11

[•]%	[•] de [•] de [•]
[•]%	[•] de [•] de [•]

g) Forma de Integralização: [•]

h) Número Mínimo de Quotas a ser Distribuído: [•]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [...] de [...] de [...].

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
RG: _____
C.P.F./MF: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____
C.P.F./MF: _____





Resolução de Titulo e Documentos
Vº DE JULHO DE 2012
Protocolo 402.000.000.000.000.000.000

ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora.

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora segundo as etapas da cobrança são a seguir descritas:

- (a) após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Consultora enviará aos respectivos Devedores dos Direitos de Crédito:
 - a. notificação aos respectivos Devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao Artigo 290 do Código Civil; e
 - b. o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito que preverá o pagamento na Conta de Recebimento.
- (b) após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Consultora confirmará junto aos respectivos Devedores o recebimento do boleto de cobrança, mediante:
 - a. a realização de contato telefônico e envio de correspondência aos Devedores, solicitando a confirmação por escrito (via fax, e-mail ou carta) do recebimento do boleto de cobrança;
 - b. a Consultora poderá, adicionalmente, a seu exclusivo critério, solicitar a confirmação por escrito do Devedor da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
- (c) até 03 (três) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato por telefone com o respectivo Devedor que não tiver confirmado o recebimento do boleto de cobrança, com o objetivo informar ao Devedor o vencimento do Direito de Crédito e, se for o caso, providenciar a emissão da segunda via do boleto de cobrança;
- (d) após 02 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com o respectivo Devedor para comunicá-lo do vencimento e da necessidade de pagamento do Direito de Crédito correspondente em até 3 (três) Dias Úteis, contados de tal comunicação;
- (e) caso o Direito de Crédito não seja pago no prazo de 03 (três) Dias Úteis mencionado no item (d) acima, o Título de Crédito representativo do Direito de Crédito será levado a protesto pela Consultora no competente Cartório de Protestos;





REPRESENTAÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
em circulação - RJ
ANEXO AO DE CONQUÊTA ARREJADOS

- (f) caso o protesto não seja susinado tempestivamente pelo respectivo Devedor, a Consultora entrará em contato com tal Devedor e com o Cedente a ele relacionada, com o objetivo de obter o pagamento do Direito de Crédito;
- (g) caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o procedimento de acompanhamento e cobrança previstos neste Anexo, a Consultora, a seu exclusivo critério e observado os limites previstos no Contrato de Consultoria, poderá conceder a prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou adotar outras alternativas eficazes para obter o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito;
- (h) não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial do Direito de Crédito contra o Devedor, o Cedente e o respectivo garantidor do Título de Crédito, conforme o caso, de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SP (SP1234) - RJ
MOTO DO DOCUMENTO ANEXADO

**ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS
SENIORES**



RECEBIMOS DA EMPRESA DE CREDITO
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
CNPJ nº 08.945.618/0001-64
a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais)
em 1º de agosto de 2007.

**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM**
C.N.P.J. nº 08.945.618/0001-64

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos de seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (vinte e cinco mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 1º de agosto de 2007;
- d) Data de Resgate: dia 30 do 36º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 130% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto a subscrição do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{Taxa DI}{100} \right)^{252} - 1 \right) \cdot 130\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável no Dia Útil inicial;

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcelar conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e
- (iii) 60% (sessenta por cento) na Data do Resgate.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente.



Cartão de Títulos e Valores Mobiliários
- 1ª Série - 1ª Série - 1ª Série

Cartão de Títulos e Valores Mobiliários
- 1ª Série - 1ª Série - 1ª Série

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2007.

Junia Salvoia
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

1. *Camilla Helena Mendes Silva*
Nome: CAMILLA HELENA MENDES SILVA
RG: 151214-558-03
C.P.F.: 123.456.789-01

2. *Camilla Helena Mendes Silva*
Nome: CAMILLA HELENA MENDES SILVA
RG: 151214-558-03
C.P.F.: 123.456.789-01





ANEXO VII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE
QUOTAS SENIORES

**ANEXO VII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE
QUOTAS SENIORES**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE FINANÇAS E ECONOMIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO
ANEXO II - EDITAL DE LICITAÇÃO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES OBJETO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 2ª Série de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, a serem objeto da 2ª Distribuição Pública de Quotas do Fundo, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de julho de 2008;
- d) Data do Resgate: dia 30 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data do Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 125% das Taxas DI, calculadas diariamente e de forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{252} - 1 \right) \cdot 125\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 14º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

9



Carta de Integralização
de 20/06/2008

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº 124243163
RUA DE S. CARLOS, 100 - JARDIM BOA VISTA

- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 de 42^o mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 de 54^o mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.


h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 01 (uma).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

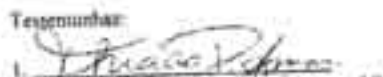
Rio de Janeiro, 29 de julho de 2008.

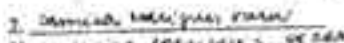
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: Marcelo Graccho de Sena
Cargo: Diretor


Nome: Urcio Ferretti
Cargo: Procurador

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DE OFÍCIO - RJ
ASSIST. DO DIRETOR-GERAL (FUNDADO)

Testemunhas:
1. 
Nome: Thiago Dias
RG: 11.555.534-5
C.P.F.: 018.145.431-49

2. 
Nome: Thiago Dias
RG: 11.555.534-5
C.P.F.: 018.145.431-49


Assessoria de Investimentos
RUA DE S. CARLOS, 100 - JARDIM BOA VISTA
Cidade do Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22250-000
FONE: (21) 2512-1000
FAX: (21) 2512-1001
E-MAIL: atendimento@bnymellon.com.br
www.bnymellon.com.br
RUA DE S. CARLOS, 100 - JARDIM BOA VISTA
Cidade do Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22250-000
FONE: (21) 2512-1000
FAX: (21) 2512-1001
E-MAIL: atendimento@bnymellon.com.br
www.bnymellon.com.br





REGULAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS
2ª QUOTA (R2)
ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO

**ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO**



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
RUA DA PRAIA, 130 - LARCO MARITIMO
Cidade Maritima - RJ - CEP: 22200-000
FONE: (21) 250-1111
FAX: (21) 250-1112
E-MAIL: rj@regbrasil.com.br
www.regbrasil.com.br

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAIS
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
1- DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO**

Suplemento ao Regulamento para emissão da Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAIS SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de agosto de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 05 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 170% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo, portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{1/252} - 1 \right) * 170\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 18º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 05 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

RECEBIMOS DE VOSSES O VALOR DE R\$ 100,00 (cem reais) em pagamento de...

RECEBIMOS DE VOSSES O VALOR DE R\$ 100,00 (cem reais) em pagamento de...

- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 42º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 54º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

A realização de cada um dos pagamentos das amortizações parciais das Quotas Subordinadas Maximum nas datas acima definidas estará condicionada à manutenção da Razão de Garantia pelo Fundo após a realização dos referidos pagamentos e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2008.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

[Assinatura]

Nome: **Márcio Ferretti**
Cargo: **Procurador**

[Assinatura]

Nome: **Lukas Stabek**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas

[Assinatura]

Nome: **Thiago Pires Amorim**
RG: 10832524-7
CPF: 026 54 252-14

[Assinatura]

Nome: **RICARDO ARAÚJO**
RG: 422715 235 871125
CPF: 00 000 000-10

1- FUNDO DE APOSENTAÇÃO - TITULO DE RENDA FIXA
44, Rua Brasil, 124 - Sala 1001 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Instituído por SENTENÇA nº 100000-434
COTA JORNAL INDIQUE NOME BENEFICIÁRIO DE COTAS FUNDOS DE INVESTIMENTO

Vinculo Exatidão CTPS 20145
Vinculo Exatidão CTPS 20145





ANEXO IX - OBRIGAÇÃO DE RECOMPRA A SER ESTABELECIDA NOS CONTRATOS DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO POR MEIO DOS QUAIS O FUNDO ADQUIRA DIREITOS DE CRÉDITO

Conforme estabelecido no Parágrafo 6º do Artigo 8º deste Regulamento, os contratos de cessão de Direitos de Crédito por meio dos quais o Fundo adquira Direitos de Crédito, deverão conter cláusula que estabeleça substancialmente a obrigação do Cedente de recomprar os Direitos de Crédito por ele cedidos caso se verifique a ocorrência das hipóteses a seguir estabelecidas. O texto a seguir deverá ser utilizado como referência para elaboração da cláusula em questão a ser inserida nos referidos contratos de cessão, admitindo-se sua variação.

X.1. A Cedente se compromete a adquirir do Cessionário, em até um dia útil contado do recebimento de notificação por escrito enviada pelo Cessionário por intermédio da Consultora, a totalidade dos Direitos de Crédito Cedidos, vincendos ou vencidos indicados pelo Cessionário (a "Retrocessão de Direitos de Crédito" e os "Direitos de Crédito Retrocedidos"), nas seguintes hipóteses:

- (i) questionamento por qualquer dos Devedores dos Direitos de Crédito Cedidos acerca da existência de qualquer dos Direitos de Crédito Cedidos ou de qualquer vício, defeito, ou reclamação de qualquer outra natureza, no cumprimento pelo Cedente de suas obrigações das quais decorram os Direitos de Crédito Cedidos;
- (ii) prorrogação da data de vencimento dos Direitos de Crédito Cedidos sem a prévia e expressa anuência do Cessionário;
- (iii) alteração ou o cancelamento, total ou parcial, por qualquer motivo, da venda de mercadorias ou da prestação dos serviços dos quais decorrem os Direitos de Crédito Cedidos;
- (iv) apresentação, pelo Devedor, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito Cedidos, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade do Cedente;
- (v) recusa do Devedor em efetuar o pagamento do respectivo Direito Creditório Cedido na sua respectiva data de vencimento, com base em alegação de caso fortuito e/ou força maior; e
- (vi) não substituição do Devedor Solidário ou apresentação de outras garantias consideradas pelo Cessionário como suficientes.*

X.1.1. O preço de aquisição, pela Cedente, de Direitos de Crédito Retrocedidos nos termos da Cláusula X.1 acima, será o montante calculado pela Consultora, que deverá ser equivalente ao valor presente dos Direitos de Crédito em questão, calculado com base na taxa até então praticada pelo Cessionário para operações de Retrocessão de Direitos Creditórios*.





RESOLUÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE CÉDULA DE CRÉDITO
BANCÁRIO ADQUIRIDAS PELO FUNDO

ANEXO X - HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO QUE DEVERÃO CONSTAR DE CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO ADQUIRIDAS PELO FUNDO

Conforme estabelecido no sub-item "i" da alínea b, do Parágrafo 1º do Artigo 10 deste Regulamento, as Cédulas de Crédito Bancário a serem adquiridas pelo fundo deverão conter cláusula que estabeleça substancialmente, no mínimo, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário. O texto a seguir deverá ser utilizado como referência para elaboração da cláusula em questão a ser inserida nos referidos contratos de cessão, admitindo-se sua variação. Os valores indicados nos itens "iii", "viii" e "ix" a seguir deverão ser definidos pela Consultora por ocasião da aquisição das Cédulas de Crédito Bancário, a seu exclusivo critério, tomando em consideração o valor da Cédula de Crédito Bancário e do Patrimônio Líquido e a situação econômico-financeira do Devedor e do terceiro garantidor (caso exista) da Cédula de Crédito Bancário em questão.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

- (i) não pagamento, pelo Devedor das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Cédula de Crédito Bancário, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;
- (ii) redução do nível de classificação de risco das Cédula de Crédito Bancário em mais de dois níveis em relação ao nível originalmente estabelecido;
- (iii) protesto legítimo e reiterado de títulos contra o Devedor, no mercado local ou internacional em valor individual ou agregado, superior a R\$ [●] // [●/ mil(ões)], salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pelo Devedor que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (iv) pedido por parte do Devedor de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se o Devedor ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se o Devedor formular pedido de autofalência;
- (v) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência do Devedor;
- (vi) realização de redução de capital social do Devedor após a cessão da Cédula de Crédito Bancário;
- (vii) pedido de falência formulado por terceiros em face do Devedor e não devidamente elidido pelo Devedor no prazo de 30 (trinta) dias corridos;





BNY MELLON
ASSET SERVICING

MANUAL DE TÍTULOS DOCUMENTOS
nº 471623-1.1
Manual de Títulos Documentos nº 471623-1.1

- (viii) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras do Devedor, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ (●)([●] reais)), ressalvada a hipótese do Devedor, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (ix) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra o Devedor em valor agregado igual ou superior a R\$ (●) ([●] reais)), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (x) falta de cumprimento pelo Devedor de qualquer obrigação não pecuniária prevista nas Cédulas de Crédito Bancário não sanado em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pelo Devedor de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Cédulas de Crédito Bancário.





REGISTRO DE PROPOSTAS DE DISTRIBUIÇÃO
1º DE 100 - RJ
ALDO ALVES DE SOUZA JUNIOR

**ANEXO XI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE II**



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAIS
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE
QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO CLASSE B**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino Classe B do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAIS SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 10.000 (dez mil) Quotas Subordinadas Mezanino Classe B;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 06 de julho de 2009;
- d) Data de Resgate: no dia 05 do 71º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 05 de junho de 2015;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 165% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 165\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir.

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 23º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 35º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 47º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 59º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino Classe B, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

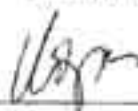
g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

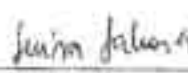
Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2009.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

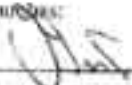


Nome:
Cargo:
Carla Lopes
Procuradora




Nome:
Cargo:

Testemunhas:

1. 

Nome:
RG:
C.P.F.: **Vitor Sancho**
CPF 100.947.847-01

2. 

Nome:
RG:
C.P.F.: **Adriana Rosso**
CPF 092.151.327-98





**ANEXO XII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 3ª SÉRIE DE
QUOTAS SENIORES**

REGRAS DE INVESTIMENTO
E DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE
QUOTAS SENIORES DA 3ª SÉRIE**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores da 3ª Série do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 60.000 (sessenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 06 de julho de 2009;
- d) Data de Resgate: no dia 30 do 70º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente, ou seja, 30 de maio de 2015. Na Data de Resgate será pago ao Quotista a totalidade do valor das Quotas, calculado nos termos do Regulamento, compreendendo, caso existam: (i) valor do principal aportado pelos Quotistas ainda não amortizado; e (ii) a rentabilidade efetiva acumulada até a data em questão;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 125% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{252} - 1 \right) * 125\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 22º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



Resolução nº 111/2008
de 20/05/08
RECEBIDA DO ADMINISTRADOR

- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 34º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 46º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 58º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 3ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

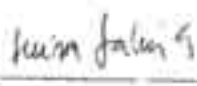
h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 25 (vinte e cinco).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras minúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2009.


**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**


Nome: _____
Cargo: **Carla Lopes**
Procuradora


Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

1. 
Nome: **Vitor Sancho**
RG: **CPF 180.947.847-51**
C.P.F.: _____

2. 
Nome: **Adriana Rosso**
RG: **CPF 092.151.327-58**
C.P.F.: _____

